

JOSÉ MARIA DE PAIVA

A IMAGEM QUE A IGREJA TEM DA REALIDADE BRASILEIRA
UM ESTUDO ATRAVÉS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBs

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida por
José Maria de Paiva e aprovada
pela Comissão julgadora em 8/11/1985

Campinas, 8/11/85



CAMPINAS - SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
1985

UNICAMP

JOSÉ MARIA DE PAIVA

A IMAGEM QUE A IGREJA TEM DA REALIDADE BRASILEIRA
UM ESTUDO ATRAVÉS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBs

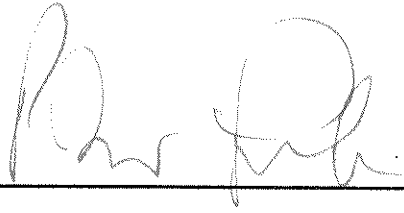
Tese apresentada à Faculdade de Educação - Departamento de Filosofia e História da Educação - como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Coergen

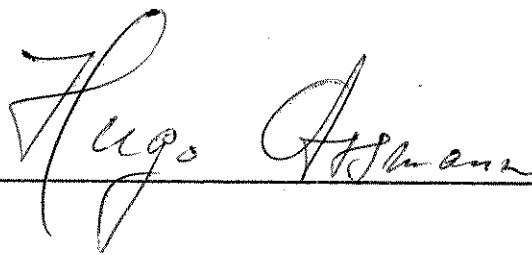
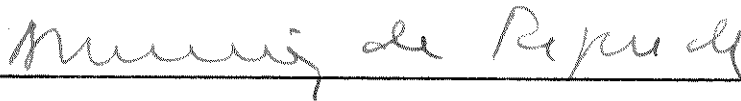
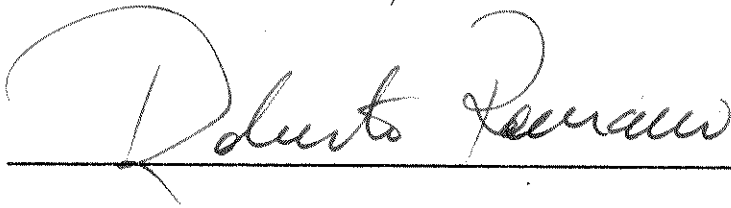
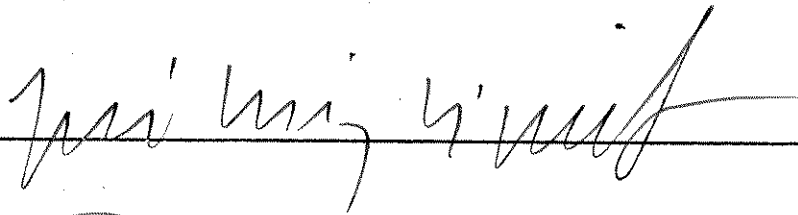
CAMPINAS - SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1985

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen
Orientador



Esta publicação é dedicada à Marly,
ao Luís Henrique, ao Daniel, ao Mar_
cos e à Valéria, que, nos tropeços
da caminhada, nos encontramos.

homenagem especial ao Fr. LEONARDO BUFF om pela sua
contribuição teológica à causa da organização popular
e em desagravo ao "obsequioso silêncio por tempo (in)
conveniente".

EPPUR SI MUOVE

Affonso Romano de Sant'Anna

Não se pode calar um homem.

Tirem-lhe a voz, restará o nome. Tirem-lhe o nome, e em nossa boca restará
rá a sua antiga fome.

Matar, sim, se pode. Se pode matar um homem.

Mas sua voz, como os peixes, nada contra a corrente, a procriar verdades
novas na direção contrária à foz.

Mente quem fala que quem cala consente.

Quem cala, às vezes, re-sente. Por trás dos muros dos dentes, edifica—se
um discurso transparente.

Um homem não se cala com um tiro ou mordança.

A ameaça só faz falar nele o que nele está latente.

Ninguém cala ninguém, pois existe o inconsciente. Só se deixa enganar as
sim quem age medievalmente.

— Como se faz para calar o vento quando ele sopra com a força do pensamento
mento?

Não se pode cassar a palavra a um homem, como se caça às feras o pêlo e o
chifre na emboscada das savanas.

Não se pode, como a um pássaro, aprisionar a voz humana.

A gaiola sé é prisão para quem não entende a liberdade do não.

Se a palavra é uma chave, que fala de prisão, o silêncio é uma ave, que
canta na escuridão.

A ausência da voz é, mesmo assim, um discurso. É como um rio vazio, cujas
margens, sem água, dão notícia de seu curso.

No princípio era o Verbo — bem se pode interpretar: no silêncio era o
Verbo, e o Verbo do silêncio só fazia verberar.

Na verdade, na verdade vos digo: mais perturbador que a fala do sábio, é
seu sábio silêncio, seu silêncio con-sentido.

O que fazer de um discurso interrompido?

Hibernou? Secou na boca, contido?

Ah, o silêncio é um discurso invertido, modo de falar alto o proibido.

O silêncio, depois da fala, não é mais inteiro. Passa a ter duplo senti-
do. É como um fruto proibido. Comido, não pela boca, mas pela fome do
nosso ouvido.

Se um silêncio é demais, quando é de dois, geminado, mais que silêncio, é
perigoso. É uma forma de ruído.

Por isto que o silêncio de algumas consciências, quando passa a ser ouvido
do, não é silêncio, é estampido.

Apresentando este trabalho, ainda a meio do caminho, quero agra
decêr a todos que comigo colaboraram. De modo particular, nomeio o Pedro,
meu orientador. Ao Pe. João Batista Libânio sj, ao Frei Betto op e a meu
irmão Geraldo José de Paiva, pelo trabalho de leitura e anotações. Também
à Wanda Lúcia Gomes Andrade e a meu cunhado Pierre Sanchis, pela dis
cussão em cima do texto. À Coordenação de CEBs do Leste II, da CNBB, pelo
acolhimento que sempre me dispensou, dando-me oportunidade de vivenciar o
dinamismo das comunidades. Ao Prof. Juraci Aureliano Teixeira e à Prof.^a
Maria Carmem de Castro Silva Araújo, da Universidade Federal de Viçosa,
pelo empenho pessoal em termos de minha liberação, por um ano, para a rea
lização deste trabalho. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científici
co e Tecnológico - CNPq, pela ajuda para viagens. À Marildes Marinho Mi
randa, pela revisão do texto no tocante à língua portuguesa.

Não tendo dado por encerrado este trabalho, espero que estes e
outros me socorram com prestimosas colaborações, de tal forma que possa
publicar algo de útil para o movimento popular do Brasil, nos termos do
que designo como organização popular.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Organização Popular	8
2. Subsídios Históricos	17
2.1. História da Sociedade Brasileira	17
2.2. História da Igreja no Brasil	24
3. As Comunidades Eclesiais de Base	32
3.1. A Composição das CEBs	32
3.2. CEBs, nova forma de ser Igreja	43
3.3. Organização das CEBs	58
3.4. CEBs e Transformação Social	73
4. Igreja, Religião e Catolicismo Popular	104
4.1. Organização Social	106
4.2. Religião	107
4.3. Catolicismo Popular	113
5. A Igreja e a Sociedade Brasileira	120
5.1. CEBs/Classe Social	120
5.1.1. Interesses de Classe	121
5.1.2. Compreensão da Sociedade	127
5.2. CEBs/Povo	129
5.2.1. Povo	129
5.2.2. Os Pobres	132
5.3. CEBs e Organização Popular	136
Conclusões	146
Notas	171

O presente estudo teve como objetivo colher a imagem que a Igreja tem da realidade social brasileira. Não se tratou de descrever a sociedade, analisando, por exemplo, as forças em jogo ou as políticas executadas, mas de apresentar a atuação da Igreja, enquanto sujeito inserido nesta sociedade e, nestas condições, usando de uma imagem já formada do todo social ao atuar sobre esse mesmo conjunto. Sua atuação se conferiu mediante a atuação das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs que, por terem surgido das interpelações do movimento popular, se tornaram o espaço de aproximação maior e nova da Igreja e das classes marginalizadas.

Partindo dos conceitos de classe social e povo, defini organização popular como aliança das classes populares, sob a hegemonia da classe operária, com vistas à superação do capitalismo. Este conceito é a medida para avaliar a imagem eclesial/eclesiástica da realidade social brasileira, neste trabalho.

Depois de um amplo levantamento do que sejam as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, fiz uma aproximação entre CEBs e Classe Social e CEBs e Povo. Verificando a impossibilidade teórica e prática de as CEBs fazerem opção de classe e observando, ainda, o conteúdo da expressão povo e, por extensão, pobres, chego à conclusão de que as CEBs, tomadas em seu conjunto, são contraditórias na medida em que, propondo a transformação social, evitam os instrumentos que levam até ela. Isto não exclui a possibilidade de CEBs concretas caminharem, por certo tempo, afinadas com a organização popular.

No contexto social brasileiro tem, pois, a Igreja, enquanto su
jeito de relações sociais, uma influência conservadora enquanto sustenta
princípios e visão de mundo que impedem, pelo próprio teor, a radicaliza
ção dos problemas com vistas à sua solução.

Não desconheço a contribuição de alguns setores da Igreja, iden
tificados geralmente com as CEBs mais combativas, no sentido de uma aber
tura para a transformação radical das relações sociais. Apenas saliento
que a Igreja em seu conjunto, pelos princípios e pela ação, não comunga,
de fato, com essas experiências.

O estudo aponta para a necessidade de pesquisas de campo, que
indiquem o grau de compatibilidade prática entre o discurso hierárquico, o
discurso das CEBs e a real transformação ou não-transformação da socieda-
de brasileira.

INTRODUÇÃO

Este estudo está interessado no conhecimento da realidade soci
al brasileira. Não se trata de um estudo de história da Igreja, mas da re
alidade brasileira vista e vivida por uma instituição social de fundamen
tal importância. Realidade, com efeito, é um conceito e, como tal, preten
de como que condensar, numa só palavra, tudo o que existe, em toda a sua
diversidade. Nestes termos, realidade não existe: ela é captada na medida
em que um dos sujeitos da história é afetado pelos outros sujeitos dessa
mesma história; é expressão das relações sociais por um dos sujeitos des
sas relações. Quer dizer, ao fazermos história, nos posicionamos no con
texto; sofremos as ações dos outros sujeitos, tendo como parâmetro as nos
sas pretensões; reagimos em defesa desses interesses; contamos o aconteci
do, a partir de nossa experiência. A história é história das relações so
ciais e as relações sociais são vividas e descritas a partir de um dos pó
los.¹

Desta forma, ao pretender descrever a imagem que a Igreja tem
da realidade brasileira, quero mostrar como ela procede no conjunto das
relações sociais, apoiada, de um lado, em sua própria tradição, em sua es
trutura, em seus objetivos e na explicação que ela dá de si mesma; e, de
outro lado, na situação em que encontra as outras instituições sociais.

A imagem se põe, aqui, como resultado de uma experiência: indi
ca a preponderância do papel do ator e não estratifica a realidade objeti
va, respeitando o direito de outros atores terem outras imagens. Por ou

tro lado, traduz claramente a fragilidade das dogmatizações, que fazem dos sujeitos meros visitantes do real imóvel, absoluto, definido de uma vez para sempre, desqualificando-os pois. Ela se assenta na crença de que tudo é captado em sua totalidade, de acordo com a experiência do sujeito captador.²

A realidade brasileira passa, assim, a ter contextura: aquela que a Igreja lhe empresta. Não uma contextura gratuita ou artificial, resultado de uma simples opinião, mas expressão da própria prática social em que se comprometem Igreja e sociedade brasileira. A atuação da Igreja, com efeito, sobre a realidade brasileira, não se opera de fora para dentro, como se ela não fizesse parte do todo, obtendo, destarte, uma imagem objetiva; mas "lá dentro": relação implica exatamente um estar-com-o-outro que afeta visceralmente o próprio modo de ser, o próprio ser, numa contínua transformação mútua. É porque a Igreja está-com-o todo social que ela pode descrever a sua imagem, a imagem desse todo que, por sua vez, a marca profundamente.

Este estudo visa, com efeito, colher a imagem que a Igreja tem da realidade brasileira, definindo sua posição no contexto e a forma de relacionamento com os outros sujeitos. Precisamente, quer conhecer o nível de compromisso com o povo,³ qual sua identificação com as classes traalhadoras, urbana e rural. Apóia-se na proclamação que ela mesma faz de sua "opção preferencial" pelos pobres e acompanha a história de sua aproximação deles. Guia-se pela questão: - face à organização popular, de defesa dos interesses populares, de invenção de uma nova ordem social que a

bra espaço aos menos favorecidos do sistema capitalista, de luta de classes, qual é a posição da Igreja?

A expressão Igreja também merece reparos. Ela também não é unívoca. Teologicamente una, santa, católica e apostólica, sacramento universal de salvação, corpo místico de Cristo Povo de Deus, comunidade de fé, esperança e caridade, a Igreja aparece, sociologicamente, sob duas faces, distintas ainda que complementares. Apresenta uma dimensão institucional, historicamente identificada com um sistema eclesiástico assentado sobre o eixo sacramentos/clero; e uma dimensão comunitária,⁴ insistindo sobre o eixo Evangelho/Povo de Deus. O aspecto dominante é o institucional: basta ver a organização clerical de sua estrutura administrativa e pastoral. Altamente centralizada - expressão disto é a reverência excessiva ao magistério ordinário do papa - a Igreja não desenvolveu a dimensão comunitária na linha de Povo de Deus. Com isto não se nega que haja manifestação desta dimensão: apenas se afirma sua submissão à dimensão institucional. Esta a acepção mais comum do termo. Por isto, se entendem as oposições Igreja hierárquica/Igreja que nasce do povo, Igreja da cúpula/Igreja da base, Igreja instituição/Igreja comunidade, Igreja velha/Igreja nova, Igreja tradicional/Igreja do Evangelho.⁵ Nem teologicamente nem sociologicamente valem estas expressões como identificação de realidades distintas, mas valem como expressão da percepção, que tem quem as usa, da necessidade de mudança.

Este estudo privilegia o sentido institucional de Igreja,⁶ da

forma como se verifica historicamente, isto é, uma Igreja identificada com o clero, não porque lhe reconheça maior profundidade mas porque indica a vigência da expressão. É esta mesma Igreja que desfruta de uma influência sem igual junto à sociedade. Por isto, é nela que se concentram as análises, ainda que admitindo toda a complexa rede de relações internas. É desta Igreja que queremos colher a imagem da realidade social brasileira. Esta imagem é, sem dúvida, produzida pela Igreja como um todo, tanto em sua dimensão institucional quanto em sua dimensão comunitária. Neste sentido, também as Comunidades Eclesiais de Base ajudam a produzir a imagem. Nem tudo que se faz na Igreja é comandado pela hierarquia, mas é ela quem sempre avalia, quem chancela e autentica, quem oficializa ou proibe. A influência dos diversos órgãos eclesiais é, finalmente, controlada pela hierarquia, no sentido de harmonizar a ação do todo eclesial. É nesta visão que buscaremos a imagem da realidade brasileira.⁷

As Comunidades Eclesiais de Base⁸ - CEBs - o próprio nome o atesta - são expressão da outra dimensão da Igreja: caracteriza-as o enfoque comunitário, a partir das bases. Todos são iguais face à mensagem evangélica do amor, não podendo as funções obscurecer a comun-união. Estas comunidades entendem o realismo da mensagem de Cristo, que veio salvar o homem inteiro e a sociedade inteira, e, por isto, não separam - com os ideólogos - o eclesial do sócio-político. Elas se propõem o rejuvenescimento da Igreja e, por extensão, da sociedade como um todo. A hierarquia não está alheia ao que acontece nas bases. As CEBs foram mesmo impulsionadas pela própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, consti

tuindo hoje meta prioritária para muitas dioceses e regionais. Elas se a lastraram de norte a sul nestes últimos vinte anos, oferecendo, assim, um instrumento ótimo de trabalho para verificação do que pretendemos neste estudo. Sua compreensão comunitária de Igreja lhes permite avançar eclesia lmente ao encontro da sociedade, comprometidas com os interesses populares. Como Igreja, são comunidades onde o bispo tem seu lugar e função. Não há, pois, uma interferência como que de fora para dentro, mas uma presença participativa. Uma interferência externa da hierarquia subentenderia que o bispo não faz parte da comunidade. Não se trataria mais de uma comunidade eclesial, mas de uma oposição entre leigos e hierarquia. As CEBs não se compreendem assim. A hierarquia, por sua vez, não se põe tampouco como não-CEBs. A multifacetada experiência das CEBs permitirá ao pesquisador colher a imagem que a Igreja tem da realidade brasileira, visto que aí se concentram as novas relações, sejam internas ou externas, institucionalizadas em modelos, avaliações, diretrizes, organização, comportamentos, normas, etc. Pelo que fazem e pelo que não fazem, pela obediência ou pela desobediência às diretrizes, pelos avanços e pelos recuos, pela união ou pela desunião, pela variedade, enfim, de situações, as CEBs nos permitem conhecer as reais intenções da hierarquia e o quadro de relações sociais que ela se faz. São, por isto, o lugar por excelência de construção da imagem que a Igreja tem da realidade social brasileira e de verificação do seu posicionamento nesta realidade.

O material usado se compõe basicamente de relatórios produzidos nas bases,⁹ entre 1975 e 1983, de estudos realizados por peritos e de documentos.

mentos da hierarquia, como faço constar da bibliografia. Valho-me, sobre tudo, do material publicado pelo Serviço de Documentação - SEDOC da Editora Vozes. Faço notar que os três primeiros conjuntos de relatórios, referentes aos três primeiros encontros de âmbito nacional, querem contar o que se passa nas bases mesmas, enquanto que os seguintes, dada a própria institucionalização das CEBs, são fruto, às mais das vezes, de encontros. Os textos procedem das mais diversas partes do país. Com isto, assinalo que não se trata de estudo de um caso de CEBs mas da atuação da Igreja, na forma como a defini acima, face à realidade social. Os fatos narrados nos relatórios valem, aqui, como expressão ou momento de expressão da compreensão que tem a Igreja da realidade social. Eles refletem, positiva ou negativamente, a posição da Igreja, dando margem a que ela se pronuncie oficialmente, explicitando sua compreensão. Esta explicitação se faz em termos de doutrina. Por isto, os fatos, que são a própria vida em processo, se transformam, aqui, em instrumentos de construção teórica, permitindo a verificação e a testagem dos princípios. Este estudo os apreende nesta função e não em sua individualidade, como componente da história de um grupo bem circunscrito. Isto me permite buscar informações e argumentos nos relatórios das mais diversas regiões sem perder a unidade do trabalho. O que está em jogo é a imagem que a Igreja tem da realidade social.

A imagem, que a Igreja tem da realidade brasileira, quero captá-la na ótica dos interesses populares. Vai nisto um pré-posicionamento calcado na visão de sociedade. Esta, com efeito, se organiza nos termos das relações econômicas, que se extravasam em todos os tipos de expressão

social. Na forma concreta como hoje se acha organizada, a sociedade se di
vide, fundamentalmente, em dois segmentos, um dos quais é palpavelmente
explorado pelo outro naquilo, justamente, que diz respeito à vida: alimen
tação, saúde, habitação, lazer, locomoção, educação e cultura, etc. Quer
dizer, este trabalho tem a intenção de pôr nas mãos do povo uma análise
do próprio posicionamento da Igreja face à organização social vigente. Sua
categoria epistemológica básica será, pois, a organização popular, confor
me elaboração que lhe daremos adiante.¹⁰

Na primeiro capítulo, desenvolvo o conceito de organização popu
lar, realçando a não identificação entre povo e classes sociais marginaliz
adas pelo sistema capitalista. O segundo capítulo tem por finalidade con
textuar o leitor, apresentando a evolução da sociedade brasileira e da I
greja no Brasil. Isto posto, faço, no terceiro capítulo, uma ampla descriç
ão das CEBs, partindo dos seus relatórios. O quarto capítulo desdobra o
conteúdo da expressão Igreja, em função da análise que o capítulo seguin
te elabora, atendendo aos objetivos do presente estudo.

1. Organização Popular

O movimento popular é, hoje, um fato social de peso significativo. O singular trai, porquanto deixa entrever uma unidade, inexistente, entre as múltiplas manifestações de organização popular. Por outro lado, é legítimo, porquanto indica a necessária convergência, fundada em pressupostos teóricos mínimos. Há uma gama enorme de organizações deste tipo: associações de bairro, clubes de mães, grupos de jovens, movimento estu-dantil, associações religiosas, organizações indígenas, grupos feminis—tas, movimento negro, etc. Todos se dizem, com pertinência, movimento popular. A pergunta que logo incide é: — o que é popular? o que é povo? O adjetivo popular se refere a povo, não há dúvida. A dúvida está, justamente, no significado de povo.

Que é povo?¹¹

Povo é "todo mundo", diluindo, ao máximo, as diferenças persoais e grupais. Povo é "população", indicando referência territorial. Povo é um conjunto de pessoas marcadas por características sócio—antropológicas semelhantes, fluidas e abertas: povo brasileiro, por exemplo. É nesta acepção antropológica cultural que os dicionários definem: "conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidade de interesses, uma história e tradições comuns"¹²(Aurélio). Povo é "gente simples" que, generalizadamente, não detém poder de espécie alguma, nem político, nem econômico, nem ideológico. Povo, enfim, são os que

não partilham do poder a que o contexto se refere. Assim, as polarizações: povo/governo, povo/autoridades, povo/uma determinada categoria social (cientistas, clero, profissionais liberais, etc.). Povo é aí o oposto, o que está do outro lado - justamente por não ser o mesmo - o que não faz parte do grupo. Este sentido de alteridade tem nuances diversamente ponderáveis, desde "os outros" em oposição ao sujeito que fala até o oposto a Estado, representação máxima do poder político.

Se o substantivo povo abrange vários sentidos, inclusivos e exclusivos, o mesmo já não acontece com o adjetivo popular. Popular exclui. E o ponto de referência último dessa exclusão é o poder. Quando, por exemplo, digo "o povo de São Paulo construiu suas casas", não posso convertê-lo em "as casas populares de São Paulo". Povo, aí, não se usa numa acepção excludente; ao contrário, indica a população de São Paulo como um todo. Quando, em oposição a clero, digo "o povo também faz teologia", é legítima a conversão em "teologia popular", dado o sentido excludente de clero. Quando em oposição a governo digo "o povo saiu às ruas", posso convertê-lo em "passeata popular". Em todas estas expressões, o divisor de águas é o poder. Neste sentido se entende o uso de expressões como cultura popular, educação popular, economia popular e outras, todas, em última instância, referidas à oposição ao poder.

Desta forma, tanto povo quanto popular são termos que precisam ser conceituados para servir de instrumento de trabalho. Os cientistas sociais evitam, ao máximo, o uso desta categoria, dada a sua larga utilização na linguagem corrente e, ainda, a sua carga ideológica. É, contudo,

espantoso que, apesar de sua grande imprecisão e elasticidade, os termos em questão sejam usados com tanta freqüência. Confia-se mais na sensibilidade do receptor que na estrutura de sentido do termo, jogando-se, desta forma, com um elemento extra-analítico na proferição do discurso. Na verdade, a abrangência e correlata relatividade dos vocábulos traduzem, com fidelidade, a realidade social do dia-a-dia. Pretende-se (- quem pretende?) uma identidade geral e escondem-se, ao mesmo tempo, profundas diferenças. Não há como reduzir, sem mais, a uma só identidade toda a diversidade de situações sociais.

Há na literatura do movimento popular uma tendência de identificação, se não de povo, certamente de popular às classes marginalizadas do sistema capitalista. Embora, de início, possa parecer uma solução, não satisfaz. Acredito, no entanto, que o caminho passa por aí. Conceituo o que entendo por classe social, em função da compreensão de sociedade, e tento mostrar a necessidade de um conceito complementar, que seria povo/popular. Com estes elementos penso poder elaborar o conceito de organização popular, que é o de que necessitamos.

O que é classe social?¹³ - "Por classes sociais se entenderão os agregados básicos de indivíduos numa sociedade, os quais se opõem entre si pelo papel que desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si na organização do trabalho e quanto à propriedade". As classes sociais são, pois, grupos de pessoas distinguidos entre si pela referência ao processo produtivo. Em outras palavras, "as relações de produção são o elemento mais importante para definir as

classes sociais". Em outras palavras, "O modo de produção capitalista ca
racteriza-se fundamentalmente por relações sociais de produção, que, com
base no regime de propriedade privada dos meios de produção, se definem
pela contradição entre proprietários e não-proprietários. É nessa contra
dição que Karl Marx busca o conceito de classes sociais ...". Otto Madu
ro classifica os modos de produção em duas grandes categorias: os comuni
tários e os assimétricos. "Os modos assimétricos de produção (são aqueles)
em que apenas uma minoria permanente tem o controle dos principais meios
de produção (isto é, os possui em propriedade privada); em que a força de
trabalho do grupo se encontra sistematicamente distribuída de modo desi
gual (havendo quem não exerça nenhuma função diretamente produtiva ...);
em que os produtos finais do trabalho são repartidos sistematicamente de
forma desigual (a maior parte vai para aqueles que têm o controle da parti
lha, e são os proprietários privados dos meios de produção)." É este anta
gonismo que caracteriza a sociedade capitalista, gerando suas duas clas
ses: a burguesia e o proletariado.

Estas classes são, por conceito, opostas entre si no que tange
aos seus interesses. Isto quer dizer, para que se realizem os interesses
de uma classe é preciso que não se realizem os interesses da outra clas
se. Ora, quando se fala em interesse, seja de pessoas, seja de grupos, se
ja ainda de classes, tem que se pensar em sobrevivência, em manutenção.
Interesse denota, exatamente, aquilo que contribui para o existir de al
guém, de um grupo, de uma classe. O primeiro e principal interesse é o que
visa à sobrevivência, ao continuar a ser: esse, o interesse supremo. Em
função deste interesse, escalonam-se os demais. O interesse, com efeito,

está voltado para o ser; depende, portanto, da compreensão que se tem do ser. Disto se deduz, com justeza, que as classes sociais, por terem origem na contradição, só se realizam enquanto travam luta entre si.¹⁴ A luta de classes é mal compreendida tanto por aqueles que a imaginam um campo de batalha quanto por aqueles que a negam, apelando à evidência. Ela está presente em todas as formas da organização social como critério da classe mais forte para propor seus modelos. A luta de classes é, pois, a maneira - estrutural - de fazer valer os interesses de classe. Os interesses da classe operária são, fundamentalmente, destruir o antagonismo radical, o que se lhe põe como condição para ser. Por isto, Marx advoga o fim das classes sociais antagônicas: não se trata de inverter as posições, mas de instituir novas relações sociais que permitam ser em plenitude. Ora, isto implica o fim do capitalismo.

A literatura sociológica marxista¹⁵ mostra, com abundância, que numa dada formação social coexistem ou podem coexistir, em simbiose com o modo de produção capitalista, outros modos de produção; outras classes, portanto. Se outras classes, outros interesses. Como conjugar, na teoria e na prática, interesses tão diversos? Será possível reduzir tantos interesses às pelo menos duas posições fundamentais do modo de produção capi^{ta}lista? A sociedade, em seu conjunto, ultrapassa os limites das classes sociais, contextuando necessariamente a forma de realização dos seus obje^{ti}vos específicos. O conceito, então, de classe social não basta para explicar todo o jogo político do conjunto social. É preciso introduzir novo conceito.

Numa formação social dada, onde coincidam diferentes modos de produção e diferentes classes, a relação que se constitui entre a classe hegemônica e as demais não pode se explicar redutivamente pela luta de classe. Esta, com efeito, é, por conceito, derivação da relação diversa face aos meios de produção num determinado modo de produção. As outras classes, que não a classe fundamentalmente antagônica, têm, face à classe hegemônica, uma relação de oposição: são outras. São outras, precisamente, no que toca à hegemonia, ao poder de direção, i.e., ao poder político. A estas classes todas, no que se refere à oposição à hegemonia, chamo de povo: "Povo é uma determinação objetiva do sistema, que difere da determinação de classe: o povo é um dos pólos da contradição dominante em uma formação social, isto é, uma contradição cuja inteligibilidade depende do conjunto das relações políticas e ideológicas de dominação e não apenas das relações de produção. Se a contradição de classe é a contradição dominante ao nível abstrato do modo de produção, a contradição povo/bloco de poder é a contradição dominante ao nível da formação social." Entendo que a alteridade, que marca a definição de povo, não tem e, portanto, não dá consistência para uma transformação social. Sua unidade, fundada numa qualidade negativa (o outro do poder, o que não tem o poder, o que não está no poder), não submete os interesses particulares com vistas à superação das diferenças. A questão para a classe fundamental não-hegemônica é justamente incorporar as lutas das classes não-fundamentais da mesma formação social. Incorporar significa fazer suas, trazê-las para seu interior, fazê-las argumentar com os seus argumentos. A incorporação não tem como efeito anular a situação de classe das classes incorporadas. Isto seria uma redu

ção e é mesmo impraticável dado que, para ser a mesma, teria que renascer do antagonismo radical. No contexto atual do mundo capitalista, cumpre à classe operária articular as interpelações das demais classes ao seu próprio discurso ideológico. Articular significa organizar segundo um princípio. No caso, o princípio é a luta de classe. As interpelações populares de resistência ao poder, mesmo lhes reconhecendo uma tradição mais longa que a das interpelações desta ou daquela classe capitalista, não têm um princípio interno de organização e são moldáveis por princípios externos. A classe social, que souber articular as interpelações das outras classes sociais, atendendo a seus interesses fundamentais, será a classe hegemônica. Com isto não desaparecerão as outras classes nem o povo será extinto, mas todos encontrarão o caminho para a consecução dos seus próprios objetivos.

Dado o caráter negativo de sua constituição, o povo é, como tal, verdadeira massa. A transformação da sociedade se lhe apresenta como algo impossível. Ele não tem, como povo, a pretensão de influir na sociedade por inteiro; não tem pretensão de dirigi-la. Direção implica hegemonia e hegemonia implica articulação dos interesses alheios. Ora, a origem mesma, heterogênea, das classes que compõem o povo evidencia a impraticabilidade de uma transformação social a partir do povo. No povo encontramos os elementos necessários para a luta da transformação mas não encontramos as forças e os instrumentos para seu êxito. Com isto quero concluir que, quando se fala em lutas populares, movimento popular, consciente ou inconsciente mente se corre o risco de debandar do verdadeiro campo da luta pelo poder

e, conseqüentemente, da transformação pretendida. Toda vez que delineamos a luta pelo poder meramente em termos populares, estamos escamoteando a verdade e, por conseguinte, induzindo a desvios de rota. A luta popular pelo poder se dá, com efeito, em termos de classe e aliança de classes.

A organização popular toma, assim, um sentido definido: aliança de classes populares¹⁷, articulada pela classe operária, com vistas à superação do capitalismo. Seu objetivo se diria negativo, porquanto destrói a dominação capitalista; e, se diria positivo, porque cria as condições de ascensão política, em direção à plena transformação socialista.

É somente a partir de uma análise da realidade brasileira, em todos os seus aspectos, que se poderão estabelecer critérios objetivos para a apreciação da organização popular. Nossa história registra muitos casos de organização popular, mas nem com isto houve transformações importantes em termos populares: funcionaram para outros interesses. Neste sentido, só haverá verdadeira organização popular quando as classes políticamente marginalizadas quiserem ser sujeitos da própria história e não massa de manobra para a realização dos interesses opostos.

O fato de haver organização popular, nos limites definidos, não garante, "ipso facto", a superação do capitalismo: trata-se de um processo. Isto é, não se criam condições num abrir e fechar de olhos e, mesmo quando criadas, há toda possibilidade de se voltar atrás, de se interpretar a situação de nova forma, de perder terreno para a burguesia, dando margem a que o capitalismo se renove e se mantenha. Em linhas gerais, isto se explica pelo fato de que os acontecimentos sociais não são coisas

mas relações, comportando, portanto, pelo menos dois termos: a modificação de um é, necessariamente, modificação do outro. Não dá para preparar, às escondidas, um golpe fatal ao capitalismo: a luta é aberta! Todo passo objetivo é sustentado pela força aglutinada, obrigando o adversário à retirada. Trata-se, pois, de organizar a força dos marginalizados.

2. SUBSÍDIOS HISTÓRICOS

Interessa-me, aqui, traçar as linhas gerais de caracterização da sociedade brasileira, em função da melhor inteligência do tema que abordamos. Neste sentido, faço um esboço da história recente, do ponto de vista da organização popular. Num segundo momento, apresento um retrospecto da história da Igreja no Brasil, com o objetivo de situar o surgimento e o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base.

2.1. História da sociedade brasileira¹⁸

A Revolução de 1964 deixou bem claro que não havia organização bastante para garantir privilégios para o povo. O período chamado populista (1930 a 1964), identificado com a condução hegemônica da sociedade inteira pela burguesia industrial, representada de forma peculiar pelo Estado, atendeu fundamentalmente aos interesses de classe, sem dar consistência à organização popular.

A mudança de modelo econômico, de exportação de produtos primários e importação de manufaturados para "substituição de importações", levou a uma política de massas, posta em prática pelo Estado em consonância com os interesses maiores da burguesia industrial ascendente, em confronto com a burguesia latifundiária tradicional. Esta política de massas consistiu fundamentalmente em neutralizar os antagonismos de classe das classes opostas, mostrando-lhes as vantagens práticas de sua adesão. O desen

volvimento industrial ensejara o crescimento de uma nova classe média, ci ente de sua importância no desdobramento do processo, e de um operariado cada vez mais numeroso, qualificado e organizado, distintos das frações de classe que lutavam pelo poder. Mas nem a nova classe média nem o opera riado, no qual a burguesia procurava apoio, tiveram condição de se propor uma teoria do processo social em curso e do Estado, em função dos seus pró prios objetivos, sendo arrastados pela força hegemônica da sociedade. O homem do campo - pequeno proprietário ou trabalhador rural, nas suas va riadas formas - não foi tocado em função das relações intra-classe da burguesia. As esquerdas, que por definição buscam o socialismo e de quem poderíamos esperar um posicionamento diferente, não se deram conta da ori ginalidade do social aqui no Brasil: tentaram enquadrar os fatos dentro do modelo de interpretação de suas matrizes européias, falhando, em conse qüência, no conhecimento da realidade e nas medidas tomadas. Viram-se, as sim, transformadas em força política auxiliar da burguesia industrial. O Estado desenvolveu uma política de consenso, no sentido de universalizar os interesses da burguesia industrial, obtendo repercussão favorável jun to às massas trabalhadoras, mormente pela "proteção" trabalhista. O sindi cato, de lugar de resistência ao capitalismo, foi, por sua vez, transfor mado em órgão colaborador do Estado, objeto de benefícios. Isto signifi cou, na prática, uma organização marginal do operariado, gravitando este, doravante, ao redor da burguesia industrial, sem articulação dos próprios interesses: uma classe para os outros!

Mais de uma geração se formou neste contexto social, achando-se, de fato, sem condições de propor alternativas que aglutinassem ideologica

mente o operariado e remodelassem a política do Estado ao encontro dos interesses fundamentais desta classe. A exaustão do modelo de substituição de importações, por volta de 1960, propiciou ocasião para a prossecução destes objetivos. No entanto, os líderes (!) operários, fiéis às suas atribuições legais, atuaram menos no interesse da classe que representa-
vam do que no interesse particular da empresa econômica e da ordem política do momento. Os impulsos de politização, verificados ao final do período, não tinham lastro nas bases.¹⁹ Basta ver a composição dos sindicatos e de sua organização maior, o CGT: não chegava a 25% a participação da cate-
goria. Isto explica por que as conquistas (!) populares se esboroaram ao primeiro gesto de força do Golpe. Isto aconteceu com o sindicato, isto aconteceu com o partido trabalhista e aconteceu ainda com as esquerdas. To-
dos deram baixa no dia seguinte ao Golpe. O PTB, por exemplo, não repre-
sentava os interesses políticos da classe operária²⁰ mas, controlado por po-
líticos profissionais, servia-lhes de base para mantê-los na disputa do
trânsito de influência junto ao Estado - os partidos desempenhando ain-
da o papel dos coronéis. Não teve mais razão de ser com a implantação de
um Estado centralizador, autoritário e, sobretudo, excludente. Tampouco
as organizações de esquerda, historicamente ligadas à defesa do naciona-
lismo contra o imperialismo - um nacionalismo capitalista - se deram
conta do vazio que ocupavam: faltara-lhes, em seu desenvolvimento, a radi-
calização de classe; permaneceram nos marcos dos interesses burgueses, ar-
rastando após si parte da classe operária e do campesinato. Tornaram-se
supérfluas, com a afirmação política hegemônica da burguesia industrial
associada ao capital internacional.

A sociedade brasileira se mostrou, então, em sua real organização: aliança dos interesses burgueses do empresariado industrial, dos proprietários de terra, das corporações multinacionais, todos se amparando no Estado como instrumento eficaz para a consecução dos seus próprios objetivos. Os trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais, os pequenos proprietários urbanos e rurais, os assalariados de modo geral, todos se viram alijados, sem resistência, dada a falta de tradição de organização livre e democrática. Não bastasse a própria desorganização global, punhamos ainda a descoberto o Estado a sua face repressiva, sempre que "necessário".²¹

A Revolução de 1964 não trouxe, propriamente, uma inovação à política econômica do Estado:²² seguindo a linha histórica da Revolução de 30, impôs o desenvolvimento industrial como caminho de desenvolvimento do país, retomando o processo na mesma trilha aberta por JK, de associação ao capital estrangeiro. Sua modernização significou mais capital, menos mão-de-obra; mais estatização, menos iniciativa privada. Expandiu, a plenos pulmões, a internacionalização da economia brasileira, resultando isto em desnacionalização das empresas, dependência tecnológica, aceleração da inflação, dependência financeira (cuja expressão mais gritante é a atual dívida externa), poupança forçada, desemprego, baixos salários, exportação a todo custo e a qualquer preço. Um projeto voltado exclusivamente para a minoria. Sua realização só poderia acontecer à sombra do autoritarismo e da repressão. Em sua explicação, o desenvolvimento social seria resultado do desenvolvimento econômico: as exigências sociais seriam atendidas somente mediante uma política de outorgas. Toda participação é banida. A so

cidade é calada. Só o grande capital, mistura do capital nacional com o capital multinacional, e seus porta-vozes, os técnicos - militares ou civis - podiam se pronunciar e fazer valer seus planos. Os técnicos, cuja função é levantar alternativas, passaram a tecnocratas, ocupando o papel do político, a quem cabe escolher entre as alternativas. Toda a ordem jurídico-institucional se adaptou, forçadamente, às novas diretrizes, desde o primeiro Ato Institucional, passando pela reforma da Constituição (1967), até o AI-5 e a Emenda Constitucional nº 1 (1969) implantando definitivamente a ditadura. Todo o aparelho do Estado foi reorganizado em função da ditadura do grande capital.

As estatísticas, que trazemos à p. 39, demonstram os resultados do que se denominou "capitalismo selvagem". A concentração exagerada e crescente da riqueza, o depauperamento correlato das classes trabalhadoras sem deferência a apelo humanitário de qualquer ordem, o alijamento político de todos os setores sociais, a censura aos meios de comunicação: tudo, em grau extremado, configurou o distanciamento que, por efeito do Golpe de 1964, se abriu entre o Estado e a Nação. Nem mesmo o "milagre brasileiro", entre 1969 e 1973 - entreato fantasioso do processo de desintegração social comandado pelos interesses do grande capital - conseguiu esconder por longo tempo a ruptura social em estado grave. O comportamento das classes médias - elas próprias impulsionadas pela hegemonia dos interesses transnacionais - servem de fiel na avaliação da política revolucionária. O Golpe, eliminando a "ameaça comunista" do crescimento operário, teve seu apoio, logo arrefecido pela não correspondência no econômico. A atitude de reserva é, por ocasião do "milagre", substituída pe

la perspectiva de ascensão individual. A crise, porém, declarada em 1974, leva ao arrocho salarial que atinge as classes médias, fazendo com que re tirem seu apoio à política econômica, no que acompanham os protestos das empresas nacionais. Elas se empenham na democratização do Estado, na linha do capitalismo liberal, ressalvada a sua posição na hierarquia empresari al. Este é o sentido, e a limitação, da participação das classes médias no processo de democratização.²³ A reação ao Estado monolítico se fez sentir positivamente desde os primeiros anos, expressando-se substantivamente ao redor dos sindicatos e também da Igreja. O capitalismo brasileiro, nesta fase, não respeitou nada: o lucro das empresas era norma prioritária, im preterível e indiscutível.

A reação do operariado²⁴ se fez aos poucos. A oposição sindical, apadrinhada tanto pela Igreja quanto pelos partidos comunistas, se encami nhou na direção de um autêntico sindicato de base, partindo de reivindica ções econômicas e sociais até chegar a reivindicações políticas. Os traba lhadores compreenderam que deviam solidificar suas organizações de classe mas que deviam ultrapassar a órbita de seus interesses corporativistas. Pela primeira vez na história do Brasil surge um movimento operário com projeto político para toda a sociedade, com possibilidade de se fazer vin gar.²⁵ Sua influência no processo global de democratização se faz sentir lo go, no apoio das grandes instituições da sociedade: Igreja, partidos de o posição, OAB, ABI, intelectuais, artistas, etc.

O movimento camponês,²⁶ por sua vez, de mais longa tradição de or ganização e ação, de permanente presença sobretudo nos anos que antecede

ram a Revolução de 1964, foi duramente golpeado e desarticulado por ela. Suas exigências de reforma agrária, que garantisse a propriedade da terra aos que nela trabalham, contra a grilagem executada à sombra do poder, ainda não constituíram expressão de classe organizada em termos nacionais. Mas, pela sua história, tinham força suficiente para espantar os capitalistas do campo. Basta lembrar que só os homens do campo ousaram, e por diversas vezes, se opor ao Exército. Isto explica, em parte, por que o Governo revolucionário se apressou a aprovar o Estatuto da Terra (1964), propondo uma reforma agrária de emergência, destinada a desmobilizar os grupos envolvidos em conflito: "O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe." As lutas pela terra, definidas pela relação de propriedade, não terminaram. Ao contrário, intensificaram-se, visto que, acobertado pelo mesmo Estatuto, o Governo desenvolveu uma política latifundiária sem precedente, favorecendo as grandes empresas. A história do homem do campo, desde então, se viu associada à história do índio, tornando-se a terra a questão fundamental para a definição da história de toda a sociedade brasileira atual.

2.2. História da Igreja no Brasil

Ainda que de passagem, devemos mencionar o longo estágio de identificação entre Igreja e Estado na realização de seus objetivos, na concepção de mundo. Um e outro se consideravam dimensões diferentes de um mesmo projeto, o da efetivação do Reino de Deus na terra. Toda a formação do homem brasileiro se acha marcada por esta aliança originária. Com relação à Igreja, tanto ela própria quanto o povo em geral achavam natural sua união com o Estado, ou seja, com as elites do poder. Mesmo as mudanças de comportamento da Igreja em relação ao Estado, em nossa história, não vão lhe alterar esta qualidade, a não ser em data muito recente.

Rioldo Azzi distingue três etapas da Igreja tridentina no Brasil: a Reforma Católica (1844-1889), a Reorganização Católica (1890-1920) e a Restauração Católica (1920-1960). O primeiro momento tem um influxo externo dominante: o papa perdera a autonomia temporal, fazendo-se prisioneiro do Vaticano, e a Igreja passa a lutar para preservar sua autonomia na área religiosa. A modernidade, com efeito, parecia contradizer os ensinamentos da fé. A Igreja, contornando a ação crescentemente vitoriosa do espírito modernista, se concentra no que o consenso universal lhe reconhece como especificamente seu: a fé, a piedade, numa compreensão espiritualista. Expressão icástica deste momento é a devoção ao Sagrado Coração de Jesus sob o signo do desagravo: "Os verdadeiros cristãos deviam reunir-se (...) para reparar o Coração de Jesus das ofensas que ele estava recebendo dos hereges e dos maus cristãos, e, especificamente, no caso, dos pro

pugnadores dos ideais liberais".

No Brasil, os bispos, formados na disciplina e nos ideais ultra montanos, remodelam a Igreja sobre o paradigma romano: corporativista, or todoxista, rigorista, sacramentalista, disciplinar, politicamente distan te de toda problemática nacional. A Igreja discordava, na prática, da tu tela e da ligação com o Estado. Dedicou-se, por isto, a um trabalho de re organização interna, crescendo para dentro, desenvolvendo as estruturas diocesana e paroquial, a formação do clero, as associações religiosas, na linha da teologia e da espiritualidade tridentinas. Desvinculando-se do Estado, não pretendeu desvincular-se do povo. Foi nesta época que elabo rou com tenacidade a imagem de uma pátria nascida católica, moldada em seus traços constitutivos pela presença dela, Igreja.

O terceiro momento, o da Restauração, é, outra vez, um avanço da instituição sobre o Estado: "O elemento fundamental da Restauração Ca tólica é o esforço para que efetivamente a fé católica volte a ser um dos elementos constitutivos da sociedade". A Igreja não é deste mundo, mas tem uma palavra decisiva sobre este mundo. A soberania espiritual, seu apaná gio, prima sobre a soberania temporal e, por isto, se erige o magistério eclesiástico como instância suprema, verdadeira e infalível. É por não ser desta "polis" que a Igreja comanda e governa o político. A imagem des ta fase é o Cristo-Rei: rei e senhor dos destinos do mundo. A instância política é simples instrumento para a "instauração de todas as coisas em Cristo". Esta mensagem se viu materializada, no Brasil, com a entroniza ção do Cristo Redentor no alto do Corcovado, na capital federal (1933).

A Igreja da Restauração foi uma Igreja monárquica, hierárquica,

centralizada, elitista. Sua visão de mundo não se modificara: o mundo já estava definido, acabado; cumpria realizá-lo; Deus, seu princípio e fim; a Igreja, o caminho necessário. Não se tem a pretensão de um governo hierático mas, preservados os limites, impõe-se a colaboração mútua em ordem aos fins estabelecidos por Deus. Tudo está acabado em semente: cumpre ao Magistério explicitá-lo. A realidade tem que obedecer ao modelo. Por isto, a preocupação pela pureza doutrinária, a ênfase na cultura religiosa, o combate às heresias e erros, à ignorância religiosa, à superstição. Impregnou-se de culturalismo a prática pastoral.²⁹

A Restauração não foi, com efeito, resultado de "uma consciência amadurecida nas bases, mas simplesmente de um programa de ação elaborado e conduzido pela hierarquia eclesiástica". O instrumento leigo maior, a Ação Católica, iniciativa do próprio Pio XI, se revestiu do caráter de mandato, ou seja, os leigos agiam em nome da hierarquia; eram oficialmente designados como mandatários, executores do plano de ação da hierarquia. A fidelidade era a única atitude possível correlata ao poder vertical da hierarquia.

As relações Igreja/Estado se deram, positivamente, em termos de cooperação. A Igreja compartilhava da mesma visão autoritária e conservadora, politicamente oligárquica, que regia o comportamento do Estado: não se discutiam as estruturas do sistema social; quando muito tratava-se de aprimoramento, o que seria efeito da multiplicação dos verdadeiros cristãos. Esta era a contrapartida da Igreja ao Estado, por este se sujeitar à sua influência: a pregação dos valores que garantissem a ordem social.

Não podemos nos esquecer do contexto em que isto se opera: o surgimento

político da burguesia industrial, acarretando o desenvolvimento da nova classe média e do proletariado. Isto se operou contra um quadro já estabelecido de relações sociais de predominância agrária. A Igreja tinha que realizar sua compreensão de mundo e de Igreja nestas condições concretas. Seu novo comportamento, de cooperação e influência, condizia com a novidade da burguesia industrial emergente.

A Igreja se identificou com o projeto político da burguesia industrial em ascensão, desenvolvendo uma pastoral para as elites e para a nova classe média, mais aptas ao seu discurso culturalista e autoritário. As massas continuaram a ser objeto. O operariado não é contado como força social expressiva e, além do mais, tem uma análise conflitiva da sociedade, contradizendo o sistema. No campo, sua ação pastoral continuou como já era: nada havia mudado em termos sociais. Só ao final do período, o homem do campo começa a se organizar em termos de contestação da ordem social. O discurso social da Igreja desta época pode ser rotulado de modernizante, i.e., de melhoria do sistema que, supostamente, levaria a uma melhoria das condições de todo o povo.

O desenvolvimento da burguesia industrial levou à ideologia do nacionalismo, identificando a todos como beneficiários da revolução industrial. Isto, em termos políticos, resultou no trabalho de organização das classes marginalizadas, da cidade e do campo.³⁰ Com a afirmação clara da associação do capital nacional ao capital transnacional e conseqüente desencanto, por parte das classes marginalizadas, radicalizaram-se as posições e, tanto no campo quanto na cidade, os trabalhadores levantaram sua voz. A Igreja acompanhou com prudência a movimentação social, oscilando sempre

entre sua posição tradicional e uma abertura para as classes trabalhadoras. Na verdade, estes anos – a década de 50 sobretudo – foram momento de aprendizagem: a Igreja, correta ou incorretamente, teve que se aproximar das classes trabalhadoras. Mesmo com seus posicionamentos, às mais das vezes conservadores ou reformadores e, mais raramente, transformadores, a Igreja foi experimentando, dia-a-dia, a prática e a interpretação dessas classes que se afirmavam. Gestou-se, nesses anos, a possibilidade de ela pender para as classes trabalhadoras, se outras circunstâncias vissem se juntar.

O impulso desenvolvimentista da burguesia industrial ajudou a Igreja a definir uma pastoral de classe média. Isto foi possível sem maiores traumas, visto que os interesses da nova classe média não contradiziam, em sua raiz, os interesses da burguesia. Pelo contrário, havia muito mais ponto de união do que de oposição. A pastoral foi ampliada, mas não se tocou na sua qualidade. Neste contexto, não houve lugar para uma pastoral operária. A Ação Católica caminhou na direção de uma pastoral de classe média e só muito lentamente, no que tange à prática e de acordo com a evolução política que acabamos de mencionar, a Ação Católica se sensibilizou pelas interpelações evangélicas que o proletariado e outras classes marginalizadas faziam à Igreja como um todo. O caso mais notável foi o da ³¹JUC, um setor da Ação Católica voltado para universitários. A exigência jucista de evangelização encarnada a levou, contra as reservas da hierarquia, à formação de um verdadeiro partido, a Ação Popular – AP. A AP era, na intenção dos fundadores, uma proposta de transformação social embasada em opção de classe. Não podemos nos esquecer de que "o fato de ser prove

niente da ACB possibilitou a curiosa situação de uma organização política que já nasceu com quadros dirigentes nacionais, direções regionais, quadros intermediários e uma base". Isto dava consistência às propostas da AP. A hierarquia não compartilhava destas posições, ainda que em seu meio se contassem vários bispos simpatizantes. Na verdade, a Igreja rejeita a luta de classe e, nesta trilha, não faz uma opção de classe. Isto não significa que ela não tenha se dedicado a iniciativas visando a mudança. Exemplo maior disto é o Movimento de Educação de Base - MEB, que se lançou ao trabalho de conscientização a partir do rádio. A criação da SUDENE também foi estimulada pelo episcopado. Ainda neste sentido, devemos arrolar o trabalho de sindicalização e assistência rural e o dos círculos operários. No seio, pois, da mesma Igreja encontramos duas elaborações distintas do trato com as classes trabalhadoras. Uma e outra se somam como lastro que possibilitará a reação da Igreja como um todo à situação política e social sustentada pela Revolução de 1964.

A Igreja se viu envolvida pelos acontecimentos que abalavam a sociedade inteira e, no começo dos anos 60, às instâncias de João XXIII, traçou o Plano de Emergência (1962) com vistas a uma pronta adaptação aos fenômenos sociais em ebulição. O Plano insistia, numa primeira parte, na renovação do que eu chamaria de instrumentos pastorais: paróquia, ministério sacerdotal, educandários, pastoral de conjunto; numa segunda parte, de cunho econômico-social, em sindicalização rural, MEB, formação de liderança, Liga Eleitoral e outros assuntos. Estava gestada, agora, a consciência eclesial/eclesiástica de participação na organização da sociedade em

mudança. A Igreja começou a trabalhar, inclusive, com planejamento. O Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970), muito mais aprimorado, forneceu elementos teóricos e práticos para o desenvolvimento de comunidades de base, já sugeridas no Plano anterior, e para uma ação política de transformação da sociedade. Um e outro aspecto vão responder, da parte da Igreja, às necessidades sentidas.

O Golpe de Estado de 1964 começou, já no dia seguinte, o "expurgo das causas de desordem", promovendo mesmo "mesquinhas hostilidades à Igreja³², na pessoa de Bispos, sacerdotes, militantes, leigos e fiéis". O documentário da repressão é enorme: prisões arbitrárias, tortura, cassação de mandatos, violação domiciliar, desaparecimentos, assassinatos, perseguições de todo gênero, repressão no campo, nos sindicatos, no movimento estudantil, nos partidos políticos. Não havia mais lugar para resistir: o único abrigo que restou foi a Igreja³³. O povo, num misto de religiosidade e resistência política, forçou suas portas e entrou, obrigando a Igreja a um posicionamento. Aí se criaram movimentos de solidariedade, de organização sindical, contra o custo de vida, associações de bairro, oposição política, comitês pró-desaparecidos, comissões de justiça e paz, centros de defesa dos direitos humanos, refúgio para os perseguidos e tantas outras formas para criar a libertação. Isto tudo se fez, normalmente, através de grupos pequenos que, à luz da fé e da oração, procuravam pensar a própria situação e descobrir caminhos de solução³⁴. Eram as comunidades de base, cuja origem podemos datar nos meados dos anos 60 e que tiveram, nos anos da repressão, o seu maior desenvolvimento. Cresceram, pois, num cli

ma de fé e política, de religião e sociedade. Tornaram-se prioridade na a
ção pastoral da Igreja, tal foi seu significado prático de renovação eclesia
sial junto à grande massa dos pobres, oprimidos e perseguidos.

A Igreja dos últimos vinte anos ³⁵ se tornou, inequivocamente, mais
popular. Sua base social é encontrada, hoje, entre os pobres e as classes
médias, empobrecidas. Há um conflito latente entre a Igreja e o Estado,
em função da presente organização social: a Igreja, nas suas expressões
mais populares, exige uma nova ordem social, uma nova sociedade. ³⁶

Capítulo 3º: As Comunidades Eclesiais de Base³⁷

Pretendo, neste capítulo, fazer a apresentação das CEBs a par tir delas mesmas, i.e., através dos seus próprios relatórios. Dir-se-ia a auto-consciência das CEBs. Divido a abordagem em cinco pontos centrais: (1) A Composição das CEBs, (2) CEBs, nova forma de ser-Igreja, (3) A Or ganização das CEBs, (4) CEBs e Transformação Social, (5) Metodologia de Trabalho. Com isto penso trazer os elementos necessários para a aprecia ção do tema que nos propusemos.

3.1. A Composição das CEBs

A composição das CEBs é um dado fundamental para o estudo³⁸ que fazemos. Com efeito, visando à análise do papel da Igreja na organização popular e verificando isto através da organização e atuação das Comunida des Eclesiais de Base - CEBs, realça-se a importância da descrição dos seus componentes. A leitura dos relatórios confirma o que, em pesquisa feita em 1971, A.Gregory assinala: "Como o material coletado mostra, as experiências de CEB estão localizadas, praticamente em sua totalidade, em áreas rurais ou áreas urbanas populares e pobres; poucas experiências em área urbana de classe média e praticamente nenhuma em área urbana de classe alta". A exclusão dos "ricos" é percebida e explicada:³⁹

A esse novo tipo de Comunidade-Igreja adere princi palmente a classe socialmente mais humilde. Os mais ricos (em dinheiro e cultura) quase não aparecem.
(7.1094)

Notar que o ambiente em que se faz este trabalho é meio operário e de gente pobre. Bem aceito no ambiente mais simples e até onde há miséria econômica. Não se consegue em classe média e menos ainda de bem-estar. (7.1129)

Mas é um fato que os mais ricos já não se sentem muito bem dentro de uma reunião onde se lê o Evangelho, onde os lavradores, as lavadeiras, as cozinheiras e os demais pobres tomam a palavra com segurança. Eles sempre acharam que essa gente ignorante nada tem a dizer. (9.404)

Os primeiros convidados a fazer esta caminhada, principalmente na cidade, foram as pessoas mais preparadas culturalmente e equilibradas economicamente: isto através de uma revisão de sua religiosidade. Poucos desses continuaram. Deu-se um fenômeno: quanto mais um grupo ia crescendo na capacidade de criticar e assumir, tanto mais os "sábios" se afastavam para dar lugar aos "Zé-ninguém". (9.464)

40

As citações poderiam se suceder, inúmeras. As CEBs estão situadas no campo, compondo-se, então, de trabalhadores rurais ou pequenos proprietários, e nas periferias das grandes cidades ou nas pequenas cidades periféricas do mundo capitalista. Basta só sua localização para atestar a situação de pobreza dos seus componentes. Basta também prestar atenção aos problemas levantados para se fazer uma imagem bem fiel das Comunidades: de um lado, falta de terra, grilagem de terra, expulsão, capim plantado de avião, máquinas tomando o lugar do trabalhador, gado substituindo a lavoura, sindicatos frecos, etc; de outro lado, favelas, falta d'água, de esgoto, calçamento, salário baixo, desemprego, problemas de transporte coletivo, poluição, prostituição, etc. Basta, ainda, percorrer o índice dos relatórios, observando sua procedência: Marroás/Tauá CE, A cre-Purus, Lábrea AM, Ribeirão Bonito MT, São Félix MT, Fazenda Retirada Caaporã PB, Barra do Vento CE, Tanque do Chão/Pilõezinhos PB, Porto da

Folha SE, Liberdade/Santarém PA, Barreirinhas MA, comunidades rurais de São Mateus ES e, assim, indefinidamente, de norte a sul do país. Todas as grandes cidades aparecem aí e em todas o trabalho de comunidades se verifica junto aos trabalhadores.

70% destas pessoas são empregados de serrarias, roça de cacau, carvoeiras e braçais. 20% têm sua roça de cinco a dez alqueires. (...) Aqueles 70% vivem do salário mínimo, inferior na roça de cacau. (7.1085)

A profissão do povo é a seguinte: pequenos comerciantes, pequenos funcionários públicos federais, estaduais e municipais; militares, professores, motoristas, auxiliares de enfermagem, domésticas, costureiras, lavadeiras, operários (serventes, pedreiros, e letricistas, encanadores, vigias, mecânicos), biscoiteiros, subempregados. (7.1113)

A população local vive de agricultura. É uma agricultura de subsistência, sem mecanização nem tração animal. (7.1120)

A população que o integra é constituída basicamente de elementos provenientes de êxodo rural, por força do atrativo de mercado de trabalho oferecido pela CVRD. De baixo nível cultural em sua maioria, sem qualificação profissional. (9.456)

As CEBs são constituídas por pessoas pobres. Convém partir de uma ótica diferente e perguntar a respeito da população brasileira como participante da riqueza aqui gerada. Desta forma, identificaremos uma parte dessa população como sendo "de baixa renda" e conheceremos melhor a situação econômica da população componente das CEBs.

A política econômica seguida pelos governos militares, desde 1964, aprofundou e intensificou o processo de industrialização rápida,

introduzido no Governo JK. Seu impulso consistiu basicamente na intern
acionalização da economia através de investimentos maciços de capital, lo
 go associado ao capital nacional. Os investimentos, dirigidos primeira
 mente às indústrias estratégicas, logo se estenderam aos setores comerci
al, financeiro e agropecuário, garantindo um controle monopolístico de
 produção, mercado, investimento e projetando sua influência na economia
 e na política desses governos. Dispositivos legais, tributários, políti
cos foram articulados para assegurar ao capital estrangeiro o lucro mais
 exorbitante, submetendo-se nossa economia mais ainda às economias cen
trais, aviltando-se a participação do capital nacional, as condições de
 vida do trabalhador, a própria soberania nacional.⁴¹

Em 1975, por exemplo, havia 165.500 indústrias no Brasil. 0,4%
 delas eram de grande porte (500 a mais de 10.000 trabalhadores) e deti
nham 31% do valor da produção. 2,3% eram empresas de porte médio (100 a
 499 trabalhadores) e detinham 34% do valor da produção. 97%³(de 1 a 99
 trabalhadores) detinham apenas 35% do valor da produção. Somadas, as em
presas de médio e grande porte detinham 65% do valor da produção, corres
pondendo no entanto a apenas 2,7% do número total de empresas. Para a
 apreciação destes dados é bom comparar os salários: nesse mesmo ano de
 1975, a mão-de-obra nos Estados Unidos era 6,5 maior que no Brasil; na
 Suécia, 7,5; na Alemanha, 6,5; na França, 5,0.

Em termos de distribuição de renda pessoal, conforme a tabela
 I, se tomarmos os dois extremos (5% e 50%, veremos que, sendo dez vezes
 menor, o estrato mais rico recebeu, em relação ao estrato mais pobre,
 156,35%, 234,07%, 320,5% respectivamente aos anos assinalados. Quer

dizer, há um visível empobrecimento das camadas mais baixas da população (e atente-se que se trata, aqui, da metade da população!) e um correlato enriquecimento das camadas mais altas. Sem discutir detalhadamente quem pertence às camadas mais altas, podemos garantir que os trabalhadores, urbanos e rurais, e os pequenos proprietários pertencem às camadas mais baixas. Isto quer dizer, pertencem às camadas de baixa renda os componentes das Comunidades Eclesiais de Base.

Uma análise, ainda que rápida, da evolução do salário mínimo e de sua distribuição nos ajudará a imaginar melhor a situação dos participantes das CEBs. De acordo com o PNAD/76, 46,5% da População Econômica Ativa (PEA) percebiam menos de 1 salário mínimo (incluem-se aí as persoas sem rendimentos e desempregados), sendo que 26% delas viviam em áreas rurais. 12,4% das famílias urbanas recebiam apenas um salário mínimo ou menos. 32,2% ganhavam 2 salários mínimos ou menos. Trata-se de uma situação de pobreza real. A tabela seguinte mostra a incidência, em termos absolutos e relativos, de pobreza absoluta em diversas regiões do Brasil (Tabela II). Daí se conclui que, em 1974, 30% da população brasileira achavam-se em situação de pobreza absoluta (abaixo do mínimo necessário). Além disto se observa que, para cada pobre residindo numa área metropolitana, haveria dois residindo em zonas urbanas não-metropolitanas e 4,57 residindo em zona rural. Acrescente-se a tudo isto o acúmulo de problemas sociais daí resultantes e a gravidade se torna maior pela difusão (e não-concentração) da pobreza.

O dimensionamento do valor real do salário mínimo completa o quadro que queremos traçar. Tomando-se o salário mínimo real de 1963 co

mo base (100) entre 1952 e 1981, vemos que oscilou em torno de 110 entre 1956 a 1963; caiu substancialmente entre 1963 e 1971, permanecendo em torno de 85 durante toda a década de 70. O que se verifica é um terrível achatamento salarial, fator crucial de empobrecimento dos trabalhadores. Com isto, uma parte considerável da população, independentemente do setor de inserção ocupacional, permaneceu auferindo rendimentos extremamente baixos. (Ver Gráfico I)⁴²

A tudo isto se ajunte a questão do emprego/desemprego/subemprego. A Tabela III nos deixa ver uma PEA crescendo numa proporção de 39,9% de 1950 para 1960; de 29,92% de 1960 para 1970; de 48,17% de 1970 para 1980. Este crescimento se distribui desigualmente em cada década. O setor primário, por exemplo, vê sua participação diminuída de 59,9% em 1950 para 29,9% em 1980. O setor secundário tem um aumento significativo saindo de 14,2% para 24,4% no mesmo período. O setor terciário sai de 25,9% em 1950 para 45,7% em 1980. Neste ano, a concentração de empregos se dá primeiramente no setor terciário, sobretudo em prestação de serviços, comércio e transportes, atividades sociais e administração pública. No setor secundário, a indústria de transformação oferece emprego numa proporção de 118% sobre a de construção civil. É de se notar ainda que entre 1950 e 1980 foram criados quase 27 milhões de empregos. O setor primário, porém, só criou 2,8 milhões, observando-se ainda que na década de 70 foram criados apenas 22 mil novos empregos neste setor. Do setor secundário, por outro lado, 93,8% dos empregos foram criados entre 1960 e 1980. Se é aí que encontramos o operariado urbano, podemos afirmar que

seu número quintuplicou no período, bem como quintuplicou o número de em prego direta ou indiretamente ligado às funções estatais não diretamente produtivas.

Quando os relatórios das CEBs nos informam que seus componen ⁴³tes vivem em situação de pobreza, podemos entender que pertencem, geralmente, aos 46,5% dos que recebem 1 salário mínimo ou menos ou aos 32,2% de famílias urbanas ganhando 2 salários mínimos ou menos. Podemos enquadrá-los entre os 44,3% de empregados no campo em 1970 e de lá expulsos, reduzindo-se a 29,9% em 1980. Podemos encontrá-los entre os operários da indústria de transformação, lutando pela recuperação do poder aquisitivo do seu salário, com conseqüente irradiação para todos os assalariados. Temos, agora, um quadro de referência para localizar, no campo econômi-co, aqueles que se dizem pobres e se reúnem em comunidades, inovando as relações sociais.

TABELA I - Distribuição de renda pessoal: 1960, 1970, 1976⁴⁴

Estrato da população economicamente ativa *	proporção da renda total (%)		
	1960	1970	1976
Baixa (50%)	17,71	14,91	11,80
Média baixa (30%)	27,92	22,85	21,20
Média alta (15%)	26,66	27,38	28,00
Alta (5%)	27,69	34,86	39,00
TOTAL (100%)	100,00	100,00	100,00
Coeficiente de Gini	0,50	0,56	0,60

Fonte: Reichstul, H.P. e Goldenstein, L. 1980

Dados para 1960 e 1970 baseados no Censo Demográfico.
Dados de 1976 da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.

* Idade da população: 10-65 anos

Apud ANDRADE, R.C. "Brasil: a Economia do Capitalismo Selvagem", in KRISCHKE, P.J. (org), Brasil: do "Milagre" à "Abertura". São Paulo, Cortez, 1982, p.131.

TABELA II - Estimativas da proporção e do número de pessoas consideradas pobres em cada tipo de localidade (1974) - ENDEF

Tipo de Localidade	pessoas consideradas abaixo da linha de pobreza (estimativa média)	
	%	Número (1000)
Áreas Metropolitanas e DF		
São Paulo	6	498,7
Rio de Janeiro	8	570,9
Porto Alegre	6	95,5
Belo Horizonte	14	256,9
Curitiba	13	105,6
Salvador	36	444,6
Recife	41	785,2
Fortaleza	47	502,5
Belém	9	67,0
Brasília	13	87,8
Áreas Urbanas Não Metropolitanas		
São Paulo	11	777,2
Rio de Janeiro	14	146,3
Minas Gerais/Espírito Santo	22	1.137,4
Paraná/S.Catarina/Rio Grande do Sul	14	813,4
Nordeste	50	4.182,5
Norte e Centro-Oeste	25	277,5
Brasil Urbano		
Áreas Metropolitanas e DF	13	3.414,7
Áreas Urbanas Não Metropolitanas	26	7.334,3
Áreas Rurais	44	15.614,0

Fonte: THOMAS, V., FAVA, V.L. & CUADRA, E.J.S. Disparidades regionais e urbano-rurais no Brasil: sua representação em termos de renda, nutrição e pobreza. 1981. mimeo.

Apud Vilmar FARIA, "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos", in SORJ, B & ALMEIDA, M.H.T. (org), Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 158

Gráfico I - SALÁRIO MÍNIMO REAL MÉDIO - NÚMEROS ÍNDICES (1963 = 100)

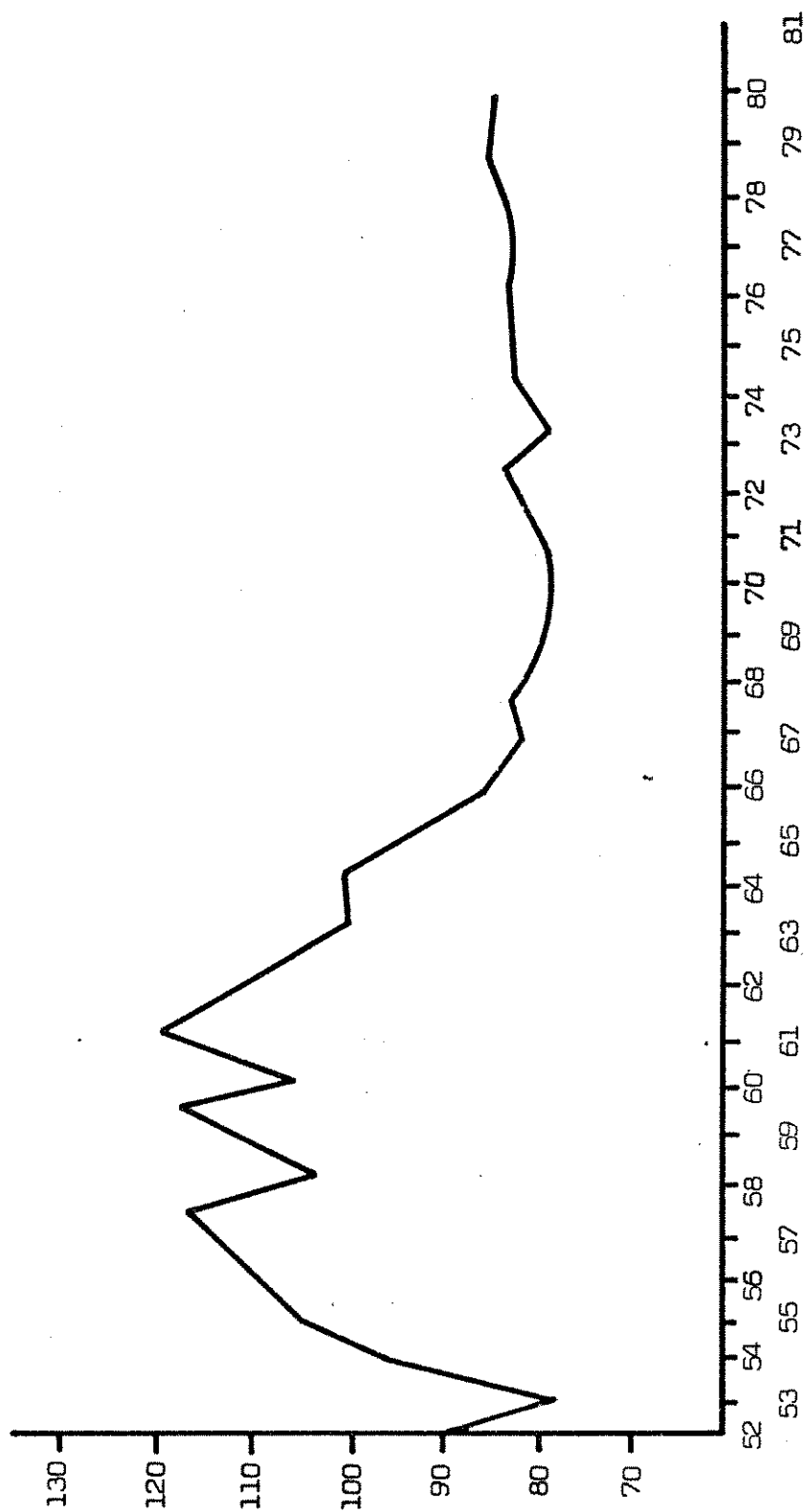


TABELA III

BRASIL - Distribuição da População Economicamente Ativa (10 anos ou mais) por Setores e Subsetores (1950-1980)

	1950		1960		1970		1980	
	número	%	número	%	número	%	número	%
PRIMÁRIO	10 252 839	59,9	12 276 908	54,0	13 087 521	44,3	13 109 415	29,9
SECUNDÁRIO	2 427 364	14,2	2 940 242	12,9	5 295 417	17,9	10 674 977	24,4
* Ind. de transformação	1.608 309	9,4	1.954 187	8,6	3 241 861	11,0	6 858 598	15,7
* Ind. de Construção	584 644	3,4	781 247	3,4	1 791 714	5,8	3 151 094	7,2
* Outras ativ. ind.	234 411	1,4	204 808	0,9	333 852	1,1	665 285	1,5
TERCIÁRIO	4 437 159	25,9	7 532 878	33,1	11 174 276	37,8	20 12 371	45,7
* Distribuição (Comércio/Transp.)	1 581 233	9,2	2 455 615	10,8	3 415 359	11,6	5 926 848	13,5
* Prestação de serviço	1 781 041	10,4	3 028 933	13,3	3 925 001	13,3	7 089 709	16,2
* Ativ. sociais/adm. pública	911 317	5,3	1 467 947	6,4	2 683 904	9,0	4 857 061	11,1
* Outras atividades	163 568	1,0	588 383	2,6	1 150 018	2,9	2 138 753	4,9
TOTAL	17 117 362	100,0	22 750 028	100,0	29 557 224	100,0	43 796 763	100,0

FONTE: FIBGE, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980. Apud V.FARIA, op. cit. p. 146

3.2. CEBs, nova forma de ser Igreja

As CEBs são, primeira e fundamentalmente, Igreja.⁴⁵ Seu nome é comunidade eclesial, isto é, comunidade que é Igreja. Não se dizem associações nem movimento da Igreja, mas simplesmente Igreja. O editorialista de SEDOC, introduzindo a documentação do Iº Encontro de âmbito nacional, escreve:

Este tipo novo de Igreja se entende como Igreja que nasce da velha, em comunhão com ela. Não é outra Igreja: é a mesma Igreja de Cristo e dos Apóstolos.
(7.1058)

Dos relatórios não podemos extrair um tratado a respeito deste tema. Aí vamos colher, esparsas, as expressões da compreensão que das CEBs têm seus próprios membros. A primeira verificação é a afirmação constante de serem Igreja. Há, com efeito, expressões inúmeras neste sentido. E, em o posição ao uso comum da palavra, afirmam que Igreja não se identifica com clero. Este sentimento de pertença à Igreja-Comunidade se concretiza na comunidade mais chegada, onde vivem, onde atuam como membros. Há uma concretização deste pertencimento: não se dá no vazio, mas na Igreja localizada de sua comunidade. Esta Igreja localizada é a mesma Igreja universal, com uma diferença: a Igreja universal escapa à sua ação, à sua interferência, a seu controle; já está pronta; a Igreja localizada é, ao contrário, o lugar de sua ação, construção sua, fazendo-se somente se eles a fizerem.

Igreja somos todos nós, unidos todos com Deus, enfrentando as nossas dificuldades uns pelos outros.

Em qualquer lugar que encontramos um grupo reunido assim, aí está a Igreja. (9.566)

A Igreja somos todos nós, pessoas de fé, que lutamos para a construção de um mundo novo. (14.201)

Vamos explicar às comunidades que não é só o padre que tem esse compromisso, mas também nós somos responsáveis pela Igreja. (7.1066)

Partir da figura do vigário tendo leigos para executar as tarefas e passar a um assumir colegial era um desafio até não muito claro para nós. (...)—O grupo da sede paroquial começou a se reunir sem o padre, todas as semanas, para discutir os problemas e planejar o trabalho. Era uma aprendizagem difícil. (...) Daí, pela aprendizagem do próprio grupo recomeçaram a expor ao padre a situação dos trabalhos, mas o considerando mais como membro do grupo e procurando resolver juntos. (9.561)

O ser-Igreja se realiza pela fé. As CEBs professam a todo momento sua fé em Jesus Cristo e na sua Igreja. A fé é uma adesão a Jesus Cristo, na forma dos ensinamentos da Tradição. Esta fé implica um compromisso existencial que se concretiza no dia-a-dia e nas circunstâncias da vida. Na ótica da fé, não há dois planos, o sobrenatural e o natural. À luz da fé, tudo o que é fruto da liberdade e consciência do homem está envolvido com a salvação. A fé obriga, pois, a um agir consonante: as CEBs professam que a fé em Jesus Cristo as obriga a uma ação transformadora das relações sociais em busca da instauração do Reino de Deus. Trata-se, portanto, de uma compreensão contextuada da fé.

Queremos dizer que, cada dia, alimentamos o nosso compromisso com o Evangelho de Jesus Cristo acolhido na fé da Igreja e vivido em nossa maneira de amar os nossos irmãos oprimidos. (11.709)

Na caminhada das comunidades, Cristo é o caminho e o modelo. Ele é o centro de tudo. E o principal manda

mento e ensinamento de Cristo é o amor efetivo aos irmãos. Isto é uma verdade sempre presente em todas as comunidades com muita força. (11.388)

A comunidade eclesial de base é o lugar onde devemos viver, aprofundar e celebrar a nossa fé, onde devemos confrontar a nossa vida e nossa prática com a luz da Palavra de Deus. (14.138)

Há mesmo uma identificação das CEBs com Jesus Cristo, em sua missão. As CEBs se aplicam, inclusive, textos messiânicos como este:

O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu; e enviou-me para anunciar a boa nova aos pobres para sarar os contritos de coração, para anunciar aos cativos a redenção, aos cegos a restauração da vista para pôr em liberdade os cativos, para publicar o ano da graça do Senhor. (Is 61, 1-2; Lc 4, 18-19) (Ver 9.499; 11.349; 9.564; 14.186)

A idéia de Igreja-Povo de Deus, elaborada no Vaticano II, encontra eco profundo nas CEBs. Não se elabora sociologicamente o significado de povo, mas dá-se-lhe o sentido comum de "gente simples", sem poder, identificados uns com os outros pela situação de opressão de toda espécie. A Igreja é esse povo comum. De outro lado, a expressão evoca uma unidade constitutiva, a exemplo de um povo que caminha junto para a libertação. Opressão e unidade, marcas da Igreja que se faz nas CEBs.

Durante estes dias .. celebramos a nossa fé, renovamos o nosso compromisso com Deus e com o povo oprimido e refletimos sobre a nossa missão como Igreja que se organiza para a libertação. (14.138)

Foi esse trabalho de Comunidades Eclesiais de Base que mudou um pouco o jeito da Igreja lidar com os problemas do povo. É como se a Igreja estivesse nascendo de novo no meio dos pobres, de um jeito melhor mais próximo do que Jesus Cristo nos ensinou.

(14.201)

Sua idéia de Igreja assim se explicita: ... Povo que caminha de irmãos rezando e vivendo o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. (9.458)

Uma comunidade comprometida com o povo e com a libertação; é exigência do Evangelho. É voltar-se para a vida, para os problemas de cada dia. Para o sofrimento do nosso povo. (7.1069)

A fé em Jesus Cristo, a vivência do Evangelho, a instauração do Reino de Deus, tudo isto impõe um engajamento na implantação da justiça: é toda a ordem social que deve ser mudada com vistas à libertação total do homem. A deformação da ordem social se deve ao processo que leva o nome de capitalismo, submetendo o respeito pelas pessoas à ganância do lucro. A salvação de Jesus Cristo implica uma reversão dos valores, segundo a expressão paulina:

Todas as coisas são vossas: Paulo, Apolo, Cefas, o mundo, a vida, a morte, o presente, o futuro: tudo é vosso! Mas, vós sois de Cristo e Cristo é de Deus. (I Cor 3, 21-23)

As CEBs preferem, no entanto, usar o termo libertação⁴⁶: primeiramente, porque o termo salvação, de uso corrente na Tradição, está historicamente associado a uma visão individualista decorrente da situação de cristandade; em segundo lugar, porque as CEBs se desenvolveram no contexto latino-americano em permanente estado colonial e, agora, em processo de desvencilhamento dos laços aprisionadores. Libertação vem, pois, carregada de concretude: é o homem inteiro, na sua totalidade, corpo e alma, indivíduo e sociedade, que tem que se libertar. A mensagem religiosa só se realiza se comportar a luta pela libertação do estado colonial, da depen

dência política e econômica, da opressão mantida pelo sistema social vi gente. É a isto que as CEBs chamam de articulação entre fé e vida, entre fé e política: uma fé vinculada com todos os interesses das pessoas.

Nesta compreensão, a Igreja que as CEBs intencionam é uma Igre ja dos pobres. Dos pobres não porque seus membros devam ser exclusivamente os pobres, os destituídos dos bens materiais e culturais da civilização, nem porque a mensagem religiosa vá ser dirigida a eles, numa adaptação cuidadosa, mas porque serão os interesses dos pobres os parâmetros e critérios para a ação da Igreja. Ser-dos-pobres não é adjetivo de Igreja mas constitutivo seu. Os relatórios mostram, à saciedade, que as CEBs buscam uma Igreja a partir dos pobres: toda sua ação está voltada para os pobres enquanto sujeitos determinantes da constituição eclesial—comunitária. O modelo, que subjaz à organização dessa Igreja, é a comunidade primitiva dos cristãos, descrita nos Atos 2, 42-27; 4, 32-35. (Conferir 9.512; 9.466; 11.317; 16.320.) Na prática, isto significa a rejeição de toda a ordem social estabelecida e a instauração da fraternidade universal baseada na comunhão em Deus. A comunhão na pobreza impõe um processo de libertação, de forma que os pobres saiam de sua pobreza e as relações sociais novas tolham a possibilidade de haver pobres. Ora, isto acontece na situação presente, de escravidão e opressão: implica, pois, um trabalho de libertação que passa por inumeráveis libertações concretas e comezinhas.

Toda semana, na reunião do Evangelho, a gente vê quais os trabalhos que a comunidade necessita e com binamos de juntar todo o mundo para fazer. De cada

reunião já sai tudo combinado, o dia e a hora, e to do mundo sempre vai cumprir o combinado. Os trabalhos que a gente mais costuma fazer são esses: 1. Bater tijolos e ajudar a construir as casas daqueles que estão precisando. (...) 2. ... fazer de novo a casa de farinha, coberta de telha. 3. ... participar das farinhadas um do outro: aqui ninguém paga para rapar mandioca. 4. ... ajeitar (os caminhos) ... 5. preparar os roçados de cada um, limpar o mato e cavar... (11.277)

Existe também muita colaboração de um para com os outros, em sistema de mutirão. (11.377)

Estes exemplos ilustram o que as CEBs entendem por fé religiosa, por fé em Jesus Cristo: uma fé que liberta.

Como Igreja, as CEBs se estruturam ao redor da Bíblia.⁴⁷ A Palavra de Deus, que é uma Palavra viva, se acha registrada de modo especial nas Sagradas Escrituras e é aí que buscam as CEBs a força de manutenção e expansão. AS CEBs surgiram da reflexão bíblica: os grupos se fazendo para ler as Escrituras.

Círculos bíblicos: foram a "porta de entrada" mais simples para se atingir o povo. Por isso, as pequenas comunidades reúnem-se semanalmente em torno da palavra e da realidade. (11.313)

Os encontros semanais de adultos são principalmente reflexões sobre a Palavra de Deus. (7.1094)

Resolvemos fazer nosso mutirão para isto: sair pelas beiras de caminho e convidar as pessoas marginalizadas da sociedade e até da Igreja, unindo-nos a elas para podermos crescer todos juntos Os cristãos dos grupos de Evangelho começaram a esparramar por toda a diocese. Em todo lugar onde chegavam, liam o Evangelho com o povo e conversavam sobre a vida. (9.499) Quem quiser entrar na caminhada, entre no grupo de Evangelho que é a base da nossa Igreja. (9.510)

A Palavra de Deus é lida e ouvida em confronto com a vida, em comunidade. O Evangelho, de referência a um passado esgotado, passa a ser luz para clarear a situação presente. E quem faz a leitura é o pobre. Há como que uma reapropriação do Evangelho pelo pobre, para quem ele foi inicialmente feito. O testemunho é constante:

A ajuda da Bíblia é vista por eles em função de sua própria vida. Já não lhes interessa tanto o autor, mas os seus valores e contravalores e, mais que estes, o processo que levou aquele Povo à descoberta, formulação, rejeição ou vivência deles. (7.1088)

As comunidades se reúnem semanalmente para revisão do trabalho e estudo do Evangelho aplicando-o à vida. (7.1115)

Hoje em dia, nas reuniões se tenta despertar o povo a partir da Bíblia mas se puxa muito para a ação. (7.1122)

Eles se reúnem para refletir o evangelho dentro da problemática de sua vida, com suas causas e consequências. Partem para ações conjuntas, enfrentando os problemas. (...) A pessoa de Cristo é uma presença real e uma força dinâmica em tudo. (9.479)

O que motiva até agora é a escuta em comum da Palavra de Deus, na Bíblia e na vida. (9.547)

(Percebe-se nos relatórios a seguinte idéia--força:) Redescoberta e "reapropriação" da Palavra de Deus e, de modo especial, do Evangelho. (9.551)

Hoje, depois que começamos a aprender a ler a Bíblia, a gente encontra nela as coisas da vida. A Bíblia foi democratizada e foi entregue ao leigo (9.551)

A reflexão do Evangelho se faz comparando com a situação do povo daqui. (11.275)

Todo mundo vê bem a ligação desses trabalhos com o Evangelho, porque o que Deus quer é que a gente seja irmão e ajude uns aos outros, vivendo bem unidos. (11.277)

A palavra de Deus é a fonte de tudo o que anima e existe na comunidade. (11.286)

Aqui, seria necessário relatar fatos para exemplificar como as CEBs se apropriam da Palavra sagrada para fundar seus atos. A Palavra serve de estímulo, direção, justificativa e apoio. O uso da Escritura passou a ser comum. Não há reunião que não conjugue Evangelho, oração e vida. A interpretação é feita no sentido da libertação. Os relatórios não permitem avaliar "in totum" a prática desta interpretação. Neste caso, seria necessário fazer uma análise dos roteiros em uso pelas CEBs. O que se tem como certo, dos relatórios, é o uso "interessado" (mas não tendencioso), ou seja, a aplicação do texto à realidade vivida pelo leitor, na exata medida de sua capacidade.

Se a Bíblia é a fonte de referência da renovação eclesial das CEBs, é nas celebrações⁴⁸ que elas se desdobram e revelam a sua própria face. Num relatório lemos:

Coerentemente com a procura de uma Igreja-comunidade onde o povo pudesse assumir tarefas e assumir a si mesmo, com os valores que ia descobrindo em si, foram se privilegiando formas de liturgia e de vivência eclesial mais "doméstica". (...) Voltando às formas cultuais mais domésticas, devemos ressaltar que os círculos bíblicos, após uma fase verdadeiramente "explosiva" (...), andaram perdendo terreno para as celebrações domésticas. (9.554)

O relator atribui ao envolvimento e à participação, próprios da celebração, as vantagens dela sobre os círculos bíblicos. Na verdade, as celebrações são, por natureza, a forma mais característica de religião. Elas são o culto que se presta a Deus. Aí, os sentimentos superam a argu

mentação. A celebração principal é a celebração eucarística, seguida da celebração da Palavra. Temos que distinguir os dois tipos de celebração: a eucarística é sempre presidida por um padre; a da Palavra tanto pode ser por um padre quanto por um leigo. As celebrações das CEBs, quando realizadas para o pequeno grupo, são livres em sua estruturação, mesmo em se tratando da missa: a participação é grande, todos usam ou podem usar da palavra, os cantos são cantados por todos, há uma participação afetiva que une os coparticipantes. Nestes termos, a celebração não só realiza o culto a Deus de uma forma privilegiada, mas, também de uma forma privilegiada, une afetivamente os companheiros. Por isto a disposição para o trabalho conjunto voltado para os que não ouviram a Palavra.

As mudanças nas celebrações não foram unanimemente aceitas. Segundo um relatório, o que garantiu seu êxito foi o entrosamento com a grande comunidade eclesial diocesana (9.556). Na verdade, o que aconteceu foi uma abrupta substituição do celebrante oficial, o padre, por novos celebrantes, desprovidos de qualquer outro título para o ofício que não a vontade de participar. O começo foi, muitas vezes, marcado pela cópia, havendo até casos em que se seguia o cerimonial litúrgico oficial. Aos poucos, as celebrações foram se adaptando às condições reais dos participantes, seja no ritual, na forma de participação externa, na linguagem e no canto, no enfoque do tema, etc.

49

As celebrações sacramentais são também um momento forte da vida das CEBs, sobretudo se ligadas ao esquema paroquial. Batismo e matrimônio exigem maior preparação. Exige-se, então, um sentido comunitário. O texto seguinte retrata bem a orientação da pastoral sacramental das

CEBs:

Em todos eles (os sacramentos), o aspecto comunitário é ressaltado e exigido. Os sacramentos e as celebrações litúrgicas têm sido instrumento evangelizador nas comunidades, levando o povo a ir fazendo a passagem de uma consciência mítica do sacramento, para um compromisso de vida. O trabalho é lento, mas já tem surtido efeitos positivos em algumas comunidades que até começam a exigir compromissos de seus membros mais do que o padre. (11.314)

Ou, como diz outro relatório:

A gente vê nas comunidades uma forte e importante renovação sacramental. Os sacramentos deixam de ser simples ritos para expressarem de fato um compromisso muito sério. Daí que para recebê-los é necessária uma boa preparação e uma conscientização. (...) Assim, mesmo nas celebrações, vai se unindo, cada vez mais, a fé com a vida... (11.388)

Há, desde o início (Cf 7.1205; 7.1207; 7.1211), uma preocupação positiva, por parte dos agentes pastorais, com a religiosidade popular. Embora os traços de secularização tenham sido fortes,

O padre não é mais tão solicitado para missas e sacramentos. As missas de defuntos e com intenções que se que desapareceram. (7.1082)

Não se explora o sacral. Não há igrejas. Os locais de culto são os locais de encontros, cursos, festas, etc. Não há devoções comunitárias. (7.1127)

não podemos generalizar o comportamento dela derivado (Cf 9.554), nem podemos afirmar que sua problemática passou despercebida: simplesmente não havia condições objetivas para superar, com êxito, o impasse.

A problemática da religiosidade popular também é grande mas não tem sido objeto de particular atenção. Em alguns lugares, ela é assumida e incentivada até em seus aspectos alienantes. Em outros, o processo de secularização foi rápido demais. Recalcou-a, mas ela

reaparecia sempre. As comunidades mais conscientes espontaneamente discernem o que nelas é válido, o que é alienante. (9.463)

Em povoados mais afastados, a renovação da Igreja penetra paulatinamente, e nota-se um grande apego ao passado. Às vezes o ritmo do povo pode ter sido forçado. Não soubemos testar corretamente a religiosidade de popular em suas formas mais tradicionais. Nem sempre se descobriu a conexão destas formas com os trabalhos do culto. (9.477)

Há uma tomada geral na Igreja do Brasil no valor positivo da religiosidade popular. O clero está dando conta que é mais secularizado do que o povo. Isto influenciou o trabalho de pastoral popular, como o nosso. Procuram-se meios de entrosamento com as devoções do povo. (...) Aproveita-se das grandes participações nas procissões, transformando-as em caminhadas com temas de reflexão. E procura-se como atualizar textos de novenas, coroações de Nossa Senhora, terços, e múltiplas devoções populares. (9.478)

A religiosidade popular e as formas de "piedade" popular decorrentes não foram nem violentamente suprimidas, nem indiscriminadamente fomentadas. Houve um substancial respeito para com o grau de consciência religiosa do povo. Religiosidade popular e formas de "piedade" popular, porém, foram utilizadas como veículos e instrumentos através dos quais eram introduzidos germes de crescimento e de amadurecimento crítico da fé. (9.554)

A partir da última assembléia diocesana, a expressão religiosa tipicamente popular tem recebido grande incentivo, no sentido de o povo das comunidades descobrir a autenticidade eclesial ... dessas expressões que lhe são próprias. Os "agentes de pastoral" se preocupam em não "apropriar-se" de tais expressões, mas oferecer condições para que se expandam, incorporando novos conteúdos a partir das descobertas do próprio povo. (9.523)

A religiosidade popular foi encarada como veículo autêntico de

fé, pelo menos a nível teórico. Na prática a questão se torna de fato pro-

blemática, dadas as normas litúrgicas, além da falta de estudos de caso

sobre a cultura popular que permitam experiências criativas.

As CEBs são Igreja também em sua vontade de comunhão com a hi
⁵⁰erarquia. Não há um relatório que questione a fundação da Igreja sobre
os apóstolos e, correlatamente, a sucessão apostólica dos bispos. Este é
um problema eminentemente teológico e as bases estão afeitas a questões
práticas. Nos relatórios, parte-se de uma situação dada: esta Igreja que
está aí, organizada nos moldes que estão aí, com Papa, bispos, dioceses,
paróquias, etc. Não é de outra Igreja que se trata: é desta mesma Igre
ja, a conhecida de todos. As CEBs, com efeito, surgiram de dentro desta
Igreja, com as bênçãos de bispos e padres, numa tentativa de renovação e
clesial: elas se sabem Igreja em comunhão com bispos e padres! Os problem
as, que se registram, são todos de ordem pastoral, não teológica. Ness
tes termos, não há muita diferença entre bispos e padres: sua presen
ça ou ausência traduzem o apoio ou a falta de apoio que as CEBs experiment
am.⁵¹ Num dos primeiros relatórios lemos o seguinte:

(Queremos) Uma comunidade acompanhada, confirmada,
integrada: não somos seitas, nem somos comunidades i
soladas. Queremos estar sempre ligados uns aos outros
e às outras comunidades e à nossa diocese. ... Que
o bispo também nos visite. (7.1069)

Há um amor profundo para com a Igreja e seus repres
entantes, mas não qualquer Igreja nem qualquer bis
po ou padre. (7.1124)

O bispo deve ser mais amigo, mais autêntico, respei
tando até a tradição do povo mais simples. A tarefa
dele é guiar e orientar a sua diocese, visitando tamb
ém com frequência o povo ... Deve estar pronto para
tudo. (9.543)

Ao bispo daria a tarefa-segurança e certeza de se

guir o seu ensinamento e andar no caminho certo. Ao bispo daria a tarefa de dar à comunidade conforto, certeza e segurança. (ib)

Se o bispo é representante da Igreja e nós somos Igreja, então ele tem que estar conosco. (9.565)

Há uma tensão entre as comunidades que surgem e a organização do poder na Igreja: nos relatórios que temos não se faz análise disto mas há constatações e denúncias. As CEBs são núcleos de tensão, porquanto se põem concretamente em ação transformadora, seja a nível interno de Igreja, seja a nível externo de sociedade. Por outro lado, queiram-no os bispos e padres ou não, a organização eclesiástica se ajustou à organização social, hoje denunciada pelas CEBs. Então, mais que aos bispos, por sua atitude individual ou coletiva em relação aos propósitos renovadores das CEBs, é ao sistema das relações sociais vigente que elas combatem. Aos bispos e padres se pede que entrem no mesmo combate ao lado do povo. Foi a partir do III Encontro de âmbito nacional que isto foi tematicamente abordado. O quadro de referência é "escravidão e libertação dentro da Igreja". Os bispos são solicitados, agora, enquanto representantes do sistema, pois as CEBs notaram que questão ultrapassava a boa vontade de cada bispo. O posicionamento teórico dos bispos (Cf. Medellín, Puebla, CNBB, etc.) é bem recebido nas comunidades mas não basta: é preciso que seja concretizado no dia-a-dia. No V Encontro foram levantadas sugestões concretas para se chegar a uma nova sociedade. Da parte da Igreja:

Que os bispos que estão aqui sejam a ponte entre as CEBs e os outros bispos que ainda não assumiram a mes

ma caminhada. Que os bispos usem o cajado em cima dos lobos e não em cima das ovelhas. Que a Igreja, antes de cobrar mudanças na sociedade, comece a mudar ela mesma por dentro. Que os leigos não sejam chamados a penas para ser ajudantes dos padres. (16.284)

Na Crônica desse Encontro lemos:

A intervenção mais aplaudida pela base: as CEBs pedem, solicitam a presença dos bispos. Mas, muitos bispos não querem se aproximar. Pergunta: quem é que está se separando da Igreja: as CEBs ou os bispos? ...
(Palmas prolongadas) (16.290)

Há uma tensão, entre CEBs e hierarquia, de ordem estrutural: as CEBs são uma nova forma de ser Igreja, organizada de forma democraticamente participativa, contrastando frontalmente com a organização vertical até hoje vigente. O que deve mudar-se é, basicamente, a distribuição de responsabilidade:

Ser eclesial não é dizer amém para padre e bispo, mas estar de acordo com o Evangelho. (16.312)

As CEBs não são movimento de leigos mas uma nova forma de ser Igreja, isto é, não se propõem um campo específico do trabalho religioso mas uma nova forma de tratar todo o campo religioso. Por isto, a questão se torna universal: tudo é repensado. Por outro lado, temos que considerar que os bispos, colegial ou isoladamente, foram dos primeiros promotores da transformação eclesial, na linha já do Vaticano II. Foram eles que, nos planos de pastoral de conjunto, incentivaram a criação das CEBs e foram eles que realizaram as Conferências de Medellín e Puebla, além das diretrizes pastorais da CNBB. Hoje, as CEBs são linha prioritária de grande parte das pastorais diocesanas. Em resumo, as CEBs

não se fizeram contra os bispos mas junto com eles, na intenção e na execução. As divergências que possa haver se inscrevem na normalidade das relações sociais de toda instituição. As CEBs fazem questão de estar com seus bispos, ainda que pretendam uma mudança na disciplina da administração eclesiástica. Os bispos, por sua vez, incentivam as CEBs, reconhecendo nelas os albores da Igreja adaptada às necessidades da sociedade atual.

O que se disse acima se aplica também às relações CEBs-padres.

A presença das CEBs, embora tenha parecido um substitutivo da paróquia, veio contestar as formas tradicionais de pastoral e seus pressupostos. As CEBs mesmas não se colocam como alternativa à paróquia: elas simplesmente se põem como Igreja face à sociedade. Na concretização desta sua proposta dão-se os conflitos com a Igreja e a sociedade tradicionais e, nunca, entre leigos e clero "tout court". Os próprios conflitos explicitam a vontade de ser Igreja da forma mais radical possível.

3.3. Organização das CEBs

Pela leitura dos relatórios, infere-se a existência de uma variedade enorme nas CEBs no que diz respeito a número e tipo de membros, a escolha dos líderes, a estruturação do grupo, a relações com outras comunidades, a organização dos ministérios, a reuniões, a formação dos membros, a treinamento dos líderes, etc. Esta seção pretende descrever a organização das CEBs nos seus vários aspectos.

Há CEBs nas cidades e no campo. As do campo, pela própria localização sócio-geográfica, se identificam com as capelas e abrangem as famílias como tais. Referindo-se a CEBs rurais, usa-se esta palavra para indicar os membros:

A Comunidade eclesial é formada em média por trinta famílias. (7.1085)

A Comunidade do Espírito Santo é formada por quarenta famílias. (9.465)

Na verdade, os relatórios não permitem tirar conclusões a respeito da participação familiar nos grupos de CEBs rurais. Podemos supor, no entanto, dada a caracterização sociológica desses grupos, que há muito maior envolvimento familiar nas CEBs rurais do que nas da cidade. Este fator influencia determinantemente o controle social interno.

Cada comunidade tem um líder, ainda que varie o termo designativo: pode ser líder como pode ser dirigente, chefe, coordenador, animador, etc. A forma de sua escolha não é esclarecida: tanto pode ser inici

ativa do padre quanto da comunidade. Sua função primeira é de presidir o grupo, conduzindo as reuniões e outras atividades:

Em Tanque do Chão a comunidade se reúne toda semana, no sábado ou domingo. (...) O animador dirige a reunião. (11.277)

As reuniões são dirigidas pelo animador-chefe. Se ele não estiver presente, outro membro que esteja disponível. (11.281)

As reuniões são dirigidas por leigos: animadores de comunidades. (11.313)

Desde o início, a formação do dirigente se pôs como tarefa primordial para o clero.⁵² Era um dos problemas (7.1123). Ligada ou não à tradição culturalista da Igreja, o fato é que a renovação pastoral, estimulada pelo Concílio, partiu de cursos de formação. Não importa o nome: cursos de formação, encontros, semanas, dias de estudo, etc. Por toda parte e com regularidade se programavam atividades de formação.

Nos anos de 1966 a 1969 houve ... um esforço concentrado. Pequenos encontros - os "concilinhos" - foram realizados com o objetivo de passar as idéias-chaves do Concílio, trocadas em termos e linguagem do povo da roça ... Assim começou a ser posta em questão a própria vida paroquial. (7.1063)

... essas verificações levaram ao lançamento de um tempo intensivo de reflexão em toda a diocese, como etapa preparatória do plano de pastoral diocesana. Foi o período 1967-1969. Os grupos foram se multiplicando, as lideranças foram sendo despertadas e preparadas. (9.454)

Esta nova liderança recebeu um reforço importante através de cursos e treinamentos. O Vigário ... ofereceu-lhes, a partir de 1969, sessões de cinco a onze dias, em geral duas vezes por ano. No total: 11 sessões, 83 dias, até 21 de junho de 1975 ... com média de 43 por sessão. Apresentou um programa dos mais va

riados: formação de líderes e dinâmica de grupo, teologia dogmática e pastoral, pensamento da Igreja latino-americana (Medellín), desenvolvimento dos povos (Populorum Progressio), criações litúrgicas, etc.

(9.528)

Os encontros de formação tomaram lugar no processo das CEBs e se tornaram ocasião para troca de experiências, organização conjunta do trabalho pastoral, articulação e estruturação das próprias comunidades. Os líderes começaram a perceber um raio maior de ação, seja a nível interno identificando fé e política, seja a nível externo estendendo suas atividades para outras comunidades. Este amadurecimento das lideranças ensejou consequente movimento de autonomia e independência do clero, a partir da própria organização da vida interna da comunidade, como no caso seguinte:

Houve uma briga entre duas famílias, que chegou ao conhecimento do povo. Poucos dias depois, chega o padre para normal visita à capela. Uma pessoa, ao apresentar o programa da visita, disse: "Aqui está marca da e Missa, mas não sei se vai ter". Diante da atitude contrariada do Padre, o mesmo disse: "Houve briga e vamos decidir se podemos celebrar a Missa". Na reunião da liderança que seguiu, tomou-se a decisão que não era possível celebrar ate que não voltasse a paz E assim foi. (9.468)

O crescimento das CEBs levou-as ao processo de institucionali

zação: a medida mais espontânea de elaboração foi a criação de conselhos

Eles já existem nos primeiros relatórios:

Para a comunidade ser adulta ela precisa da presença e animação de alguém. Esse alguém é o conselho.

(7.1070)

Em cada comunidade há o conselho. Está composto de três membros: o coordenador, o secretário e o tesoureiro. (...) É necessária a existência do conselho

ra a comunidade existir. (9.559)

A comunidade escolhe e elege os membros a fazerem parte do grupo. (...) O grupo é um conjunto de comissões, a quem a comunidade chama o seu conselho. Tem em média 15 pessoas. (7.1085)

A nível de CEBs há pequenos conselhos. Há também conselho de setor, de área, de arquidiocese... (14.193)

Entendemos, pois, que há conselhos em diversos níveis: o da comunidade, o do setor, o da área e o da diocese. O conselho comunitário, como alguns o chamam (7.1115; 11.300), supõe que a comunidade esteja dividida em vários grupos; nenhum grupo se denomina, então, comunidade, mas é ao conjunto que se dá este nome. Há, subliminarmente, uma identificação entre comunidade e paróquia: é uma forma de se tentar salvar a legitimidade da divisão territorial existente. Quando a paróquia é grande, é dividida em setores, dando origem aos conselhos setoriais. A área cobre, geralmente, a várias paróquias. O conselho diocesano fecha o círculo, mostrando bem que as CEBs acontecem numa Igreja bem estratificada e não têm por objetivo a desarticulação dessa organização, como pensam seus adversários.

O conselho, qualquer que seja o nível, tem por objetivo supervisionar os trabalhos das CEBs de sua área, fazendo com que marchem conjuntamente:

A cabeça do corpo comunitário é representada pelo conselho comunitário, pelos dirigentes de equipes, que têm a tarefa de planejar, avaliar, motivar e assessorar os demais comunitários na execução das atividades de cada equipe. (11.300)

Esta articulação, por conselhos, dá unidade ao trabalho das CEBs, além

de servir de estímulo aos seus membros: sente-se que não se está sozinho. Há, na verdade, uma variedade muito grande na organização das milhares de comunidades existentes. Se o conselho ou os conselhos não são instituições de todas as CEBs, são no entanto a tendência de sua organização. Os conselhos se subdividem, também eles, em setores funcionais: direção, culto, evangelização, catequese e promoção, economia, juventude, crianças, comunicação, saúde, etc. de acordo com as necessidades locais. Com põem-se de representantes da instância inferior. Aí, essas instâncias põem em comum suas experiências e tomam decisões conjuntas.

Os conselhos, porém, não são a única forma de as comunidades se unirem umas às outras. Há encontros de líderes, encontros de comunidades mesmo, ajuda mútua, visitas, correspondência, encontros regionais por área, Estado, encontros nacionais. Destes encontros saem relatórios, neles se trocam material didático e outros tipos de material, expõem-se as situações, os problemas, as soluções, os erros, trocam-se experiências e amizade. Desta forma, as CEBs se alimentam umas às outras, com vistas aos fins que se propõem.

E com alguns (líderes) deles foi planejado um encontro para todas as lideranças das 33 comunidades. Neste, os líderes colocariam o resultado do pensamento e da posição das comunidades; como representantes delas, tomariam uma decisão sobre o ritmo a seguir e as metas a serem atingidas. (...) (Neste encontro dos 90 líderes das 33 comunidades com os sacerdotes e o bispo ...) Houve um confronto inicial das comunidades, para que o grupo todo pudesse perceber a evolução nestes últimos anos. (7.1063)

Continuam os encontros periódicos dos animadores de várias Comunidades (cada 3 meses) com a finalidade

de colocar em comum experiências e reflexão em busca de uma vivência comunitária cada vez mais profunda. (7.1091)

As comunidades promovem encontros por áreas e de vez em quando um encontro de todas elas com o objetivo de fomentar cada vez mais a união e a vivência comunitária. (7.1115)

Há ajuda constante entre a sede e o interior e diversas comunidades novas foram fundadas por membros de outra comunidade ou por outra comunidade. (9.563)

A segunda etapa do encontro tinha como objetivo: "descobrir juntos a importância das comunidades de base se articularem entre si como condição básica para crescerem e transformarem a sociedade à luz do Evangelho". (...) Nota: Existem muitas comunidades que infelizmente não estão se articulando, e por isto estão morrendo. (14.211)

À medida que se dão os Encontros de âmbito nacional, constata-se que a organização e a articulação se impõem como exigência de sobrevivência para as CEBs. Isto, evidentemente, está ligado aos perigos que elas enfrentam, seja a nível interno de Igreja, seja a nível externo de sociedade. Quase diria que existe um modelo a ser copiado por todas as CEBs, tal a força de imposição de certos traços.

As CEBs nascem nas bases e tudo o que se faz converge para as bases. Este é o ciclo completo. As reuniões de base são essenciais: nada acontece realmente se não for nas bases. Pelas reuniões, que se realizam frequentemente dada a sua importância, passa toda a organização e articulação das CEBs. Nelas os membros se encontram, numa atividade comum, desdobrando-se uns aos outros. A comunhão fraterna, que daí resulta, é o suporte das atividades externas. Esta comum-união, que em

cada sociedade se dá de maneira específica, acontece nas CEBs em cima do aspecto religioso: todos estão ali pela ligação que têm entre si "em Deus". A reunião é, caracteristicamente, religiosa. Nelas se reza, se canta, se lê a Escritura, faz-se comentário do texto sagrado, se celebra a presença de Deus na união dos membros: isto é o fundamental. À luz da Palavra de Deus recebida, os membros das CEBs se debruçam sobre a realidade circundante e a questionam, propondo-se tarefas transformadoras. Nota-se que as coisas não seguem harmoniosamente o caminho do modelo ideal: umas CEBs se perdem no intelectualismo da reflexão em vez de se deixarem impregnar pela vivência da Palavra; outras se perdem na oração, em vez de a levarem à prática, ou vice-versa; outras ainda vivem questões que perturbam a prossecução dos objetivos intencionados.

Em Tanque do Chão ... tem somente as reuniões do Evangelho, onde a gente reza, estuda a Bíblia e também organiza o trabalho da comunidade. Toda semana, na reunião do Evangelho ... (11.276)

O que motiva, até agora, é a escuta em comum da Palavra de Deus, na Bíblia e na vida, o gosto pela vida comunitária, a "vontade de aprender alguma coisa que sirva para a vida", não ficar parado, o interesse pelos outros... (9.547)

Na parte espiritual, procura explicar o Evangelho. Na comunidade tem 10 círculos familiares, cada um com o próprio animador. Cada círculo abrange umas oito famílias, que se reúnem toda semana. (11.275)

A maioria respondeu que sempre há reuniões na comunidade. Tais reuniões servem ... para pôr em comum os problemas, discuti-los; tornar a gente mais irmãos; incentivar os jovens sobre a palavra de Deus; fazer revisão e planejamento dos trabalhos comunitários; e ainda para maior vivência cristã e aprofundamento da fé. (14.243)

... devemos ressaltar que os círculos bíblicos, após uma fase verdadeiramente "explosiva" ... ainda

ram perdendo terreno para as celebrações domésticas: ... as pessoas são mais "envolvidas" e têm maior participação. (9.555)

Há consciência de que quem se reúne só para rezar não se compromete (14.237; 7.1068). Por isto, encontramos em todas as CEBs a tendência para unir a oração à ação social.

Nas reuniões todos têm o direito de falar, mas isto varia muito, conforme a realidade de cada grupo. Os depoimentos mostram a variedade de participação. Normalmente é o dirigente quem puxa a reunião, mas muitas vezes ele tem auxiliares, por quem são distribuídas as tarefas. Há, sempre, lugar para discussão e, então, todos têm sua vez.

Segundo o dia de escolha, o coordenador de cada lugar reunia o grupo. Uma meia hora de cantos antes de iniciar a celebração, todos tirados do "Cantemos ao Senhor". Conheciam os cantos pelos números. Bastava um participante chamar um número e todos iniciavam a música. Depois, uma leitura feita pelo coordenador e comentada num primeiro tempo por ele mesmo e num segundo tempo pelos demais do grupo. Canto, orações comunitárias e saudações finais. (9.559)

O animador dirige a reunião. Ele e sua filha preparam o Evangelho, seguindo a orientação da folha da paróquia. Na hora de refletir o Evangelho, uns dão mais opinião, outros não falam muito. Na hora de combinar os trabalhos todo o mundo dá sua opinião. Se o animador faltar, parece que ninguém tem coragem de enfrentar o estudo do Evangelho mas os trabalhos comunitários continuarão a ser feitos. (11.277)

As reuniões são dirigidas pelo animador-chefe. Se ele não estiver presente, outro membro que esteja disposto. Quem escolhe os assuntos, leituras e orações é qualquer um dos presentes ... Tem sempre alguns no grupo que falam mais. As tarefas são distribuídas em grupos. (11.281)

As reuniões são dirigidas por leigos: animadores de comunidades, os quais incentivam o pessoal a dar a

sua opinião. Na comunidade todos têm vez de falar e sua opinião é respeitada, para que as pessoas se sintam bem no grupo. Geralmente as mulheres é que dão mais opiniões, ou melhor, é muito pequena a presença de homens, até o presente momento. (11.313)

As reuniões são muito importantes porque é ali que se pratica e se vivencia o que se diz dever ser. Dados relativos à duração, à ligação de umas com as outras, à forma como são conduzidas, à periodicidade, são esparsos, nada nos garantindo um registro permanente: ao contrário, expressam a maneira de ser de um grupo num determinado momento de sua história. O que parece certo concluir é da importância do animador na organização da comunidade. Ele é o veículo que transporta as orientações superiores e faz chegar até as bases. Neste sentido, temos que observar os roteiros das reuniões: desde os primeiros relatórios há visível preocupação a respeito:

O pároco envia para todas as comunidades ... um roteiro para o círculo bíblico, uma folha com as leituras bíblicas, uma folha para o culto. (7.1081)

Quem faz a Folha de reflexão é o grupo de leigos (alguns dirigentes da Coordenação geral), religiosas e padres. Em geral, cada Folha segue outras, numa sequência lógica, a partir de um tema que se julga importante. O esquema da Folha é o seguinte: um fato da vida ... A seguir vêm as perguntas que visam que o pessoal descubra como o fato é comum e também as causas que geram tais situações. Depois, a leitura de um texto da Bíblia e logo outra série de perguntas que fazem o pessoal ver melhor o plano de Deus e partir para uma ação concreta. (9.548)

Todas as Comunidades dispõem de ... uma espécie de temário de assuntos, leituras, preces, etc. que servem para facilitar a reunião. Esse temário foi preparado por vários padres da Prelazia procurando apresentar temas da maior importância e interesse para as Comunidades. (11.303)

Mas, nota-se também independência com relação a textos pré--fab
ricados: a própria comunidade se encarrega de escolher seus textos e as
suntos. Parece ser uma tendência no amadurecimento das comunidades:

As reuniões ... Os assuntos, leituras e orações são
 escolhidos conforme as questões tratadas e as ações
 levada adiante. (...) a reflexão do evangelho tam
 bém varia conforme o grupo, ou o assunto tratado.
 (11.279)

Um grupo grande escolhe alguns elementos que prepa
ram os assuntos da reunião seguinte. (11.365)

Com a evolução das Comunidades houve uma grande produção de tex
tos, conforme assinalamos na bibliografia. Estes textos são disseminados
 pelas CEBs e servem de roteiro, não imposto mas de qualquer modo dirigi
do, para as reuniões.

Os Encontros de âmbito regional e nacional têm insistido na for
mação (científica) dos participantes, o que ressoa nas CEBs em termos de
 uma análise sociológica ou teológica dos fatos que as tocam. Neste senti
do, compreende-se a preocupação por roteiros "lógicos" (9.548). É neste
 contexto que muitos não participam: têm medo de dar um fora. Por isto se
 observou anteriormente que as reuniões de culto são mais do gosto do po
vo (9.555). Assim se processam as relações nas reuniões das bases.

As reuniões são o lugar da identificação entre fé a política,
 o que vale dizer, o lugar onde o amor a Deus se propõe a se transformar
 em amor aos irmãos. Por isto, há sempre atividades para depois da reuni
ão. São atividades de todo tipo. Os exemplos aqui são inúmeros. Cito o
 depoimento das Comunidades de Goiânia:

Todas as comunidades tiveram quase a mesma forma de surgimento, isto é, partiram de uma necessidade de vivência em grupos: de oração, de trabalho, de sofredores, salientando os aspectos de buscar direitos, como saúde, educação, terra, moradia, etc. (...) Entre os trabalhos realizados nas comunidades podemos enumerar: na área de educação (...); na área da religião (...); na área de saúde (...); na área de trabalho (...); agricultura (...), social (...), família (...), política (...), cooperação (...), lazer (...) (16.343)

Na verdade, cada comunidade se liga diretamente aos problemas vividos pela população local e daí parte para trabalhos mais amplos. Há cobrança das tarefas atribuídas a cada participante:

Toda semana, na reunião do Evangelho, a gente vê quais os trabalhos que a comunidade necessita e combinamos de juntar todo o mundo para fazer. De cada reunião já sai tudo combinado, o dia e a hora, e todo o mundo sempre vai cumprir o combinado. (...) Todo o mundo vê bem a ligação desses trabalhos com o Evangelho, porque o que Deus quer é que a gente seja irmão e ajude uns aos outros, vivendo bem unidos. De pois a gente vê os serviços que foram feitos na comunidade e o que mais se tem para fazer. (11.277)

É neste fazer-para-fora que as comunidades realizam efetivamente a sua razão de ser, como veremos. Por isto, essas atividades são vitaís. Por elas há um enfrentamento direto dos membros das CEBs com toda a realidade social, impedindo, em princípio, um fechamento de visão da sociedade.

Falta-nos considerar, ainda, as condições exigidas para que alguém possa ser membro de uma comunidade eclesial de base. Isto foi preocupação desde os primeiros passos:

Só pertence à comunidade quem vai ao culto semanalmente; vai ao círculo bíblico semanalmente; matricu

la as crianças no catecismo (...); (tem) casamento e clesialístico (...) (e paga) dízimo. (7.1081)

Exige para fazer parte dela uma só condição: a opção, dada perante o grupo, de querer fazer parte da Comunidade Eclesial. Então, a pessoa ou família é inscrita no Livro da Pastoral e proclamada à Comunidade durante o culto. Há comunidades, onde alguns dos seus membros não são católicos e até por batizar. No entanto, os direitos de cada membro serão conforme a vivência cristã, segundo normas aprovadas pela Comunidade e aplicadas a critério do conselho em Assembleia Geral. (7.1085)

Algumas Normas comuns: honestidade pública, matrimônio católico, culto dominical, contribuição econômica determinada pelo Conselho. (7.1086)

Para ser da comunidade é necessário: a) que se participe das reuniões de conscientização ou de qualquer uma das outras; b) que se pague dízimo (...); c) que participe das missas ou celebrações em nossa igreja. (11.404)

Às mais das vezes, as normas e condições não são explícitas: e las parecem ser naturais, uma vez conhecidas as finalidades das CEBs. É, pois, na prática cotidiana que se observam as normas e condições implícitas. Os sociólogos ensinam que a previsibilidade do comportamento do outro é essencial para a atuação e cooperação grupal. Isto subentende que os membros de um grupo devem ter motivações semelhantes e encontrar na pertença ao grupo razões suficientes para sua própria existência. O grupo acaba constituindo normas, cada vez mais aprimoradas, usos e costumes, crenças e idealizações, uma própria interpretação da realidade, protótipos, linguajar e discurso, etc. Ao redor do grupo, e isto se verifica dos pequenos aos grandes, acontece a vida. Este conjunto de aspectos traduzem o que, na sociologia, se chama de controle social. Ajustar---se

aos padrões é a regra, mantendo-se, assim, a conservação do grupo. O rela
tor da Comunidade de Linhares assim apreende a questão:

As CEBs, ao assumirem, responsavelmente, todo um pas
sado religioso de fé em Deus no seu Cristo, se orga
nizam em função do bem-estar concreto pessoal e comu
nitário. Toda esta riqueza e organização está orien
tada ao engajamento de seus membros no processo cria
dor e histórico desse bem-estar. É riqueza de e para
todas as pessoas. A opção exigida para fazer parte
das CEBs ocupa um lugar preponderante. É como uma ma
trícula na escola da vida em ordem à educação do ser
viço a prestar na Comunidade local. (...) Toda místi
ca e organização das CEBs pretende comprometer seus
membros com maior paixão e acerto nesse processo li
bertador. Ela encontra sua motivação e finalidade na
fidelidade a Deus, manifestada no serviço a prestar
ao bem-estar da Comunidade. (...) Ingressar numa CEB
é comprometer-se mais seriamente no processo vital
da Comunidade, sendo luz e paixão da vida concreta.
(9.541)

Na prática do dia-a-dia das CEBs, o comportamento é ditado pe
la fé libertadora engajada. O controle social se exercitou marcadamente
em algumas comunidades incipientes. Já vimos acima exemplos disto. Aqui,
assinalo expressões constantes dos relatórios, que traduzem bem o senti
mento do controle social:

... as comunidades e todos ficar(a)m sabendo em pro
fundidade sobre as condições para a pertença à Igre
ja visível de Itarana. (...) Só pertence à comunida
de quem ... (Ver texto citado acima) Todos têm senti
do de comunidade e sabem a qual comunidade pertencem
(...) A palavra compromisso é palavra que todos co
nhecem. Há separação nítida entre gente da comunida
de e gente que não pertence à comunidade. (...) Devi
do às fichas que são manuseadas frequentemente cada
pessoa ficou sendo conhecida, principalmente pelo pa
dre. (7.1080 s)

Na "Síntese Integrativa", que M. Bergmann fez do I Encontro,
vemos arrolados os seguintes valores internos e conteúdos:

Valores internos e conteúdos:

Espírito comunitário. Participação e maior responsabilidade. Povo como centro. Consciência crítica, abertura à comunidade humana. Conversão religiosa e cultural (escala de valores internos e conteúdos). Pluralismo. Sentido universal e da continuidade apostólica. Forte sentido da atuação do Espírito. Tentativa de superar a dicotomia fé/vida. Salvação para a comunidade, dentro da comunidade.

Negativo: Desnível entre a fé da assessoria e dos membros da comunidade. Tendência espiritualista. Complexo de inferioridade diante do padre. Estar à margem da sociedade em geral, e dificuldade de agir sobre ela. (7.1133)

Um último ponto que destaco nesta secção é o dos ministérios.

Em se tratando de uma nova forma de ser Igreja, os ministérios precisam ser vistos em contraposição ao(s) ministério(s) tradicional(s). O grande ministro da ordem tradicional é o padre que, a partir dos seus "poderes" sacerdotais, passou a administrar as secções do território Igreja. Ele, por primeiro, estava encarregado dos interesses da Igreja, tornando-se o responsável, na visão comum dos cristãos. As CEBs introduzem, não importam aqui as razões, novos atores. Podemos elencar, embora a terminologia não esteja fixada, os agentes pastorais, o líder da comunidade, evangelizadores, dirigentes de celebrações, comentadores, leitores, cantores, sacristãos, catequistas, ministradores de curso, responsáveis pelos pobres e doentes, promotores de festas, tesoureiros, zeladores do patrimônio, encarregados do dízimo, conselheiros, ministros do batismo, ministros da Eucaristia, ministros do matrimônio, secretários, rezadores, músicos, fiscais, etc. Não há fixação dos ministérios nem em termos de estruturação e nem em termos de pessoas. O que se nota é que os serviços vão sendo executados conforme as necessidades das comunidades. Também não há reser

vas quanto à participação da mulher: todos dão sua contribuição segundo os dons e carismas recebidos. Os ministérios são múltiplos porque múltiplas são as atividades das comunidades. Em si, eles são expressão "in actu" da ação social nova que se produz, na linha da visão que as CEBs, nova forma de ser Igreja, têm e elaboram. Não são imitação do ministério dos padres, embora o possam ser na prática. Mas expressam a própria organização das CEBs em vista da realização de seus fins, muito mais do que uma tradução nova da ordem tradicional. Não resta dúvida de que os novos ministérios implicam relações sociais novas, tanto no que diz respeito a leigos e clero quanto no que diz respeito aos leigos entre si.

3.4. CEBs e transformação social

Desde os primeiros relatórios temos uma clara percepção, por parte das CEBs, da identificação entre a fé e a vida. Já o assinalei. A vida invade e toma conta de todo o território da fé, constituindo com e la uma coisa só. Ao contrário do que se pensava, é inconcebível uma fé relegada a uma só instância da vida do homem: ela é, na verdade, a enfor madora da vida na sua totalidade, nada havendo que lhe escape.

Esta reintegração não se expressa de maneira explícii ta como uma idéia nova. Não é o resultado de um cálculo que o povo fez, mas é algo que apareceu dentro do dinamismo renovador e está na sua raiz. Está sen do objeto de uma lenta descoberta. (7.1153)

Os relatórios não tematizam a questão: mostram a prática. A motivação é a filiação divina e conseqüente fraternidade universal:

Aqui está, queridos irmãos e irmãs de caminhada, a razão principal por que queremos a mudança desta soci edade: porque Deus quer, porque Jesus Cristo pre gou, porque o Espírito Santo nos inspira. O projeto de Deus pai é que todos nos sintamos como filhos, nos amemos como irmãos e coloquemos os frutos da ter ra a serviço da necessidade de todos. Ele fez uma a liança conosco para que vivêssemos na justiça, no di reito e na fraternidade. (16.321)

Há abundância de expressões:

Nós queremos uma Igreja que viva os problemas, as di ficuldades e as alegrias do povo. Não devemos nos pre ocupar tanto com a administração dos sacramen tos, com os ministérios, sem nos preocupar em promover o "menor", o mais sofrido, o que pena mais. (7.1068)

O Evangelho, para nós, é a luz que ajuda a enxergar sempre melhor a realidade. Não um Evangelho só para a alma e à eternidade. A palavra de Cristo está vi

va. Fala do dia de hoje, de nós, do povo, da situação. É com ela que nós queremos um compromisso e pretendemos agir. (9.510)

(Valores cultivados pelas CEBs:) Redescoberta e aproximação da figura de Deus como Pai e da figura de Jesus como Irmão. (...) A descoberta da "indissolubilidade" da fé e da vida. ("uma fé que mexe com a vida, a questiona e a desafia".) A descoberta da dimensão sócio-política da fé. ("a fé questiona e desafia não apenas a vida de cada um, mas também os tipos de organizações e estruturas que os homens se dão. (9.551)

Todas essas considerações do povo nos mostrem que começa a se esboçar a idéia de uma Igreja viva, mais engajada na vida, que não divide fé e cotidiano, onde o evangelho leva realmente a uma ação libertadora. (9.565)

Nas Conclusões do II Encontro (1976) lemos:

Na própria caminhada vamos ter sempre presentes que a fé não está separada da vida, que a Palavra de Deus se revela igualmente pela história do povo e que pela revisão constante da própria ação é que se pode ir descobrindo os caminhos da libertação. (9.448)

Fé e vida, fé e política, Evangelho e vida, são expressões frequentes nos relatórios e nos comentários para dizer da visão que as CEBs têm de Igreja, de religião, de sociedade. A vida é uma totalidade: não se divide "in re", senão "in abstracto". Este é o fundamento para as atividades ditas sociais. Insisto: a razão imediata, pela qual as CEBs pretendem a mudança da sociedade, é de ordem especificamente religiosa. Em sua compreensão de religião só há uma ordem: Deus. Um Deus que é Pai e que enviou seu próprio Filho Jesus Cristo para expressar a sua comunhão com os homens. Esta comunhão implica comunhão dos homens entre si, por serem todos filhos do mesmo Pai. Tudo que os homens praticam tem relação

intrínseca com o plano salvífico de Deus. Se os homens violentam este plano, o trabalho dos que crêem é reconstituir a ordem social para que se possa adequar ao plano de Deus. Não há, pois, do ponto de vista religioso/eclesial, lugar para outro tipo de pergunta sobre o agir político das CEBs. Perguntas de outro tipo só têm lugar em outros pontos de vista como a sociologia, a política, etc., mas, nem por isto, podem desmerecer a autenticidade do posicionamento originário das CEBs e, de modo geral, da Igreja. Resumindo, não há atividades "sociais": todas são intrinsecamente religiosas, mesmo que, no uso, conservemos a terminologia.

Observamos nos relatórios - poderia até dizer: em todos os relatórios - a tomada de conhecimento dos problemas sociais que afligem as comunidades. Este é, com efeito, o nível elementar de transformação social. Conhecimento do senso comum, brota da experiência cotidiana:

A lavoura não compensa, falta de técnica, falta de colaboração. Os proprietários não pagam convenientemente os trabalhadores. A assistência aqui é muito fraca, organizações fracas, falta de escola, hospital, comércio, etc. Os direitos da pessoa são sempre desrespeitados. (7.1067)

Só tem valor o que nós compramos. Quando a gente vende, nada vale. O café é barato na hora em que a gente vai vendê-lo e caro na hora em que vamos comprá-lo. De todo jeito, estamos sujeitos aos bolsos dos grandes. O trabalho é abençoado por Deus, mas o fruto do trabalho é explorado pelos homens (7.1072)

Muito trabalho e pouco resultado. Só existe facilidade de quando o empregado já conquistou a simpatia do patrão. // O marido é quem manda. Doenças, custo de vida. Direito de falar - a gente não pode falar! Faltam informações. Pobreza. Distribuição injusta da riqueza. Falta de farmácia, telefone, fossas, cemitério, cinema, colégio estadual, terraplanagem nas ruas,

armarinho, ambulância, posto médico, fiscalização da saúde pública, fiscal de menores, esgoto sanitário, moradia, guarda noturno. Lixo nas ruas, buracos nas ruas, lama, sujeira, escola fechada, guerra de lâmpada nos postes, matagal em frente das casas, fome, a n i m a i s s o l t o s, falta de transporte coletivo, a n a l f a b e t i s m o. (7.1117)

O sítio é pequeno demais, em geral, para manter a f a m i l i a; por isto precisam fazer um roçado nas terras dos outros. Sindicato ineficiente. Falta de terra p a r a t r a b a l h a r a. Falta de salário justo. Não temos nada de conforto e nem diversão. Maiores dificuldades: f a l t a de diálogo com pessoas capacitadas de nos ajudar, falta de incentivo; situação financeira, falta de u n i ã o; falta de força de vontade, de trabalho e i n d ú s t r i a. Não têm com que se vestir, do que comer. G r i l a g e m d e t e r r a. Expulsão.

Alimentar bem é luxo. Nós daqui não temos condições de se alimentar bem de jeito nenhum. Já deu prá se vê em outros detalhes como é a produção de nós daqui e como nós veve. Um homem que ganha cr\$40,00 por dia não dá para sustentar a família; dê em tudo remédio, estudo, comida, etc. Já deu para vê que o povo de A l h a n d r a não tem condições de cuidar da saúde de sua família de jeito nenhum, porque aqui não tem água nas ruas, as casas não têm fossas; o povo não ganham nem para comer quanto mais para se tratar. (11.273)

Aqui só tem uma escola fraca, uma professora só, que ensina o primeiro ano. A criança que quer estudar mais tem que ir para outro sítio, Amarelinha, que f i c a a meia légua. (11.280)

Os agentes pastorais fizeram uma síntese dos relatos dos grupos (III Encontro), que julgamos de muita valia para imaginarmos melhor os problemas vividos pela gente das CEBs. São problemas relatados por essa mesma gente, mostrando pois o conhecimento que tem de sua própria s i t u a ç ã o.

Sinais de Opressão: meio rural

- muitos pequenos proprietários vendem suas terras e vão se tornar favelados.

- Sindicato dos garimpeiros fraco: garimpeiro recebendo 3% do produto e o dono da draga 85%. O preço do produto é dado pelo gerente da fábrica.
- Medo do povo.
- Grilagem de terra.
- INCRA intervindo, querendo dividir os moradores.
- Capela que o povo construiu e que os proprietários derrubaram.
- Brancos oprimindo índios. Falta de poio aos índios por parte das autoridades. FUNAI atrapalhando índios.
- Políticos acusando trabalho do povo.
- Cartórios a serviço dos grileiros. Juiz do lado do grileiro.
- Grandes empresas adquirindo o que o pobre tinha.
- Intermediário fazendo o que quer: comprando produto do agricultor pelo preço que quer.
- SUDAM mandando grandes latifundiários para cima dos pobres. EMATER acabando com o povo.
- Políticos controlados pelos fazendeiros.
- Doenças atrapalhando trabalho do povo. Precariedade na assistência médica.
- Capim plantado de avião.
- Medo oprimindo o pobre.
- Máquinas tomando o lugar do trabalhador.
- Presidente da federação pelego.
- Políticos impedindo trabalho comunitário.
- CODEVASF massacrando o pobre.
- Política partidária atrapalhando o trabalhador.
- Gado ajudando o pobre a abandonar a terra.
- Falta de distribuição da terra. Dificuldade de documentação definitiva da terra para os pobres.
- Situação de doença come toda a produção do pobre.
- Povo só se unindo quando há brigas.
- Campanhas eleitorais iludindo o povo.

Sinais de Opressão: meio urbano

- Existem em muitos bairros das cidades problemas de terra. Os tubarões querem despejar os moradores. Muito sério é o problema de escrituras. Há ameaças de despejo que contradizem as leis. Os grandes têm muitos recursos para enganar os pequenos: passam por cima das leis com muita facilidade. Sem contar que as leis são feitas para favorecer os grandes. Espera-se inclusive que os pobres façam melhoramentos no bairro, que o terreno valorize para exigir a devolução das terras. A COHAB também oprime. No Rio, duas mil famílias foram desabrigadas pela COHAB.

- Favelas.
- Situação de moradia péssima. Falta de água, esgoto, luz, etc. Numa cidade do sul, foi registrada morte de crianças por causa da contaminação da água. Numa cidade do norte, de 4.000 pessoas, muitas crianças morrem ao atravessarem as pontes estreitas e perigosas, por cima dos igarapés. Quando adoece alguém é preciso carregar nas costas, atravessando essas pontes.
- Em Faina, Rubiataba, há 80% de marginalizados. Apenas 2 habitantes possuem mais de 100 alqueires de terra.
- Para morar em casas construídas pelo Governo é preciso ter pelo menos dois salários mínimos.
- Propagandas de empregos na cidade aumentam o êxodo rural. Esse provoca desemprego, salário baixo, moradia em más condições, etc.
- Para ser atendido no INPS é preciso pistolão.
- Só os ricos são ouvidos.
- Uma pesquisa feita em Pontas das Pedras, Ilha do Marajó, mostrou que apenas duas pessoas tinham registro em carteira.
- Poluição.
- Promessas vazias de políticos.
- Prostituição.
- O povo se acostuma com o assistencialismo, dificultando o trabalho de conscientização.
- É muito frequente a repressão policial por todos os lados, principalmente contra os mais marginalizados.
- Numa cidade do sul, houve prisão de operários.
- Numa cidade a polícia torturou uma família por causa de um ato praticado por um dos membros dessa família.
- É frequente, principalmente nas favelas, prisões por suspeitas.
- Prisão dos que procuram ajudar o povo a se conscientizar.
- Numa cidade do norte, a polícia matou um rapaz da favela por causa de uma questão simples.
- Numa cidade do sul, houve há pouco tempo incêndios talvez provocados pelos próprios políticos. Acusou-se várias pessoas que nada tinham a ver com isso, com o fim de desmoralizá-las, já que eram pessoas conscientes e comprometidas com o povo.
- O salário é baixo e o custo de vida alto, a gente vive passando necessidade. Há diferentes tipos de salários para dividir os trabalhadores.
- Ainda tem lugares onde o salário mínimo não é pa

go; para completar o salário mínimo insuficiente, o trabalhador faz horas extras todo dia. A maioria dos operários trabalha 10, 12 e até 14 horas por dia. Muitos fazem biscates aos dias livres. As mulheres ajudam com lavagem de roupa e os menores trabalham.

- Ha casos onde as horas extras não são pagas.
- O trabalhador ganha pouco, mora longe, passa 4 horas ou mais por dia em transportes cheios; é tanto aperto que a gente já chega cansado ao trabalho. Além disso o transporte é muito caro.
- Mal alimentado, cansado das longas horas passadas nos transportes superlotados, "como sardinhas enlatadas", sem proteção contra acidentes, são muito frequentes os acidentes no trabalho. Alguns deles até mortais. Há fábricas que mandam o operário morto para o pronto socorro e os médicos atestam que morreram no pronto socorro, para a fábrica não pagar indenização.
- Mau atendimento no INPS: os operários desmaiam nas filas.
- As fábricas pagam médicos para atender os operários no local do trabalho. Esses médicos fazem os operários trabalharem doentes.
- A fábrica não aceita o atestado médico do INPS; tem que ser aprovado pelo médico da Firma.
- Muitos operários são despedidos sem receber o que têm direito como indenização.
- Muitos operários não têm carteira assinada. São contratados por empreiteiras.
- Os trabalhadores vivem numa insegurança total; mesmo os que trabalham com carteira assinada podem ser mandados embora a qualquer hora: não há estabilidade.
- As condições de habitação dos trabalhadores é horrível. A maioria vive em barracos apertados e muitos dormem no chão.
- O Ministério do Trabalho não aceitou o mesário da chapa 3. Fraude nas eleições (11.426 s)

Este tipo de reação - tomada de conhecimento - é primário:

todo mundo sabe do que padece. Há, evidentemente, um mérito no expressar esse conhecimento, que é o de, subliminarmente, acusar o sistema social que dá guarida à injustiça. Isto é tanto mais verdade se se atentar para

a época em que as CEBs se desenvolveram. O povo simples, ao abrigo da organização eclesiástica, começa a dizer publicamente que as coisas não andam bem para ele. A primeira reação leva à segunda, que se dá em atos, visando a mudança da situação, a um nível ainda bastante imediato.

Organizaram uma comissão e reivindicaram da Secretaria da Educação do Estado a reabertura de um Grupo Escolar que estava fechado para reconstrução. Levaram o problema para a rádio. Em pouco tempo chegou a solução: o Grupo foi reaberto.

Fizeram um abaixo-assinado com 2.845 assinaturas, reclamando o transporte que servia muito mal. Em comissão levaram ao Prefeito e em 60 dias a Empresa de ônibus foi mudada. (7.1117)

Também neste nível os exemplos são centenas. Parece que há um trabalho sem fim de consertar as coisas. Fazem-se arranjos e rearranjos da situação social. Os trabalhos se destinam a prover interesses coletivos imediatos no sentido de cobrir falhas ou faltas. Não se explicitam, nos primeiros relatórios, as causas destas falhas ou faltas, ou os critérios utilizados para definir a falha/falta. Parte-se do senso comum que já compreende, "a priori", o mundo e sabe do que precisa para viver nele. O que é que as CEBs fazem neste sentido? A que se dedicam em termos de atividades sociais?

Ajuda mútua em reconstrução de casas, contatos com o Prefeito em termos dos problemas do bairro, contatos com o chefe da polícia (7.1116)

Compra coletiva de insumos e produtos agrícolas, problemas de escola, estrada, saúde, construção de um barracão para a comunidade, atividades recreativas, atendimento a pessoas mais necessitadas, etc.

(9.472)

Desde ajuda aos necessitados até a preocupação com os problemas maiores como sindicato e terra. (9.480)

Resolver os casos difíceis que podem surgir: doen
ças, desemprego, separação, morte. (9.547)

Os trabalhos que a gente mais costuma fazer são es
ses: bater tijolos e ajudar a construir as casas da
queles que estão precisando. Já construímos 10 casas
assim. (...) a comunidade (...) fez de novo a casa
da farinha, coberta de telha (...) Quando os cam
inhos estão muito ruins a gente se ajunta para ir a
jeitar. (11.277)

Luta por ônibus, clube de mães, regularização de lo
tes comprados em loteamentos clandestinos, movimento
do custo de vida. (11.335)

Registro de crianças e adultos, organizar casamentos
civis, campanha do filtro, corte e costura, campanha
da cobertura, do quilo, construção de barracos, proje-
to da creche da igreja. (11.398)

As comunidades, desde cedo, percebem que não podem ficar só no
rezar mas têm que realizar a fé no vivido. Os relatórios retratam, a ca
da página, a verdade desta afirmação: partem para a ação. A ação, no en
tanto, pela ação não explica satisfatoriamente a realidade, pois não a
transforma. A experiência constata que, apesar dos muitos e muitos traba-
lhos, tudo permanece mais ou menos do mesmo jeito. M.Bergmann, em sua
Síntese Integrativa a que já nos referimos, usa a expressão "ineficácia
política" para descrever o quadro deste nível de ação. O relator de São
Mateus ES assim se expressa:

Depois de descobrir a realidade com suas falhas, sur
ge a pergunta que faz a mente pensar e a cabeça do
er: "Por quê? Por que existe esta falha? Será que
Deus quer isso mesmo? Será que deve continuar sempre
assim? Que poderíamos fazer?" (9.466)

E logo acrescenta:

Com a ajuda de alguns animadores mais entrosados na
política foi planejado um programa de conscientiza
ção. Nas reflexões de grupo, no culto, nas reuniões,
os assuntos verteram sobre o sentido da verdadeira po

lítica, sobre os deveres dos cidadãos em relação à política, à dignidade da pessoa humana que não deve deixar-se comprar, sobre o sentido do voto. (9.466)

O programa de conscientização⁵⁴ é indicativo do terceiro nível de atitude frente à situação. O programa supõe que umas pessoas saibam e outras não saibam: que umas pessoas tenham conhecimento por inteiro da situação social, podendo conjugar fatos aparentemente isolados uns dos outros e explicá-los coerentemente por sua aproximação; que umas pessoas conheçam "por dentro" a trama social, as relações entre os diversos setores da vida social e possam encontrar as causas fundamentais dos problemas; que outras pessoas não saibam nada disto e, por mais que tentem dar solução aos males, nada conseguirão. O povo precisa ser conscientizado: é a expressão corrente.

A leitura da documentação atesta, à primeira vista, a percepção que as CEBs têm da necessidade de deflagrar um processo de conscientização, expondo as causas reais e profundas dos problemas que aparecem e, mais, aparecem desconexos. Esquemáticamente: percebem-se os problemas, indicam-se as causas globais e específicas, apontam-se as soluções.

A nossa tarefa consistirá sobretudo em conviver com o grupo católico para instalar o dinamismo "ação-reflexão" no grupo. Isso parece importante em relação ao surgimento de uma consciência política. (7.1097)

Conscientizar o povo para a luta, a fim de conseguir melhores condições de vida. (7.1120)

Levamos eles a descobrir a quebra do plano de Deus dentro dessa realidade. (7.1125)

Em termos de povo e Igreja, o objetivo é a preocupação com o povo, a união deste povo, a conscientização de que está sendo oprimido. (11.331)

Foi com cursos de renovação pastoral que a Igreja começou a se movimentar. A própria conscientização pastoral levou à conscientização sócio-política, numa visão global de sociedade. Intensificou-se o ritmo e o volume dos cursos de formação e treinamento.

Depois estas pessoas interessadas que eram padres, professores, rezadores de terços e catequistas, pensando juntas, viram que o objetivo da ação era mudar a consciência do povo, para se unir e pensar juntas o que se devia fazer. (9.481)

Seria interessante conhecer os roteiros dos cursos de conscientização, o que os relatórios não fornecem. Em 7.1074 temos uma "informação" do bispo para os participantes do Encontro de líderes comunitários rurais. Nela, o bispo tenta fazer uma macro-análise dos pequenos problemas das comunidades: mostra como funciona a sociedade e o que é a política. O volume 15.207 relata um encontro de formação para o clero de S. Mateus ES. Trata-se aí de economia, política, organização popular, papel da Igreja, etc. Serão pontos a ser repassados para os líderes comunitários, em encontros menores.

O programa de conscientização, abrangendo todos os aspectos da vida do homem, teve início com o desabrochar das CEBs mas foi com os Encontros de âmbito nacional que se impôs de forma crescente. Foi a partir do III Encontro que se começou a tratar explicitamente do tema. O lema do Encontro foi "Igreja, Povo que se liberta". O esquema do relatório final do Encontro nos sugere como as CEBs caminharam na direção de uma consciência política:

1. Realidade e Ação, meio rural e meio urbano: sinais de opressão e sinais de libertação.
2. Análise da realidade, meio rural e meio urbano:

- a) quais as raízes desta situação?
- b) quem está adubando?
- c) o que estamos fazendo está adubando ou cortando a raiz?

Estava lançada a palavra de ordem, alto e bom som. É claro que o Encontro só tratou disto porque isto fervilhava nas bases. Serviu, no entanto, para estimular as comunidades que não estavam no mesmo passo ou que não sabiam se organizar na caminhada e indicou formas comuns de abordagem da questão. O Encontro seguinte (1981) tematizou mais uma vez as mesmas questões. Resumindo com o editorialista do SEDOC, o IV Encontro focalizou

1. a religião comprometida com a transformação das relações sociais;
2. o sistema capitalista como um dos principais produtores da miséria;
3. a união de todos os movimentos populares como forma de resistência e libertação;
4. o papel político das CEBs. (14.133)

O V Encontro (1983) prosseguiu na mesma linha, enfocando o papel das CEBs na construção de uma nova sociedade:

- por que querem uma nova sociedade?
- que encaminhamento dar aos problemas de terra (rural e urbana), desemprego e subemprego, administração pública, fome e seca no Nordeste, política partidária, Igreja? (16.275 ss)

As CEBs desencadearam um processo de conscientização de dimensões nunca vistas no Brasil. Por cinco anos, pelo menos, que vão desde o Encontro de João Pessoa (1978) até o de Canindé (1983), a leitura religiosa se faz sobre todo o texto humano, obrigatoriamente, sob pena de não ser autêntica e completa.

Cumpra, agora, acompanhar de perto o processo de conscientiza
ção que se verifica nas CEBs. - Do que devem as CEBs se conscientizar?
 Qual a compreensão que têm da sociedade? Apoiadas na certeza de que o
 primeiro passo é despertar para o processo, as CEBs indicam o caminho: a
preender a realidade como uma totalidade. Esta percepção é fundamental:
 nada acontece isoladamente; é preciso descobrir as causas de "tudo isto"

55

E nós não entendemos bem por que tanta coisa errada,
 nem sabemos direito onde é que está a causa de tudo
 isto e por que as coisas são assim, tão duras e difí
 ceis para a gente. (7.1072)

Para a gente se unir para resolver esses problemas
 precisamos saber que estamos dentro de uma situação
 errada. Precisamos parar para ver melhor. Ter uma vi
são grande da sociedade grande. (...) A sociedade
 grande está assim: tem uns muito bem; outros poucos
 estão menos ruins; e muitos vão muito mal. A multi
dão está no aperto. A massa é sacrificada: luta,
 trabalha e é explorada. Esta situação está certa?
 (...) Vocês não decidem. O povo não tem vez nem voz.
 A decisão sempre vem de fora. As coisas são decidi
das lá em cima. (7.1075)

A percepção da totalidade não é um dado. Ao contrário, há uma
 propensão para se ficar no plano dos problemas imediatos. Os primeiros
 relatórios refletem uma preocupação de cunho pastoral e ético. O "lugar"
 é religioso, desde o seu sentido mais comum. O que se busca é a conver
são pessoal: cada qual tem que se tornar diferente; a mudança passa por
 dentro de cada um. Enfatizam-se os valores e contra-valores. Há atuação
 social mas a impressão é de que ela se fragmenta diante de um todo ina
tingível. À medida que são feitos esforços para transformar a realidade
 imediata, delineia-se mais claramente a necessidade de conscientização
política. O depoimento seguinte é típico:

O objetivo do trabalho é: em grupos viver o evangelho na própria realidade, partir dos problemas da comunidade e dos outros, refletir e agir juntos para, a curto prazo, tentar uma solução para certos problemas e, a longo prazo, aos poucos, fazer crescer o nível de consciência e fazer assumir a luta pela libertação do que oprime e desvaloriza as pessoas.

(9.480)

Aos poucos, a denúncia das injustiças, que em cada lugar têm nome próprio, termina indicando a causa mais profunda: o capitalismo, a máquina da sociedade, o sistema social, o sistema político-econômico.

A nossa atitude mostrou que a gente não aceitava mais o capitalismo da sociedade ... Para nós está muito claro que o Evangelho não está de acordo com o capitalismo.

(9.501)

Todo o nosso trabalho pastoral tenta salientar e clarear mais essa contradição, tentando dar uma visão do nosso sistema político-econômico, levando o povo a enxergar mais longe as causas da opressão em que vive.

(9.567)

O capitalismo é negado por sua responsabilidade na organização da sociedade atual. As opressões, já mencionadas acima, são fruto do capitalismo. A sociedade, mais de uma vez, é comparada a uma árvore, onde a seiva é a vontade do lucro, a acumulação da riqueza, e os frutos são os problemas de toda ordem: econômica, cultural, política, social, religiosa, etc. Não se tem uma exposição ordenada e crítica do capitalismo, mas expressões fortes de sua rejeição.

O caminho a percorrer não está marcado: busca-se por oposição às falhas do capitalismo vividas na carne. Repetem-se, com frequência, os atributos da nova sociedade: justiça e fraternidade. Falta, contudo, um projeto concreto, pois o que se tem é um projeto utópico, messiânico,

na linha de toda mensagem religiosa. Em nenhum relatório se assume a tarefa de desenhar um projeto global de mudança da sociedade, incluindo os passos e instrumentos. Lemos referências à necessidade de projeto se melhante:

Sociedade nova? Qual o rosto, qual o desenho dessa nova sociedade? Qual seria o seu modelo? Uma sociedade socialista, democrática, participativa, igualitária, fraterna? Não seria já o momento de irmos pepensando como seria essa nova sociedade? (16.277)

Na verdade, não se encontra outro caminho para combater o inimigo capital senão o trabalho imediato de superação dos problemas circundantes e, num plano distante, o discurso da teoria. Observa-se, aqui, uma inconsistência fundamental. A solução parece estar na extensão e expanção das comunidades de base, condição para organização de um trabalho completo. Este tem sido o caminho trilhado e, a par disto, a ligação com todos os movimentos populares.

Qual o resultado concreto, em termos de transformação social, de tudo isto que as CEBs realizam? A que levam, com efeito, as práticas locais? Não considero aqui o trabalho de conscientização, desde a alfabetização até a discussão comunitária da organização social, nem o trabalho de inculcação das virtudes pessoais para o deslanchamento das mudanças pretendidas. A pergunta tem por objeto as transformações sociais efetivamente verificadas. Num primeiro conjunto de transformações podemos ar

rolar obras de saneamento básico, de transporte coletivo, de atendimento médico-hospitalar, realizadas por terceiros sob pressão das comunidades. Num segundo conjunto, arrolamos iniciativas suas como roça, bodega, farmácia, cooperativa, horta, etc. comunitárias; campanha de limpeza de ruas, de privadas, fossas, filtro, etc; tentativas de solução imediata para os problemas vividos. Num terceiro conjunto: oposição sindical, movimento do custo de vida, reforma agrária (urbana e rural), política partidária, defesa pública das "minorias", etc. Em todas estas atividades há uma transformação social básica, qual seja a própria prática de dizer e forçar o caminho de solução dos próprios problemas. Trata-se da conscientização em ato. Resta saber, aqui, a dimensão social dessas atividades todas: - é um pequeno grupo que as realiza ou a participação comunitária é realmente verificada? Isto não se dando, pode-se, assim mesmo, se falar em transformação?

Quanto ao primeiro conjunto de realizações, o saldo é o envolvimento político, cobrando das autoridades aquilo que lhes é devido. No que se refere ao segundo conjunto, observa-se a experiência comunitária da transformação: são iniciativas que comprometem, na base, a própria maneira de ser-em-comunidade. Também aqui é preciso conhecer a extensão dos projetos desenvolvidos. Um e outro conjunto constituem a defesa prática dos interesses imediatos das comunidades. O terceiro conjunto ataca frentes cujos problemas não têm solução local: atingem a própria organização social brasileira. Faz-se a nível local um trabalho de "ocupação de espaço" (P.ex. elegem-se candidatos a cargos públicos, põe-se uma nova diretoria no sindicato, boicota-se a venda de produtos, etc.), mas traba

lha-se em termos de sociedade global.

As CEBs, mais e mais, vão se definindo como lugares de experi
ência religiosa, na melhor compreensão da palavra, transferindo para as
entidades especializadas o que não é tarefa específica sua. Atribuem-se,
então, a função de sementeira de lideranças comunitárias que vão se desa
brochar nas outras entidades. Cito conclusões dos grupos de trabalho do
V Encontro (1983): - Qual a contribuição específica que a CEB dá para
a construção da nova sociedade? ⁵⁶

- Função crítica em relação às atuações dos movimen
tos populares.
- Incentivar e apoiar as organizações populares pela
construção da nova sociedade.
- Educação política e oposição às estruturas injus
tas. Capacitar para entrar nos movimentos popula
res.
- Ser a fonte onde os militantes de todos os grupos
e associações ou movimentos buscam o alimento (fé)
- Muitos grupos e movimentos querem e lutam pela mu
dança da sociedade e é nas CEBs que se encontram a
luz do Evangelho.
- Colocar o Plano de Deus nos sindicatos, associa
ções, partidos, clubes de mães e outros movimentos
populares. (16.285 s)

As próprias CEBs dão testemunho da compreensão do seu papel de
transformação da sociedade:

Esse trabalho que a gente faz em nossas comunidades
pode parecer muito pouca coisa, mas é um dos traba
lhos de Igreja mais importantes que existem hoje no
Brasil e em toda a América Latina. (...) Estamos for
mando uma grande corrente e em nossas mãos está en
tregue o trabalho de tentar conquistar a nossa liber
tação. (14.201)

As CEBs já são um sinal e uma semente desta nova so
ciedade, sendo que realizam os valores da participa
ção, igualdade, fraternidade e valorização dos peque
nos, que são os alicerces da nova sociedade.

(16.337)

Há um reconhecimento implícito de que a transformação social se opera no concreto, i.e. tem que passar pelas pessoas e comunidades reais, na medida de suas possibilidades de atuação. As CEBs já são um lugar de novas experiências, também no plano social.

Como se dá o processo de conscientização? A resposta a esta pergunta se fará em diferentes sentidos: indicando-se (1) os instrumentos maiores, (2) os métodos, técnicas e recursos e (3) a prática pedagógica.

(1) Chamo de instrumentos maiores as reuniões, os encontros, as assembléias, os cursos, criados para a realização dos objetivos da conscientização. Uma vez decidida a iniciativa do processo, o primeiro passo foi reunir gente e discutir o problema; o segundo, aprofundar o tema em forma de curso e/ou encontros. O mais se sucedia quase que naturalmente: novas e periódicas reuniões, encontros de líderes, encontros de CEBs, encontros setoriais, estaduais, nacionais, tudo indicando o crescimento do movimento. Os relatórios assinalam, a cada página, estes passos. Os encontros são momentos importantes no processo de conscientização, porque aí se discute o próprio processo, se criam laços afetivos entre os membros e se realizam os objetivos de uma Igreja nova.

(2) Que método, técnicas e recursos as CEBs usam no processo de conscientização? Há poucas referências a isto nos relatórios. Embora poucas, permitem levantar a hipótese de que há um método de difusão genera

lizada, o que é comprovado pelos roteiros de reuniões. Num relatório, a pós a descrição de uma ação feita pela comunidade, mostram-se os passos dentro do método:

Mais ou menos são estes os passos dentro do método : pesquisa da realidade, arrumação dos problemas e de volução ao povo; reflexão e questionamento das cau sas e conseqüências; planejamento da ação (com quem, como); reflexão da ação, antes, durante e depois; de volução da ação refletindo os fracassos e as vitóri as. Depois de cada passo se pára a fim de refletir os acertos e as falhas. (9.480)

Este método, embora dele se diga "criado a partir de ações feitas", é o método Ver-Julgar-Agir usado pela Ação Católica, ao qual se faz referência explícita em 16.377. Os três momentos do método são o conhecimento da realidade, o estudo dela e a ação com vistas aos objetivos pretendi dos. O conhecimento da realidade é chamado de "fatos da vida" ou "vida do povo": mostram as coisas no seu acontecer fenomênico. Passa-se, em se guida, à análise em busca das causas, dos elos, com vistas à determina ção da ação a ser efetuada. Há um constante processo de planejamento/exe cução/avaliação. Além da mística incorporada a este método, por sua his tória, tem ele a vantagem de partir da realidade vivenciada pelos parti cipantes das CEBs, aplicando-se-lhe imediatamente indagações críticas, à luz das teorias e, sobretudo, do Evangelho. Amadurecido o conhecimento da realidade, planeja-se a ação que é acompanhada e avaliada:

... a pesquisa é um instrumento indispensável para se poder descobrir esta presença e partir realmente das necessidades mais sentidas pela comunidade. A devo lução sistematizada do material obtido através de pes quisa favorece enormemente a discussão dos problemas e o plano de ação. (9.474)

O esquema da Folha é o seguinte: um fato real da vi

da, geralmente situações e ações coletivas ocorridas na cidade, quer seja no trabalho, nos bairros, na escola, na família. A seguir vêm as perguntas que visam que o pessoal descubra como o fato é comum e também as causas que geram tais situações. Depois, a leitura de um texto da Bíblia e logo outra série de perguntas que fazem o pessoal ver melhor o plano de Deus e partir para uma ação concreta. (9.548)

As aulas, por exemplo, têm como base a história do povo da região e têm como objetivo levar os grupos a desenvolverem seu senso crítico, tomarem consciência da realidade, se capacitarem para analisá-la e se tornarem sujeitos de mudança social. (9.564)

A ação consiste, primeiramente, na própria reunião de conscientização. Aí se formam grupos, cujo assunto principal são os problemas da vida à luz do Evangelho. Do sentido comunitário, que começa a brotar, parte-se para a ação comunitária, o que reforça a consistência do grupo. Esta ação é, como já foi assinalado, planejada e avaliada, tendendo a uma expansão cada vez maior. Desta forma, fecha-se o círculo metódico.

Dentro do método usado, observam-se várias técnicas. Fala-se, por exemplo, em "criar perguntas para que eles descubram a causa dos acontecimentos", ao estilo da maiêutica socrática. As histórias, como condensadoras de uma situação real, são um dos instrumentos de maior utilização pelas CEBs, sejam fatos reais, sejam exemplos bíblicos ou ficções. Há, também, muitas referências à formação dos líderes no que diz respeito à dinâmica de grupo.

As aulas, por exemplo, têm como base a história do povo da região... (Ver citação acima.)

Nada é imposto, mas tudo que vem do pessoal é acolhido. Não há professores nem alunos, porque todos se

colocam em atitude de aprendizes da vida e do Evangelho. Não se procura dar resposta, mas se tenta situar adequadamente o problema. (9.521)

A leitura deve ser feita em pequenos grupos. (...) A través da ação organizada e reflexão contínua (o pessoal da base entende a realidade a partir do que ele vive e reflete). Através da ação planejada e avaliada. Através do estudo (ex. história da sociedade).
(11.445)

Não consta em nenhum lugar, mas a técnica mais usada é a de fazer os participantes falar. Basta verificar o esquema das reuniões, o número de perguntas propondo o levantamento e o questionamento da realidade.

Em termos de recursos, é enorme a variedade inventada pelo próprio povo. Exemplifico, aqui, com as alegorias do mandacaru (usada no V Encontro: "Só mandacaru resistiu tanta dor"), do trem, cuja locomotiva é a fé; os trilhos, o trabalhador rural e o trabalhador urbano; os vagões, os encontros nacionais das CEBs; da árvore do capitalismo, etc. Assinalo as dramatizações, as cartilhas e folhetos, os cantos. A bibliografia de textos populares é expressão disto.

A difusão generalizada do método, das técnicas e recursos, mostra a unidade do processo de formação de CEBs: é um dos instrumentos de unificação. Cria-se, assim, uma disciplina que vai impregnar todas as atividades das comunidades. Esta disciplina é formadora, no sentido de que muda o comportamento das pessoas, organizando suas ações em função de maior probabilidade de acerto. Lemos em muitos relatórios que os objetivos não foram atingidos e uma razão apontada é a insuficiente aplicação do método. A disciplina do método, com efeito, sustenta a mística que emba-

la as CEBs desde suas origens.

(3) Passemos, agora, à descrição da prática pedagógica das CEBs.⁵⁷ Ela consiste no trabalho de direção e organização das relações sociais à luz dos objetivos próprios, ou seja, visando a comunhão com Deus e com os homens, segundo as exigências da fé em Jesus Cristo, pela Igreja. Diretamente, ela diz respeito ao como-fazer e, indiretamente, ao o-que-fazer. Da prática pedagógica queremos conhecer (a) os princípios, (b) os valores e (c) os resultados.

(a) Quanto aos princípios, assinalo três: o sentido comunitário, a problemática real dos pobres como ponto de partida, o planejamento da ação. Vejamos por partes.

O sentido comunitário é a aprendizagem fundante de toda a prática pedagógica das CEBs. O homem capitalista, da sociedade que deve ser mudada, está acostumado a viver isoladamente, numa perspectiva individualista, pondo como critério máximo de sua atuação social o seu próprio bem-estar, os seus interesses particulares. As CEBs propõem uma pedagogia diferente: de educar o senso comunitário, fazendo com que as pessoas ajam não como indivíduos isolados mas como membros de um grupo. O grupo de aprendizagem é o próprio grupo CEB. A aprendizagem fundamental não é por ouvir dizer mas por viver, por praticar. No pequeno grupo, com efeito, as pessoas se conhecem, se tornam amigas, se tocam pelos mesmos ideais, valores, objetivos; apóiam-se mutuamente na perseverança dos propó-

sitos. Em função das expectativas grupais, cada membro se torna mais ar
 doroso na fidelidade ao estabelecido e, assim, cresce a convicção interior
 or de continuar no caminho encetado. O pequeno grupo é a célula primeira
 da formação das pessoas. Tudo que se quer para a nova sociedade e a nova
 Igreja tem que se praticar aí e, uma vez experimentado existencialmente,
 é como que natural que se transporte para toda a vida, para a sociedade
 global. Tudo que dissermos das CEBs, na tentativa de esclarecer sua prá
 tica pedagógica, deve ser pensado neste contexto de pequeno grupo. A ex
 periência do sentido comunitário é a experiência básica: sobre ela se
 constroem as demais. Vejamos alguns depoimentos:

As pequenas organizações: produzem união; colaboram
 para vencer o egoísmo; levam-nos a enfrentar os pro
 blemas; animam-nos a participar na comunidade, e o
 povo vai acreditando em si e as lideranças crescem e
 servem mais ao povo. (7.1078)

O objetivo principal é a formação do espírito comuni
 tário, o despertar para o outro. (9.458)

A leitura da realidade deve ser feita em pequenos gru
 pos (um trabalho para a massa mas não em massa).
 (11.445)

A força pedagógica das comunidades parece fundamen
 tar-se nos grupos. (11.389)

A prática pedagógica das CEBs se apóia, em segundo lugar, nos
 interesses dos participantes, ou seja, nos problemas reais dos seus mem-
 bros, que são os pobres. É a partir dos problemas concretos da comunida
 de que se faz a comunhão com Deus e com os homens. De outra forma, seria
 cair no discurso vazio do abstracionismo retórico. O que move as comuni
 dades é o contexto social tal qual é vivido por todos os membros ali pre

sententes: a aprendizagem se dá em cima do que está acontecendo. Vimos acima, quando falamos do método de conscientização, que se parte da realidade. Este aspecto é importante em termos pedagógicos, 1º, porque de outra forma não se atingiriam as pessoas participantes; acostumadas ao fato bruto da realidade e não à sua interpretação teórica; 2º, porque a ação transformadora que essas pessoas vão realizar tem que incidir sobre o real que está ao seu redor, senão nada atinge, tornando-se inócua; 3º, porque a experiência, que pretende êxito, tem que se dar sobre os fatos que tocam as pessoas envolvidas. Por isto, as CEBs partem dos problemas reais dos participantes, ou seja, dos problemas da comunidade inclusiva.⁵⁸

Vimos que os membros das CEBs são pobres. Os problemas reais, de que se trata, são pois os problemas dos pobres, os problemas que a organização vigente da sociedade lhes impõe. É importante deixar claro que o que é problema para os pobres não é - nem necessária nem geralmente - problema para o não-pobre. Há nesta colocação um sinal do pré-posicionamento, por parte das CEBs, em favor dos pobres, em defesa dos seus interesses.

A prática pedagógica das CEBs, direcionada por esse pré-posicionamento, implica um processo libertador. Na verdade, ela impõe a ação, agora ação libertadora, como forma de ensino-aprendizagem. Compreendidos os objetivos das CEBs, nova forma de ser Igreja; compreendida a identificação entre fé e vida, só há um caminho para experienciar a comunhão com Deus: o trabalho da libertação. As CEBs o entenderam perfeitamente. A ação é o terceiro princípio da prática pedagógica das CEBs.

Por ação libertadora as CEBs entendem uma ação que se dirija aos problemas reais do povo, favorecendo a tomada de consciência deste mesmo povo e conseqüente engajamento na luta pela sua superação. Na expressão dos relatórios, uma ação é libertadora⁵⁹

se a ação leva em conta os verdadeiros problemas que o povo sente; se a ação é refletida antes, durante e depois; se as tarefas são divididas entre os membros da comunidade. (11.491)

quando o povo 1) toma mais consciência de sua dignidade e de seus direitos; 2) supera o individualismo partindo para uma ação mais coletiva; 3) se une e se organiza para enfrentar dificuldades e problemas; 4) assume a responsabilidade do controle da própria ação; 5) procura conhecer e se interessar pela situação e dramas vividos por outras comunidades.

(11.309)

A prática pedagógica obedece, contudo, aos níveis de compreensão da realidade que as pessoas envolvidas têm. Assim, se uma comunidade só percebe a falta de água, esgoto, luz, calçamento e nada mais, a pedagogia manda que se parta daí, aprofundando mais e mais o nível de percepção da realidade. A libertação não se opera apenas pelas ações, mas pela forma de fazê-las, isto é, pela prática pedagógica. Se a experiência diz que

Cada comunidade tem sua história, seu jeito próprio seu ritmo de crescimento, mas parece que em geral, o caminho é o seguinte: Primeiro, toma consciência do valor da pessoa humana e da força da comunidade; depois vêm as atitudes e gestos concretos de ajuda aos outros e de promoção comunitárias. Terceiro, é uma tomada de consciência das causas mais profundas e da raiz das injustiças e do mal, no nível global e de organização da sociedade. (11.389)

é fato que as CEBs já desenvolveram um trabalho de libertação bem realizada, unindo-se a outras forças populares como sindicatos, centros de defesa dos direitos humanos, sociedades de bairro, Igrejas, etc. Este envol

vimento de seus membros é uma forma pedagógica apregoada e usada largamente pelas comunidades, sendo mesmo a forma preferida de influir na mudança concreta da realidade social.

A medida que as CEBs cresceram em experiência, maiores foram se tornando as exigências relativas à ação. Introduziram-se o planejamento e a avaliação como condições para se lograr êxito. Para tanto, contribuíram fortemente os encontros, quer de âmbito local, quer de âmbito regional ou nacional. A leitura dos relatórios evidencia a prática cotidiana destes instrumentos.

(b) Quanto aos valores cultivados pelas CEBs em sua prática pedagógica, realçamos os seguintes: democracia, santidade, conhecimento. Vejamos.

A democracia talvez sintetize todos os valores praticados pela CEB. É um valor básico. Democracia significa participação igualitária nas decisões. Isto significa que a todos se reconhece o direito de opinar e de influenciar na tomada de decisão; significa a valorização da pessoa, do pequeno, do pobre; significa caminhar respeitando as etapas de desenvolvimento de todos os membros da comunidade; significa acreditar na capacidade de cada qual governar a si mesmo e fazer sua história; significa reconhecer o direito de todos à plenitude da vida; significa submissão da vontade própria ao bem-estar projetado por todos. Os relatórios não usam essa palavra mas indicam, a cada página, seu conteúdo:

Acreditamos na capacidade do povo (...) desde que tenha condições de ver e falar, de falar o que vê, o po

vo começa a acreditar em si mesmo. (9.523)

Caminho seguido: ... valorização das pessoas e o re conhecimento de seus valores que disso deriva; o res peito demonstrado para com a vontade e as decisões também dos humildes. (9.557)

Entre os recursos pedagógicos usados, aquele sobre o qual mais se insistiu, foi o chamar o povo à parti cipação, na tentativa de suscitar nele a consciência dos valores que ele tem, bem como a confiança nestes valores e a confiança em si mesmo. (9.552)

Hoje já descobrimos que viver o Evangelho é respei tar os direitos da pessoa humana. (9.460)

O bom deste nosso movimento é que nós se sente gente no meio de gente. (9.521)

A democracia participativa, igualitária e fraterna das CEBs é o começo ("arché") da nova sociedade. A aprendizagem se faz pela prática. Nas comunidades também se tomam medidas erradas, mas faz-se avaliação co munitária: o grupo inteiro assume a responsabilidade de avaliar e defi nir rumos. A participação na fala é uma exigência na vida das CEBs: por ela se quer fazer experimentar a libertação, emitindo a forma própria de conceber o mundo. Acostumado ao "sim, senhor", o pobre, falando, não ape nas declara: se envolve. Por isto as CEBs fazem questão da participação ativa de todos nas reuniões e nas tarefas.

O grupo deve ser o lugar onde as pessoas aprendem a se expressar. (14.238)

Também a tomada de decisão é comunitária, demonstrando uma organização de mocrática das relações sociais internas. Compreende-se o título, o car go, como serviço à comunidade e não como monopólio do poder.

Resumindo a questão, podemos afirmar que as CEBs entendem por democracia todas as condições para que as pessoas se realizem em plenitu

de, seja a nível individual ou societário, religioso ou político, prático ou teórico, etc. Esta a compreensão. Na prática, é preciso verificar: cada grupo tem sua história e não é possível generalizar.⁶¹

A santidade é valor incontestado na vida das comunidades. Significa ativa conformação com a vontade de Deus, derivando-se daí todas as virtudes. A santidade é compreendida como um objeto comunitário: ultrapassa o âmbito individualista de luta, compreendendo a militância social pela superação da injustiça.

Em nossas celebrações cantamos e agradecemos por estas vitórias que nos custaram tantos sacrifícios. Neste contexto recordamos nossos irmãos, torturados, assassinados e mártires na luta pela justiça: índios, lavradores, operários e agentes de pastoral; de zessete participantes do Encontro já conheceram a bem-aventurança das perseguições e das prisões por causa de seu compromisso com os irmãos ameaçados de expulsão de suas terras. (16.321)

Hoje, muitas CEBs criaram uma nova maneira de viver, onde dominam: a oração e a relação com Deus (...), a valorização da vida moral, a penitência com confissão pública de seus pecados. (...) ligados por um amor forte, sólidos na fé e invocando explicitamente o nome de Cristo. (9.533)

A santificação pessoal, meta número um de todos os cristãos, é posta agora não mais como de transcendente conquista mas, ao alcance de todos, como consequência da realização daquilo que cumpre a cada um no seu contexto social. O sentido comunitário, característica básica das CEBs, perpassa toda a sua compreensão de mundo, também a de santidade/santificação.

O conhecimento é um valor cultivado pelas CEBs: há constantes referências à necessidade de um conhecimento melhor da realidade, seja a

través do caminho científico - e isto é sempre reforçado - seja através do reconhecimento da cultura popular. O conhecimento da realidade é ponto fundamental no deslançamento do processo, exigindo de todos o desdobramento necessário. A série incontável de cursos de formação testemunha a preocupação, sobretudo do clero, em termos de um conhecimento ciêntífico. A falta de conhecimento da cultura popular, por sua vez, impede o desenvolvimento do processo num sentido mais adequado à grande maioria da população. Há, de qualquer forma, uma percepção do problema e um esforço para superá-lo.

Não é pretensão deste trabalho elaborar tematicamente a questão do conhecimento nas CEBs. Assinalo a preocupação que elas têm pelo assunto. O saber científico aparece como o instrumento para o conhecimento adequado da realidade. O saber popular, por outro lado, é proclamado como uma forma de conhecimento merecedora de todo o respeito. Na verdade, porém, os encontros trabalham numa linha científica, traduzindo mesmo para esta linguagem aquilo que o saber popular reuniu em seus relatórios. Evidente é a valorização do conhecimento pelas CEBs, em função do trabalho de transformação da sociedade. Menos evidente, por certo, a relação entre o conhecimento, nos moldes em que é elaborado, e a visão de sociedade, relação esta produzida pelas CEBs.

(c) Quanto aos resultados da prática pedagógica, quero entender muito mais a influência que as CEBs tiveram no despertar da consciência popular do que somar seus êxitos ou insucessos. Se se tratasse de um pro

jeto por tempo determinado, seria mais fácil avaliar os resultados, da
dos os parâmetros bem estabelecidos. Mas, se trata de um projeto de uma
nova sociedade, de um projeto global para a sociedade, que não comporta
condições de avaliação por inteiro, pois mais serve de ideal, de horizon
te, que de metas quantificáveis. A transformação da sociedade não pode
ser nem, de um lado, um projeto acabado, no sentido de que se logrará um
estágio perfeito de vida social, nem, de outro lado, um projeto de um mo
vimento só, de uma só entidade, de uma instituição: tem que ser projeto
de todos ou, pelo menos, da grande maioria. Cada entidade tem um projeto
limitado a seu campo específico de atuação social. Neste sentido, as CEBs
se delimitam pelo específico seu, o religioso, e nesta medida abarca o to
do social. Os resultados têm que ser medidos sob este ângulo. Este aspec
to será considerado mais profundamente adiante. Aqui, queria apenas assi
nalar a presença influente das CEBs no seio da sociedade brasileira, mar
cando indiscutivelmente o roceso de politização do nosso povo.

As CEBs têm mexido com toda sorte de problemas vividos pelo po
vo, na tentativa de organizar a transformação da situação. Por suas ati
vidades podemos observar que não escapa nenhuma situação de opressão.
As condições objetivas de ser, por algum tempo, praticamente o único es
coadouro da vontade de mudança dos oprimidos, deram às CEBs a populari
dade de que gozam. Os resultados são de nível social mais do que de ou
tra ordem: i.e. as CEBs criaram a mística da mudança, deram esperança e
inspiraram confiança, fundaram um comportamento de libertação. Concreti
zaram a teoria de que tudo diz respeito à comunhão religiosa com Deus e,
neste sentido, apoiadas na fé, começaram a transformação, partindo da re

alidade imediata em sua globalidade. Isto tudo significa que a sua práti
ca pedagógica foi eficaz em seu conjunto, logrou êxito.

As nossas comunidades estão ajudando na libertação na medida em que estão abrindo os olhos e conscientizando as pessoas a respeito de seus direitos, ajudando as na descoberta das verdadeiras causas de seus males, unindo as pessoas e levando-as a acreditar na força de sua união, valorizando os pequenos e dando lhes voz e vez, inclusive nas decisões das coisas da comunidade. (9.442)

A contribuição própria das CEBs nesta conquista da nova sociedade é o fato de ser um movimento de base e eclesial, que tem como objetivo não só resolver problemas ou questões imediatas, mas contribuir na formação integral do homem, cuja participação na luta da comunidade é a partir de sua fé e de seu compromisso com o Evangelho. Trabalhamos em nome de Jesus Cristo, de nossa fé e não em nosso nome ou no nome de outro homem. (16.286)

4. Igreja, Religião e Catolicismo Popular

O tema deste trabalho é a imagem que a Igreja tem da realidade social brasileira. Propusemo-nos captá-la através de sua praxis pasto ral, aqui delimitada às CEBs, confrontando-a com seu discurso oficial. Partimos de um ponto de vista epistemológico definido, a saber, a adesão às classes trabalhadoras, em função de cujos interesses construímos a te oria da sociedade. Neste sentido, estabelecemos como conceito básico pa ra nossa análise o conceito de organização popular. Por organização popu lar ficou entendida a aliança de classes populares, articulada pela clas se operária, com vistas à superação do capitalismo. Devemos, agora, con frontar praxis pastoral das CEBs e organização popular, para obter ele mentos que nos possibilitem desenhar a imagem que a Igreja tem da reali dade social brasileira.

Trata-se, pois, da aplicação do conceito. A elaboração do con ceito se faz num plano de abstração, à busca da essência pura. A aplica ção, porém, significa precisamente trazer de volta o conceito à realida de cotidiana; o que, de maneira alguma, se faz especularmente: não basta pôr o conceito diante do espelho para que ele se reflita sobre o objeto de sua aplicação. Na aplicação do conceito temos que levar em conta as especificidades do objeto. Em nosso caso, o objeto é a Igreja e são tam bém as classes populares: trata-se de verificar em que termos a Igreja se relaciona com as classes populares, em função da organização popular.

A pergunta, pois, que se coloca de imediato é: - quais as especificidades da Igreja? quais as especificidades das classes populares no Brasil atual? Com isto em mãos, teremos condições de proceder à análise proposta.

Quanto às classes populares,⁶² suponho o que foi dito anteriormente e remeto à bibliografia especializada. Não há, porém, como não acentuar aí as debilidades organizacionais, fruto da repressão multisssecular.

No que diz respeito a Igreja, destaco três elementos específicos: organização social, religião e catolicismo popular. Em organização social apreendo a estrutura vigente e as relações sociais dela decorrentes: clero, hierarquia, magistério, direito canônico, divisão territorial, etc. Em religião apreendo sua especificidade maior, o de ser ligação com Deus, envolvendo os conceitos de salvação e utopia. Em catolicismo popular apreendo a forma, gravada na prática do povo, de se viver a religião católica. Estes três elementos configurarão suficientemente a Igreja, permitindo-nos um tratamento objetivo da questão.

Com estes dados, encaminho a análise final: qual a imagem que a Igreja tem da realidade social. Esta imagem, como já ficou dito, levanta a da praxis das CEBs e do discurso oficial da hierarquia, sob a medida da organização popular: - contribuem as CEBs para a organização popular? contribuem as CEBs para a superação do capitalismo? A primeira pergunta enfatiza a organização, enquanto que a segunda enfatiza o popular.

4.1. Organização Social

Sob este título, quero chamar a atenção para as determinações históricas da instituição Igreja. Esta é, com efeito, para nós, aquilo que nos manifesta: com suas funções, sua doutrina, seu culto, sua disciplina e direito, suas atividades, sua história, sua influência social. Há muitos séculos que se enfatiza a primazia do Papa sobre toda a instituição, de tal forma que o princípio hierárquico funciona como delineador da imagem da Igreja. Igreja se tornou sinônimo de clero,⁶³ privilegiando-se a relação vertical, à cuja base papa, bispos e, subordinadamente, padres são tidos como donos da instituição. Os leigos se tornaram fregueses ou clientes. Neste sentido, a responsabilidade eclesial deixou de ser de todos os cristãos, constituindo direito e obrigação do clero. Isto é tanto verdade que, sem sua iniciativa ou apoio, nada se realiza duradouramente na Igreja. Podemos afirmar, sem vacilação, que, do ponto de vista sociológico, sem o clero não se tem Igreja. Mesmo que, hoje, o próprio clero esclareça aos leigos que Igreja é tarefa de todos, a estrutura o nega. Na verdade, os leigos se têm por inteiramente dependentes no que concerne à pastoral, sabendo-a competência do clero.⁶⁴

A qualidade característica da estrutura eclesiástica é o centralismo, que perpassa todas as instâncias, desde a Cúria Romana até a paróquia. A administração, o poder, está centralizada. Isto, na prática, quer dizer: é como que propriedade particular. As decisões, ao menos em tese, são tomadas por quem representa a hierarquia. A criação da CNBB, no ano

1952, veio favorecer enormemente o sentido de unidade pastoral, vindo e la a se constituir a mola mestra da direção que a Igreja do Brasil tomou nos últimos trinta anos. Sem tocar na estrutura das dioceses, onde o bispo só presta contas ao papa, a CNBB se pôs como lugar de encontro de todos os bispos com vistas a tomadas de decisão em colégio. Neste sentido, fortaleceu-se como instituição, influenciando, hoje, decisivamente toda a pastoral da Igreja do Brasil.

As dioceses se subdividem em paróquias, a cargo dos "vigários".

Só estudando a História da Igreja no Brasil compreenderemos como o clero, de modo geral, e os "vigários", de modo especial, se fizeram líderes incontestes de suas comunidades, numa relação totalmente assimétrica. Esta história tem que ser levada em consideração para se aquilatar com justeza o grau de dependência dos leigos.

4.2. Religião

A Igreja é, primeiramente, instância religiosa.⁶⁵ A religião é a afirmação de Deus e da destinação divina dos homens. Ao mundo da experiência cotidiana a religião contrapõe um mundo não-sensível, lugar da plena realização humana numa comunhão total com a divindade. A religião trabalha com o sagrado, i.e., com a perspectiva transcendental, que tanto pode ser projetada para o além quanto para o já deste mundo. Neste sentido, ela é uma explicação global e definitiva: não um discurso, mas uma força. Sua mensagem está enraizada em todas as culturas de que se tem conhecimento e configura a visão de mundo de todos os povos.

Seu conteúdo e linguagem são, em linhas gerais, simples e aces
⁶⁶síveis: propõem a salvação que consiste na superação deste mundo pela a
 desão ao outro mundo; envolvem a vida humana em sua totalidade, sem dis
 tinções. A adesão do homem se realiza pela obediência, conformação e sub
 missão a suas orientações e normas. Isto, historicamente, comporta variaç
 ões enormes de entendimento. Nos extremos, encontramos o animismo primi
 tivo e o providencialismo popular. O substrato comum é o mesmo sentimen
 to de presença natural de Deus no mundo, comandando tudo que aqui acontece
 ce. Desta forma, as coisas deste mundo servem de caminho/trampolim para
 a salvação. Os homens, qualquer que seja sua compreensão das relações com
 Deus, se sentem fortemente atraídos pelo sagrado e conferem à religião o
 poder de influência sobre os fatos desta vida, sabendo-a a instância pri
 vilegiada de salvação.

A salvação, tema utópico por excelência! Salvação quer dizer
 garantia de um lugar no outro mundo; garantia de realização, para o ho
 mem, do mundo perfeito de Deus. Isto significa que ainda não se dá. E,
 por outro lado, parece implicar um determinado comportamento do homem,
 quase como penhor. Diz-se utópico: a utopia, com efeito, diz respeito ao
 sonho da humanidade por uma situação de perfeição. Diz-se messiânico: o
 messianismo diz respeito à expectativa do salvador. A religião propõe um
 e outro.

Como a religião, portadora que é da salvação, influi na vida
 do homem? ⁶⁷A experiência atesta a rudeza da vida nesta terra. A religião
 atua como uma promessa condicional: para se obter a tranquilidade da per

feição, é preciso ordenar a vida social aqui sob determinados padrões. Isto é, impõe-se um comportamento, "hic et nunc", como condição para a fruição do estado perfeito, no futuro. Isto só é possível porque todo homem traz, no mais profundo de si, o sonho da felicidade completa. A utopia move o homem, do mais profundo do seu ser.

A utopia implica duas relações: ao outro mundo e a este. Originalmente, uma oposição no que concerne à realização do homem: a perfeição se dá só no outro mundo. Em seguida, uma mútua implicação no que concerne à solução da mesma realização: este mundo é o caminho necessário para o outro; o outro como que modela, de antemão e à distância, este mundo. A utopia compreende estes dois aspectos: o desejo da perfeição e a atuação sobre este mundo. Mannheim define a utopia precisamente pelo seu caráter de projeção de um modelo social capaz de atuar, desde o aqui e o agora, em ordem à transformação do modelo vigente: "consideramos utópicas todas as idéias situacionalmente transcendentais que, de alguma forma, possuam um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente".⁶⁸ A utopia se levanta contra a realidade enquanto - histórica, circunscrita, determinada - impediu a realização de idéias, valores, tendências, projetos, que propugnavam por sua transformação. Nestes termos, a utopia não é um mero desejo nem uma projeção idealista: é a vontade de transformação, calcada na experiência de situação degradante. Ela é universal, não quanto à sua origem mas quanto às suas pretensões. Sua origem reside nos estratos sociais reprimidos em seu desejo de realização: econômica, política, cultural, social, religiosa, etc. É da experi

ência dos males - exploração, desemprego, fome, alienação, humilhação, prisões, exílio, segregação, doenças, flagelos - que brota o desejo e a força da libertação. Os estratos dominantes não têm por que propor mudanças radicais. Na verdade, ela é universal no sentido de reformular completamente a ordem social, com base na participação e comunhão. A utopia visa à reestruturação total da realidade. Não se trata de simples inversão de papéis: os de baixo indo para cima e os de cima vindo para baixo, a ordem permanecendo a mesma.

No seu acontecer, a utopia acompanha o mistério da vida:⁶⁹ é inesgotável na capacidade de solucionar os impasses, de propor alternativas, de ultrapassar a razão. Como a vida, comporta muitas tensões: real/ideal, desejo/possibilidade, este/o outro, idéia/força, profano/religioso. Não é retilínea: há sempre lugar para a realização da esperança. As contradições se reconciliarão; o impossível cederá lugar ao desejável. No entanto, não se mantém um ritmo crescente de tensão utópica. Por isto, as celebrações que, no cotidiano, reafirmam as promessas e confirmam os ânimos. A ambiguidade está na raiz da utopia: sendo deste mundo, propõe o outro mundo. O outro, porém, tanto leva à alteridade quanto à alienação, como se pudesse sair de si mesma e não pudesse mais voltar. "Dupla armadilha: o de encontrar a alienação por ter procurado a alteridade; o de renunciar à alteridade por eludir a alienação." Por fim, a utopia, mais do que ambiguidade, parece conter em sua raiz o próprio fracasso: nunca acontece o que ela propõe; sempre acontece uma outra coisa em seu lugar. Tenta-se, então, salvar a utopia interpretando o acontecido

como se fora sua realização. No dizer de Loisy: "Jesus anunciava o Reino e foi a Igreja que veio". A Igreja, no caso, se põe como cumprimento das promessas.

A utopia responde aos grandes anseios do homem numa linguagem própria. Eu a chamaria de pré-histórica: a linguagem do símbolo, do gesto, do mito, a linguagem animista. O próprio objeto da utopia parece se perder nessa pré-história, sugerindo mesmo que a utopia não é o caminho para o homem se adequar à história mas para dela sair. O homem precisa superar a história, que é uma história de injustiças e desamores, e "voltar" para o reino do amor, da paz, da harmonia, da felicidade. A utopia estampa o caminho da volta, o caminho da fonte, da "arché" originante, sempre oculta mas presente e atuante no recôndito mais profundo do nosso ser, chamando à constituição primitiva. Este chamamento tem sua linguagem própria: falam os mitos, falam as imagens, fala o símbolo, falam as grandes explicações, fala o universal.

A Igreja é religião, salvação, utopia. Analisar sua atuação social só se fará bem se se levar em conta o alcance real destes seus predicados. Ela, porém, não fala em utopia. Diz escatologia, parusia, messianismo. Diversamente da utopia de Mannheim, a utopia da Igreja não é simples idéia/força mas realização: já se cumpre; não é promessa, mas acontecimento: a salvação já está operada. Enquanto acontecimento, obriga os homens a trabalhar em sua direção, até sua plena realização.

Nós ignoramos o tempo da consumação da terra e da hu

manidade e desconhecemos a maneira de transformação do universo. Passa, certamente, a figura deste mundo deformada pelo pecado, mas aprendemos que Deus prepara morada nova e nova terra. Nela habita a justiça e sua felicidade irá satisfazer e superar todos os desejos da paz que sobem nos corações do homem. Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo, eo que foi semeado na fraqueza e na corrupção revestir-se-á de incorrupção. (...) Contudo, a esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra.

A Igreja, para a qual somos todos chamados em Cristo Jesus e na qual pela graça de Deus adquirimos a santidade, só se consumará na glória celeste, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas. E com o gênero humano também o mundo todo, que intimamente está ligado com o homem e que por ele chega ao seu fim, será perfeitamente restaurado em Cristo.

A mensagem utópica da Igreja se traduz pela categoria bíblica do Reino, indicativo da sociedade perfeita. Os hebreus alimentaram, por séculos, a expectativa do Reino e do Messias que viria estabelecê-lo. O Reino seria para eles a restauração de Israel, com o triunfo definitivo do povo eleito sobre seus inimigos. Podemos destacar as seguintes notas do messianismo bíblico: a situação de sofrimento do povo, exigindo restauração; o nacionalismo em oposição ao imperialismo, o julgamento e punição dos maus; uma terra renovada para os bons, os justos, os pacíficos.

O Messias se manifestaria na forma de um triunfo radioso e absoluto da justiça e da potência de Deus. Sabemos de que forma Jesus se manifestou e imaginamos como terá sido difícil para seus contemporâneos aceitá-lo como o messias. Sua mensagem, feita objeto de pregação da Igreja, foi sendo cada vez mais espiritualizada perdendo, quando não o vínculo

lo com a vida imediata, certamente seu caráter de iminência. A Igreja, com efeito, fala em escatologia: os últimos acontecimentos que promovem e completam o Reino e a dominação de Deus, entre os quais prima a volta de Cristo (parusia). A volta de Cristo inaugurará o dia eterno de Deus, pondo fim a este mundo, estabelecendo a sua plena dominação.

4.3. Catolicismo Popular⁷⁰

A unidade histórica entre Igreja/religião e Estado se pôs como substrato de toda experiência religiosa do nosso povo. O que se exigia era o cumprimento da lei. O cumprimento da lei garantia a conformação da ordem natural à ordem sobrenatural. Bastava o cumprimento das aparências, a conformação exterior. Disto resultou o formalismo, típico da prática religiosa brasileira. Disto resultou também o individualismo, tanto dos fiéis (devocionalismo) quanto da instituição (assistência religiosa). À medida que a sociedade toma consciência de si, quer reconhecendo-se outra em relação à religião, quer reconhecendo-se dividida em si mesma, outras consequências da colonização se salientarão, entre as quais cabe salientar a desconexão entre religião e compromisso social, entre religião e vida.

Esta experiência religiosa fundante se deu sobre a organização social à base da propriedade fundiária. Durante, pelo menos os dois primeiros séculos, a estrutura social se moldou sobre as relações senhor/escravo. Gestou-se aí o catolicismo patriarcal, caracterizado por seu fami

lialismo, a religião tornando-se, ou quase, de foro familiar. A religião resguardava a ordem, domesticando o escravo. Cultivou-se o conformismo, o fatalismo, o moralismo.

Desenvolveu-se, em todo este tempo, uma religiosidade devocionalista leiga. As formas de organização, as confrarias, a fundação de capelas e santuários, as formas de culto, as festas, tudo atesta a independência dos leigos com relação ao clero na prática de sua religião. Todo um trabalho de alimentação da fé se fazia, então, por mãos de leigos. Só a partir do processo de romanização, que já mencionamos, é que a Igreja vai tentar reverter a religiosidade popular, inculcando, como condição original e imprescindível, a presença do clero, a necessidade de novas formas de expressão religiosa (formas cultas), a valorização da liturgia oficial, a pureza de doutrina, concentrando no clero o monopólio das diretrizes. Ainda assim, os leigos reagem por vias transversas, privatizando as novidades introduzidas e ajustando-as às suas práticas tradicionais.

São estes, em linhas gerais, os traços históricos que marcaram o desenvolvimento do que se chama catolicismo popular. Na análise que faz do seu conteúdo, Oliveira distingue quatro tipos de atos religiosos, a que chama de constelações. Todos os atos religiosos dizem respeito ao relacionamento homem/sagrado. Uns se fazem mediatamente, outros imediatamente. A mediação sacerdotal caracteriza a constelação sacramental. A mediação escriturística caracteriza a constelação evangélica. O relacionado

mento direto ou se faz no sentido da piedade: o fiel estabelece uma rela
ção direta e pessoal com os santos, e temos a constelação devocional; ou
 se faz no sentido da proteção: o fiel promete, o santo concede, o fiel
 paga; e temos a constelação protetora. Com estas categorias, esse Autor
 define o catolicismo popular como "aquele em que as constelações devocion
al e/ou protetora primam sobre as constelações sacramental e/ou evangél
ica".⁷¹ Isto quer dizer, no catolicismo popular as relações homem/sagrado
 são diretas; não são mediadas pelo clero. Eu acrescento: mesmo quando se
 verificam práticas sacramentais, intervindo pois a mediação sacerdotal,
 o que importa para o catolicismo popular não é o significado reconhecido
 oficialmente mas o significado dado pelo fiel. A relação direta persiste
 também aí.

O catolicismo popular é, pois, preponderantemente leigo, embo
ra sempre relacionado com o catolicismo oficial; é experiencial, respon
 dendo à situação imediata, em contraposição ao catolicismo crítico oficia
l; é, por isto mesmo, devocional (relação direta com o sagrado) e não
 sacramental (relação indireta).

O mesmo Autor esclarece, em artigo posterior: com a Reorganizaç
ão (1890), "O clero firma sua posição no campo religioso como único de
 tentor dos rituais religiosos do catolicismo, relegando os outros rituais
 à condição de práticas supersticiosas ou folclóricas. (...) Mas esse en
 quadramento dos leigos na estrutura clerical, onde ocupam uma posição pas
 siva face à autoridade clerical, é acompanhado por um processo de reapro
 priação, por parte dos leigos, das devoções romanizadas. Esta reapropria

ção vai ocorrer no que chamei de constelação devocional e protetora". O catolicismo popular perde sua qualidade social da época pré-reorganização e se reveste de individualismo, pela privatização das devoções. Quer dizer, antes o leigo agia em terreno próprio; agora age em terreno clerical. "Enquanto no catolicismo tradicional os rituais e representações religiosas são propriedade coletiva dos fiéis, no catolicismo privatizado os rituais e as representações religiosas são reapropriações privatizadas dos fiéis, expressando uma resistência passiva ao clero."

O catolicismo popular, por seu sistema de valores e crenças, normas e costumes, por seus parâmetros de compreensão do mundo, se tornou uma só coisa com a cultura brasileira. Pin chama a isto de "catolicismo cultural", descrevendo-o como "mais ou menos identificado com a cultura ocidental", a ponto de as pessoas se sentirem obrigadas a adotá-lo para definir-se a si mesmas ou para ser fiéis ao grupo a que pertencem. A religião, tal e qual praticada pelo catolicismo popular, se tornou a "consciência" do povo, no sentido de que ele pensa segundo o modelo religioso aprendido. Em outras palavras, desempenhou uma função ideológica, sem concorrência, de explicação e justificação da organização social. Ela serviu, no Brasil, para fixar uma submissão à ordem estabelecida: ordem, ontem e hoje, injusta; construída sobre a desigualdade das pessoas. Favorece, assim, extremamente a uma minoria, em prejuízo flagrante da grande maioria. Com todo o seu potencial de influência em foro íntimo, a religião reforça a acriticidade das classes subalternas, valorizando as virtudes (sic) de obediência aos poderes constituídos, a docilida

de, a humildade, o respeito às autoridades, o espírito de sacrifício.

Derivada do catolicismo oficial e, de sua parte, em perfeito en
 trosamento com ele,⁷² a religião popular, ainda assim, pratica sua ligação
 com Deus numa compreensão diferente, sem no entanto ter consciência dis
 to. O clero continua a desempenhar um papel importante, não porém o de
 mediador sacramental, mas o de funcionário do serviço religioso, que su
 gere a imagem da mercadoria religiosa, só "comprada" quando dela se pre
 cisa. Uma relação não comunitária, além do mais! Isto não quer dizer
 que o clero não desempenhe um papel importante junto à religião popular
 e não seja estimado pelo povo. Isto significa que o povo lhe confere um
 papel diferente, a cujo título ele se faz importante: ele é posto como
 condição de possibilidade do contato com o sagrado; como o vigia da or
 dem social, pela pregação da doutrina e da moral. A pregação dominical,
 sobretudo, sustenta, diante de assistência passiva, a adesão ao modelo.
 Mesmo com as transformações favorecidas pela urbano-industrialização, o
 púlpito continua o lugar de repetição do modelo, o lugar consagrado pelo
 povo como símbolo da manutenção de sua própria visão de mundo e de reli
 gião, a despeito do teor da pregação realmente proferida. Esta concepção
 pervade a vida familiar e a social. A vontade de Deus dá cobertura às si
 tuações mais conflitantes mas não desperta, junto ao povo, nenhum senti
 mento de força para mudança. A religião popular, culturalmente apropri
 da, dificilmente chega à contestação,⁷³ fazendo-se mesmo baluarte da ordem
 tradicional ao ensejo de inovações, a menos que intervenham condições so
 ciais de forte potencialidade no sentido de exigência de transformação.

Quais são as expressões da religião popular que manifestam influência concreta nas pessoas? Em primeiro lugar, o sistema de relações interpessoais entre Deus e os homens, que se funda na distância: tão grande ele é, e tão temível, que se tornou inacessível. Os santos passam, então, a ocupar a função de interlocutores, agindo como demiurgos, com campo de ação próprio. Aí reinam absolutos. Sua função é a proteção. Sua exemplaridade de vida é doutrina oficial. Sua funcionalidade - esta, sim - é forma da religião popular. Esta forma de religiosidade reproduz o quadro das relações sociais.⁷⁴ Destaque-se a posição das autoridades mais altas e a função protetora (patrinal) das autoridades intermediárias. Proteção é realmente o de que precisa o homem simples, o popular, dentro do sistema. Largado e desprotegido, sem força própria, ele precisa do favor dos grandes para subsistir em sua pequenez. Não há pedidos para solapar a ordem: ao contrário, a prática dos pedidos reforça precisamente a ordem. Numa ordem em que prevalece a desigualdade, o objeto dos pedidos vem a ser as coisas mais mezinhas da vida, como alimento, roupa, casa, emprego, melhoramento urbano. São desta natureza os pedidos aos santos: saúde, segurança, êxito, proteção contra os perigos da natureza, solução dos problemas vitais, confluindo para a satisfação das aspirações naturais.

A doutrina da religião popular, por sua vez, é bastante simplificada, pesadamente dogmática, sem margem para muita exegese: Deus-providência, os santos, transcendência da vida humana, céu e inferno, tudo rodeado pelo mistério. A moral popular é, também ela, simples em seus enun

ciados, despreocupada com a lógica e a crítica. Mais significativa é a prática, codificada em costumes, do que a sua tematização. Não há o que mudar: apenas transitar pelos caminhos feitos. A moral formula diretamente os moldes do comportamento e as sanções. Uma noção confusa de pecado acompanha a compreensão de mundo.⁷⁵

Como se faz, no catolicismo popular, a ligação entre religião e vida, religião e negócios, religião e política, religião e ordem social? O mundo religioso aparece como um mundo privado, uma esfera à parte, pouco ou nada tendo a ver propriamente com o mundo profano. Isto, porém, não é verdade, embora traduza a leitura culturalista. A tradição lhe ensinou que este mundo é o mundo sagrado, sobrenaturalizado, o mundo de Deus, sem que por isto precise perder suas formas de manifestação. À religião cabe ritualizar o que já é, por criação divina, sobrenaturalizado. É esta sacralização do mundo que a religião popular cumpre, não havendo, na mente do povo, disfuncionalidade ou dicotomia. Pelo contrário, há uma completação de funções, tendo como resultado a visão de unidade da própria vida. O povo não vive uma religião de fragmentos, mas produz o seu sistema religioso.⁷⁶

5. A Igreja e a Sociedade Brasileira

Põe-se, agora, a questão: - como a Igreja, via CEBs, se posi
ciona frente à organização popular? Busco nos relatórios, primeiramen
te, um posicionamento de classe: - dá-se, por parte das CEBs, um posici
onamento de classe que permita concluir que as CEBs constroem o que cha
mamos de organização popular? Isto feito, parto para a verificação de um
posicionamento menos rígido mas, de qualquer forma, na mesma linha do con
ceito emitido: - em que termos as CEBs se pretendem populares? O primei
ro momento quer clarear as relações CEBs/classe social; o segundo, as re
lações CEBs/povo.

5.1. CEBs/Classe Social

Em termos de classe social, qual é a posição das CEBs? Disse
mos que as classes sociais fundamentais do capitalismo se opõem, radical
mente, no que tange a seus interesses constitutivos. Posicionamento de
classe vem, pois, a ser necessariamente defesa dos interesses de classe,
ao nível de "classe para si", "capaz de elaborar um projeto de existênci
a social adequado a seus interesses de classe". Ora, isto pressupõe a
compreensão de sociedade fundada sobre a distinção de interesses e de in
teresses antagônicos. Na análise do discurso das CEBs temos que observar
como elas defendem os interesses de classe e como compreendem a socieda
de. Estes elementos são decisivos para uma conclusão sobre o posiciona
mento delas em relação a classe social.

5.1.1. Interesses de Classe

Ao nível do discurso, observamos, de início, uma incidência quase inexpressiva dos termos classe social, capitalismo e seus correla⁷⁷tos. Há um esforço de teorização, por parte dos assessores e agentes de pastoral, na tentativa de organizar a compreensão da grande população das CEBs, seja através da produção literária, seja através dos encon⁷⁸tros. A teoria, ouvida nos encontros, caminha em direção às bases e vol⁷⁹ta aos encontros em relatórios. Neste caminhar, sofre os ajustes das ba⁷⁹ses, perdendo a força e o conteúdo⁷⁹ e traduzindo, então, mais uma vontade de mudar a situação social do que a vontade de compreendê-la; mais o es⁷⁹tado de opressão vivenciado do que uma relação de conflito constitutiva. Por isto, encontramos expressões imprecisas ou inadequadas.

A árvore (da miséria) tem uma raiz central (o pião) que é o sistema capitalista. O problema central do capitalismo é a propriedade privada dos meios de pro⁷⁹dução. Quem os possui, explora os demais. A raiz principal é a exploração de muitos por poucos.

14.218

O primeiro desenho representa a sociedade atual, em baseada no capitalismo selvagem, onde a seiva seria o lucro e os frutos deste sistema, os problemas sócio-econômicos, políticos e culturais.

16.608

E nós, do grupo, achamos que a raiz de tudo isso é o modo como é organizada a sociedade, uma estrutura o⁷⁹pressora que visa o lucro e não o homem; onde há con⁷⁹centração de capital em mãos de poucos.

11.327

Causas da escravidão: - a organização governamental em função da ideologia capitalista.

11.289

Raízes da situação: - É o capitalismo como forma de exploração onde alguns procuram ficar com os lucros e outros com o trabalho. - É o sistema que nós vive que é o capitalismo, que é o jeito de criar a pobre⁷⁹za.

11.432

É o Estado que tem o sistema capitalista de produção e consumo dependente de outros países onde foi plantada a árvore deste mal, há muitos anos, cuja raiz nos aflige profundamente, porque o nosso país se deixou envolver pelas multinacionais que sugam o suor, o sangue, a vida dos operários brasileiros que produzem muito e que não gozam dos lucros que também não ficam no Brasil. 11.435

O povo está sendo crucificado pelos poderes deste mundo, pelo grande pecado que é o sistema capitalista, que só procura o lucro. 14.138

Precisamos mudar a política capitalista numa política social. 14.172

O capitalismo continua sendo a árvore das desgraças na vida do povo. 14.235

Logo que a nossa atitude mostrou que a gente não aceitava mais o capitalismo da sociedade, os capitalistas se ofenderam. (...) Para nós está muito claro que o Evangelho não está de acordo com o capitalismo 9.501

Quanto a classe social, mais vaga ainda e imprecisa é a terminologia.

Nas atividades, nos trabalhos há uma locomotiva: os movimentos que ajudam a organização da classe trabalhadora (camponeses e operários) que se organizam para que o pião da árvore (propriedade privada dos meios de produção) seja arrancado. 14.218

Só vamos acabar com o mal pela raiz quando acabar com a divisão de classe, com a divisão da Igreja e com a exploração do homem pelo homem. 11.438

Se nós não conscientizarmos estes trabalhadores para assumirem a luta da classe operária então a gente estará adubando a raiz. 11.438

O pessoal foi vendo à luz do Evangelho ... a divisão em classes, a necessidade de organização dos trabalhadores e do Sindicato. 11.320

A raiz da situação de opressão, no meio rural: - É a falta de união das classes trabalhadoras: agricultores e operários. 11.432

Em nossa sociedade, tem uma pequena classe que em tu
do manda. A classe muito mais numerosa dos trabalha
dores não participa nem da riqueza nem do conforto
nem da vida social nem da política. 9.503

A classe rica, nestas condições, tinha o primeiro lu
gar na igreja. 9.503

A nossa classe lá se envolveu na política, atingimos
as comunidades a pé, sem dinheiro, em reunião, vence
mos a oposição maior. 11.285

A comunidade se compõe de pessoas de classe média,
baixa e muito baixa (super-pobres). 11.405

Há só duas classes: os que oprimem e os que são opri
midos. 14.219

Organização do povo em classe. 16.349

A classe média se unir ao pobre para servir a eles.
14.235

O uso do termo classe social nos relatórios dá a perceber a e
xistência do discurso exemplar, identificado com a conceituação da socio
logia marxista.⁸⁰ Por outro lado, mostra a influência da conceituação fun
cionalista que, numa compreensão indicativa, descritiva e não crítica, i
dentifica classe com camada social. Aí, as relações de classe ficam obs
curecidas, sobretudo no que diz respeito ao conflito constitutivo, impe
dindo o caminho da solução radical. O mesmo acontece com capitalismo: a
acusação-síntese é de que o sistema capitalista produz a morte, o contrá
rio da pregação de Jesus Cristo, que veio "para que todos tenham vida e
a tenham em abundância" (Jo 10, 10). É como anti-evangélico que o capita
lismo é rejeitado e precisa ser destruído. Não há, nos relatórios, indi
cação suficiente de que a superação da injustiça passa pela superação do
capitalismo e que a superação do capitalismo passa pela superação da pro
priedade privada dos meios de produção. Capitalismo, na pena dos relato

respopulares, significa a fonte de todos os males. É mais um indicativo da situação má em que vive o povo do que teorização dessa situação. Isto deixa ver, com clareza, que as CEBs não priorizam a análise sociológica. Significa, ainda, que adaptam a linguagem "da moda" (moda ditada pelos assessores e agentes de pastoral) à compreensão que têm, subordinando--a a seus objetivos maiores, que são religiosos e práticos. Significa, finalmente, que não há e nem pode haver, no momento, uma opção de classe: há que se buscar alhures a compreensão que as CEBs têm de sociedade e tentar uma combinação entre sua forma de compreendê-la e as expressões que emprestam à teoria.

Ao nível da prática, segundo os mesmos relatórios, as CEBs têm se dedicado a ações e atividades que são objeto da luta de classe. Disso demos inúmeros exemplos ao longo da exposição do que fazem.⁸¹ Assim, cabe nos perguntar, agora, se tais atividades e ações indicam uma opção de classe prática. As CEBs não usam, uma vez sequer, a expressão luta de classe. Elas percebem, sim, as classes em luta mas não explicam isto pela teoria da luta de classe. Não comportam uma teoria de transformação da realidade social embasada nos interesses de uma classe e, nestas condições, não podem fazer opção de classe. A coincidência aparente entre o que fazem as CEBs e o que faz uma classe em luta de classe leva à confusão. Na verdade, o que distingue uma da outra é, primeiramente, a teoria da sociedade e, em segundo lugar, a forma de organização da luta concreta pela transformação. Uma classe em luta de classe opera através de entidades (sindicatos, partidos, associações) que, calcadas na teoria da luta de classe, elaboram esta mesma teoria, tendo em vista a conjuntura es-

pecífica a cada momento e lugar e organizam a luta concreta pela trans formação. Estas entidades são o instrumento necessário para o acontecer do processo. As CEBs declaram expressamente não fazerem parte destas en tidades mas serem lugar privilegiado de formação de lideranças para elas

A Igreja é um organismo inadequado para a luta polí tica e para operar a mudança econômica, pois não é um organismo de classe. Cabe a ela manter acesa a cha ma que reanima. 7.1208

Na comunidade eclesial de base devemos buscar a for ça para nos animar na luta que fazemos seja no bair ro, seja no campo, seja no mundo do trabalho, seja no partido político. 14.139

Papel das CEBs na política: - lugar onde se cria consciência e se debate os programas e as práticas dos partidos políticos; - não é um núcleo partidário mas lugar onde em nome da fé, reforça seu compro misso de transformação da sociedade e o ajuda se ne cessário, a um engajamento político partidário. 14.255

Os movimentos populares não são exclusividade dos cristãos. Eles pertencem ao povo como um todo. Não cabe à Igreja dividir os movimentos populares ou cri ar grupos paralelos. Também não é seu papel direcio ná-los. As CEBs são elementos de apoio às lutas do povo. 14.212

Não é o papel das CEBs formar um partido político mas elas devem dar condições para uma formação polí tica. 14.218

As CEBs, com efeito, se julgam integradas ao movimento popular de libertação mas dão como específico seu o campo religioso que, no seu entender, longe de afastá-las da luta, lhes dá o motivo superior para nela se manter. Elas cumprem uma parte, necessária, do processo de trans formação.

Os símbolos do facão, da foice e do machado. O facão são as CEBs hoje que iniciam o trabalho desmatando o mato; a foice são os movimentos populares que vão a

brindo caminho e desenvolvendo a consciência política; o machado é o partido político para derrubar as árvores grandes. 16 284

Também os bispos, em seu documento sobre as CEBs (nov. 82), a pós lembrar que a luta pelo Reino (de verdade, justiça e amor) não é mo nopólio das CEBs, põem como tarefa sua a fermentação dos movimentos popu lares em direção à libertação.

Sem destruir os laços fraternos criados e sem preju dicar os passos dados, é necessário manter clara a distinção entre CEBs e movimentos populares. Os movi mentos populares são movimentos sociais entre as classes mais pobres e seus objetivos são a liberta ção e promoção sócio-política do povo. Eles não são movimentos de Igreja, não dependem dela em sua orga nização e atuação, tendo plena autonomia com relação à Igreja. As CEBs precisam tomar consciência disto para não ocupar um espaço que não é seu e imprimir um ritmo de vida eclesial a um movimento secular. Da mesma forma, as CEBs perderiam sua identidade se, pa ra se acomodar aos movimentos populares, alterassem seu modo de vida e seus valores explícitos de fé. Is to posto, vale plenamente para as CEBs tudo o que a Igreja ensina sobre a presença e atuação dos cris tãos na estrutura e organização do mundo. Nesse sen tido, os movimentos populares, as promoções de bair ro, os ambientes de trabalho e convivência são cam pos a serem fermentados pelas CEBs com o fermento e as energias do Evangelho com relação à libertação in tegral do homem. 15.999

Os relatórios dão, desde o início, testemunho deste posiciona mento por parte das CEBs. Há consenso sobre seu papel na luta popular:
são sementeiras de lideranças populares,⁸² à luz da fé e sob o impulso da religião. Há um distanciamento espontâneo - quase diria inato - con sequente à natureza religiosa das CEBs, natureza esta que lhes dá uma es trutura universal, excluindo-as de opções específicas e particulares.⁸³ A própria organização eclesial, de que fazem parte, - garantindo auto

E, mesmo se consideradas em sua individualidade, não têm chance de fazer opção de classe, haja vista à doutrina social da Igreja, à sua visão de sociedade.

Os relatórios permitem concluir, com segurança, que as CEBs, a pesar de fazer atividades iguais às que fazem os órgãos de classe, pela forma como organizam e pensam essas atividades não têm uma opção de classe e não têm mesmo condição de o fazer. Sua ação pela libertação tem que ser explicada de outra forma. A explicação, vamos encontrá-la na compreensão que têm de sociedade.

5.1.2. Compreensão da Sociedade

Há abundância de textos mostrando a compreensão que a Igreja e as CEBs têm de sociedade. A sociedade é, constitutivamente, um todo harmonioso; é a família de Deus. Seu pensamento se assenta sobre a tradição bíblica: os homens formam, todos, a família de Deus onde, filhos igualmente do mesmo Pai, se comprometem a ser comunitariamente fiéis ao Deus da Aliança, ao Deus que se compromete com a comunidade. Trata-se de relações afetivas: Deus e os homens - estes, definidos por sua situação comunitária indissociável. Esta relação tem na Bíblia o nome de justiça⁸⁴. A unidade surge, assim, não como algo construído mas inato, não "a posteriori" mas "a priori". Toda ruptura social é contrariação do plano de Deus: é injustiça. Já dizíamos atrás, referindo-nos à concepção de sociedade da Igreja: "só há uma ordem: Deus. Um Deus que é Pai e que enviou o seu próprio Filho para expressar a sua comunhão com os homens. Esta comu

85
 nhão implica comunhão dos homens entre si, por serem filhos do mesmo Pai"

A regra social é, pois, cumprir o plano de Deus, que é Pai, que é justo. Trata-se de uma visão positivista: o fato é este; esta é a ordem. Toda discussão e elaboração só são possíveis a partir do fato; nenhuma questão o fato como tal. A sociedade moderna não vive na justiça; afronta a ordem originária. As CEBs medem as situações pelo arquétipo da criação. Este arquétipo se acha historicamente elaborado na Bíblia e serve de modelo para a avaliação da realidade social de hoje. A forma, pois, como vai enfrentar a injustiça é o apelo às origens. A divisão, que hoje se constata no seio da sociedade, é, também ela, contrária ao plano de Deus. É preciso fazer o caminho da volta, trilhar o caminho da unidade originária, da qual só Deus é o garantidor. Mais do que da ordem interpretativa, este posicionamento é da ordem imperativa, pois trata-se de fazer a vontade de Deus.

O projeto de Deus Pai é que todos nos sintamos como filhos, nos amemos como irmãos e coloquemos os frutos da terra a serviço da necessidade de todos. Ele fez uma aliança conosco para que vivêssemos na justiça, no direito e na fraternidade. 16.321

A compreensão, que as CEBs têm, de sociedade se funda na unidade radical, cuja razão é a ligação com Deus. Não há como fazer opção de classe! Por mais que se explique ser a divisão em classes uma característica conjuntural e não um dado essencial/constitutivo da sociedade, sendo cabível, em tese, defender a unidade da sociedade como princípio e fim e, ao mesmo tempo, defender conjunturalmente uma opção de classe, a Igreja rejeita-o. Ela vive o tempo longo da história e, aí, prevalece a interpretação teológica.

5.2. CEBs/Povo

Verificaremos, agora, as relações CEBs/povo. Queremos saber se as CEBs contribuem efetivamente para a organização popular e em que termos. Vimos que elas não trabalham com o conceito classe social. Nossa tarefa, no momento, será acompanhar os relatórios para observar o uso que fazem e o sentido que dão ao termo povo.

5.2.1. Povo

Vimos, há pouco, a compreensão que as CEBs têm de sociedade. A sociedade tem que caminhar na direção do Reino da Justiça. Os relatórios mostram, a cada página, a denúncia das injustiças, que se reduzem à dicotomia os-que-têm/os-que-não-têm. Sabem indicar os titulares: do lado dos -que-têm, o governo, os órgãos públicos, os grandes empresários, os latifundiários, os políticos, as multinacionais, os capitalistas, etc; do lado dos-que-não-têm, o povo. Há apenas o povo, num singular impressionante; o povo que congrega a todos numa mesmidade compartilhada, mesmidade de situação negativa: mesmidade do não-ter, do não-ser, do não-poder. O povo é, assim, cada vez mais, identificado como oprimido, explorado, marginalizado, sacrificado, sofrido/sofredor, pobre, simples; enfim, como os pobres.

O povo não ganham nem para comer quanto mais para se tratar., 11.274

Aqui vive o povo marginalizado, o povo que constrói prédios e não tem casa digna para morar, o povo que produz alimentos e não tem para comer, o povo que fabrica ônibus e não tem para andar, o povo que paga seus lotes e não tem escrituras que possam garantir.

O povo se preocupa em trabalhar para comer. Se o sa
lário é pouco, trabalham mais e comem menos. 11.348

Do jeito que está organizada, a sociedade é ruim e
podre: produz mais e mais a pobreza e a morte dos
pobres de nosso povo. 16.321

O povo está sendo crucificado pelos poderes deste
mundo. 14.138

Na fazenda em que eu moro o povo vive iludido, pensa
que é a gente quem manda. (...) Os ricaços influenci
ando o povo, o povo ouvindo mais os ricaços ... 11.423

O povo não tem dinheiro. Então o povo não influi nas
decisões, nem no seu destino, não participa do po-
der ... 7.1075

Eu acuso os tubarões e o governo porque estão fazen
do o povo voltar para o cativeiro. O povo está duro
sem querer aceitar essa situação "ordinária". 9.567

O povo já entende ... que quem está no poder só cede
rá sob pressão do povo organizado. 14.217

Quando falamos "povo" e "unido", pensamos em união,
organização, e sempre a partir dos pobres, dos opri
midos, dos que não têm "rosto" como diz Puebla: ne
gro, índio, mulher, camponês, operário. 16.604

União dos trabalhadores do campo e da cidade: é o
mesmo povo sofrido. 16.358

O povo aparece como uma unidade. Esta unidade se funda, primei
ro, na igual condição de todos como filhos da família de Deus e, em se
gundo lugar, em sua igual condição de injustiçados. O argumento da unida
de do povo por ser família de Deus tem uma força especial junto aos-que-
não-têm: apela, com efeito, não para laços jurídicos mas para laços afe
tivos e, no nosso caso, se assenta sobre toda uma formação cultural que
privilegiou o religioso. Há, com referência ao primeiro argumento, um la

mento tradicional pela recusa por parte dos-que-têm, alegando-se a irra
cionalidade do seu gesto. Mas, por outro lado, essa recusa permite a i-
dentificação entre injustiçados, margin-lizados, pobres enfim, e filhos
de Deus, amados de Deus. A compreensão, religiosa, que se tem de sociedade
de se aplica a povo.

O argumento da unidade de povo é de caráter afetivo: não tem
caráter científico, como o de classe social. Apela para dois dados da
percepção imediata: a condição de filhos de Deus e a condição de injusti-
çados. Nisto é fácil se reconhecerem todos iguais. O argumento, já pelo
seu caráter religioso, já pela tradição histórica do nosso povo, tem to-
da condição de se fazer valer. O povo se sente povo por igual. Não basta,
porém, unidade: a conotação de passividade, ligada ao conceito de povo,
dá a entender que a unidade não é mola para a ação transformadora. Daí a
pergunta: - na prática, quais são as consequências desta explicação?

As CEBs trabalham com o conceito povo, pressupondo o que elabo-
ramos acima. Reconhecem a força de unificação do caráter religioso mas
experimentam, na prática, os limites da organização histórica da religi-
ão, quer como instituição, quer como ideologia. A Igreja esteve do lado
do poder, que pratica a injustiça, reprimindo ainda todo gesto de resis-
tência. A religião foi posta como voltada para aquilo que transcende es-
te mundo, munida, pois, de incontáveis argumentos para explicar uma situ-
ação indesejável que perdura. Voltada para o espiritual, pode se dar ao
luxo de relegar o temporal na sua imediatez. Com isto, não se debruça so-
bre a realidade vivida, à procura das causas localizadas da injustiça mas
as procura nas condições estruturais de relação com Deus, achando-as no
egoísmo e no pecado. Estas explicações, ainda que passíveis de uma inter-

dical em direção à transformação da realidade social. Nestes termos, a homogeneização de povo não garante a força para a reversão da situação. As CEBs, no entanto, acreditam neste caminho. O que elas exigem é uma releitura da Bíblia e da Tradição, insistindo na indissolubilidade entre fé e vida.

5.2.2. Os Pobres

A Igreja e as CEBs substituem, com muita frequência, povo por pobres, para indicar as condições de vida da grande maioria da população. Não há como não fazer esta identificação no contexto do Terceiro Mundo, onde a distinção entre os-que-têm e os-que-não-têm carece de variantes significativas. "Povo é o conjunto dos despossuídos ...", que constituem uma realidade ligada à libertação, à afirmação nacional, à luta contra a exploração e à vontade de estabelecer uma sociedade justa. (...) Na América Latina, o "popular" é inseparável da presente situação de exploração e marginalização vivida pelo povo pobre de nossos países e, sobretudo, inseparável de sua luta e sua esperança de libertar-se dessa situação."⁸⁶

Esta identificação soa bem para a Igreja, herdeira da bem-aventurança que sublima a pobreza. A Bíblia consagra o lugar privilegiado dos pobres diante de Deus, que se constitui em seu defensor. A Igreja recolhe esta mensagem e se faz, também ela, defensora dos pobres. Segundo Medellín, pobres são todos os que sofrem "carência dos bens deste mundo" (M. 14, 4). Foi o contexto latino-americano que deu novo vigor ao termo,

na esteira, é verdade, de toda uma elaboração da chamada doutrina social da Igreja. A situação de "miséria inumana" (M. 14, 1), de "desumana pobreza" (DP 29), de "populações inteiras desprovidas do necessário" (M. 2, 16) obrigou a uma explicação global, procurando as causas mais profundas e a uma tomada de posição.

A América Latina encontra-se, em muitas partes numa situação de injustiça que pode chamar-se de violência institucionalizada, já que, por defeito das estruturas da empresa industrial e agrícola, da economia nacional e internacional, da vida cultural e política, populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem uma dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade e também toda a possibilidade de formação social e política, violando-se, assim, direitos fundamentais. (M. 2, 16)

Isto levou os bispos da América Latina, reunidos em sua II Conferência Episcopal (Medellín, 1968) à "preferência efetiva aos setores mais pobres, necessitados e segregados por um motivo ou outro" (M. 14, 9):

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres. Esta solidariedade significará fazer nossos seus problemas e lutas e saber falar por eles. Isto se concretizará na denúncia da injustiça e opressão, na luta contra a intolável situação em que se encontra frequentemente o pobre e na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por esta situação a fim de fazê-los compreender suas obrigações. (...) A promoção humana será a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal e ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo. (M. 14, 10-11)

Dez anos mais tarde, agora reunidos em Puebla (1978), repetem:

A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres.

DP 1134

A opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio de Cristo Salvador, que os iluminará sobre a sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à co

munhão com o Pai e os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica. DP 1153

Esta opção, exigida pela escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina, deve levar a estabelecer uma convivência humana digna e a construir uma sociedade justa e livre. DP 1154

Advogamos ... a preocupação preferencial em defender e promover os direitos dos pobres, marginalizados e oprimidos. DP 1217.

Há, nestes textos, uma declaração oficial da Igreja em relação aos pobres do Continente. Afirma-se o caráter escandaloso da pobreza. Afirma-se também, com nitidez, a preferência de Deus e da Igreja pelos pobres, preferência que se manifesta pela atitude de denúncia e de defesa. O entendimento, que a Igreja expressa da forma de realização deste compromisso, é, fundamentalmente, o que já assinalamos: o da sociedade/família-de-Deus. A pobreza é resultado do pecado. O caminho da volta é a reconciliação com Deus e, em Deus, com os irmãos. O mundo foi criado por Deus para a nossa utilização mas nenhum homem, muito menos populações inteiras, foi criado para a utilização do outro homem ou de pequenas minorias. Se isto acontece é porque se rompeu com o amor filial, consubstanciado no amor fraterno.

A dignidade dos homens se realiza aqui, no amor fraterno, entendido com toda a amplitude que o Evangelho lhe deu e que inclui o serviço mútuo, a aceitação e promoção prática dos outros, especialmente dos mais necessitados. (...) O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. (...) O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode atualmente na América Latina amar de verdade o irmão nem portanto a Deus sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em

muitos casos, até em nível estrutural com o serviço e promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as consequências que se seguem no plano destas realidades temporais.

Mas a uma atitude pessoal de pecado, à ruptura com Deus que degrada o homem, corresponde sempre, no plano das relações interpessoais, a atitude de egoísmo, de orgulho, de ambição e inveja que geram injustiça, dominação e violência em todos os níveis; corresponde de a luta entre indivíduos, grupos, classes sociais e povos bem como a corrupção, o hedonismo, a exacerbação sexual e a superficialidade das relações mútuas. Consequentemente se estabelecem situações de pecado que, em nível mundial, escravizam a tantos homens e condicionam adversamente a liberdade de todos

DP 321-329

Segundo o documento da CNBB sobre as Comunidades Eclesiais de Base, "desde seu início, as CEBs floresceram mais entre as populações simples e pobres" (43), dando-se disto várias razões. Repetindo Puebla, concluem: "As CEBs são expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples" (47). Seguindo toda a literatura eclesiástica, o documento não se pergunta pelo que faz o pobre ser pobre, afirmando simplesmente sua existência, o privilégio evangélico de ser pobre, sua exemplaridade para toda a Igreja. Não se toca em classe social como critério de análise; reconhece, "volens nolens", nos pobres das CEBs uma classe social (48) mas supera-se esta visão pela visão da família de Deus. Trata-se, sem dúvida, de um reordenamento das relações sociais com vistas a uma nova sociedade, justa e fraterna, fundada num postulado mítico, anterior a qualquer razão de ordem histórica e analítica, com prioridade pois sobre todas elas. Os pobres, no entanto, existem e sua existência exige uma explicação que não apenas dê razões mas sobretudo que leve à modificação de sua situação. A questão toda diz respeito à eficácia das explicações.

ideologia.

5.3. CEBs e Organização Popular

Como enquadrar sociologicamente a compreensão que a Igreja e as CEBs têm da sociedade? Em que sua concepção de povo e de pobres determina a eficácia de sua ação social? É preciso caracterizar conceitualmente a função de povo e de pobres de modo a permitir uma conclusão sobre o alcance prático da ação social que neles se funda.

Observo, primeiramente, o conteúdo sociológico de pobres: o da do fundamental é a negatividade: estar despossuído. Esta negatividade é que cimenta o bloco social, reconhecendo em todos os membros uma igualdade sem outras distinções. Não há blocos dentro do bloco. - Como funciona essa identidade? Dissemos acima, fazendo referência a povo, que "a unidade, fundada numa qualidade negativa, não submete os interesses particulares, com vistas à superação das diferenças"⁸⁷. Ao contrário, enfraquece mesmo as potencialidades de grupos possivelmente emergentes em termos de liderança, porquanto insiste na condição de igualdade negativa. A única mola, nestas condições, é a oposição ao outro bloco, o dos-que-têm. Esta oposição consiste, primeiramente, num estar-face-a e não num estar-contra. Isto significa que as duas situações são tidas como devendo-ser, cabendo apenas um reajuste em casos de excesso e/ou uma franquia, permitindo a passagem de indivíduos de um grupo para o outro, sem, com isto, se alterar o quadro geral.

Trata-se de uma visão estática da sociedade: a estrutura da sociedade é imutável e perfeita. Todo conflito - ricos e pobres, por exem

cial: sucede-lhe. Isto se põe como transcendente, inquestionável, definindo as situações possíveis. O conflito surge desafiando a ordem natural das coisas - no caso, o próprio plano de Deus. Sua consequência, ricos e pobres, é lida na mesma linha de interpretação, ou seja, estaticamente. Nenhum dos dois blocos se explica por uma relação mútua, interna, mas por uma relação externa, qual seja a referência ao desígnio divino da sociedade/família. O surgimento dos blocos se explica pela desobediência a esse desígnio, sua superação se dando, pois, com a volta à obediência. Há uma exigência natural de restabelecimento da ordem.⁸⁸

A leitura marxista se põe em confronto com esta visão estática de sociedade. A questão, que se levanta, é: - como e em que grau a hierarquia permite esta leitura no seio das CEBs? A existência da leitura se explica pela busca de caminhos para a solução radical da pobreza na América Latina, face aos paliativos de natureza capitalista. As CEBs surgiram, na verdade, sob o signo da repressão, engajadas no processo de libertação, processo de transformação das relações sociais. Isto quer dizer que elas são portadoras de uma visão de sociedade oposta ao modelo vigente, o que lhes permitiu uma aproximação da análise marxista.

Na verdade, como já vimos, os relatórios das CEBs não comprovam a adoção da análise marxista pelas comunidades. Há, indiscutivelmente, influência desta análise sobre o entendimento e a prática sociais das CEBs, dado que o objetivo de uma nova sociedade lhes é comum. Muitos textos da hierarquia externam esta preocupação:

Noutras regiões, ao contrário, agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja (...). Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos. (Paulo VI, Evangelii Nuntiandi, 58)

Produz-se em alguns casos uma atitude de desconfiança para com a Igreja "institucional" ou "oficial", qualificada como alienante, à qual se oporia outra Igreja popular "que nasce do povo" e se concretiza nos pobres. Estas posições poderiam ter graus diferentes, nem sempre fáceis de precisar, de conhecidos condicionamentos ideológicos. (João Paulo II, Puebla, Discurso Inaugural, 1.8)

O argumento, porém, que prevalece em toda a reflexão das CEBs e é colhido nos relatórios, é o da tradição: a sociedade/família de Deus e é em nome dele que se recusa a injustiça capitalista. A falta de uma análise metódica na linha da sociologia marxista nos relatórios das comunidades não permite, contudo, a conclusão de que as CEBs não caminham nesta linha. A pergunta que se põe é esta: - não estariam as CEBs desempenhando o papel de massa face a uma vanguarda constituída de teólogos, assessores e agentes de pastoral, estes trabalhando com o modelo de análise da sociologia marxista? A massa, quando escreve ou quando age, não tem, com efeito, a preocupação de se afinar com modelos teóricos mas, fundada numa explicação global e de natureza perlocutória, realiza o que julga lhe competir, nos limites de seu campo de atuação. Como verificar, então, se há uma influência da análise sociológica marxista na forma de as CEBs estruturarem sua visão de mundo e organizarem sua prática social?

Poderia assinalar algumas pistas que, se não comprovam, obrigam a uma pesquisa de campo. Das CEBs tem saído um grande número de ativistas políticos, sindicais, associacionistas, como o atestam os repetidos textos referentes ao tema das CEBs/sementeiras. Sabe-se que não foram as CEBs que deram o primeiro impulso à transformação das relações sociais no Brasil, mas aliaram-se, na prática, a este processo; aderiram a este movimento e forneceram lideranças, além de trabalhar a consciência das pessoas. Isto nos leva a perguntar pelo tipo de prática que esses líderes, saídos das CEBs, estão realizando, de tal modo que tenhamos elementos para inferir a influência das comunidades, a direção para que aponta essa influência. O tema CEBs/sementeira nos remete ao tema "intelectual orgânico", no sentido de que desperta a consciência de classe, elabora sua hegemonia política e cultural, fermenta a transformação social. Mesmo portadoras de uma visão de sociedade estática, as CEBs trabalham, muitas vezes, com elementos da análise sociológica marxista e propõem tarefas concretas de mudança social. Isto, querendo ou não, indica uma influência prática da interpretação marxista da sociedade. Os cursos de treinamento em liderança, fundados na crença de que uns comandam e puxam a ação de muitos, são um lugar para verificação desta influência, como vimos atrás. O dilema, nesse terreno, se dará em termos de ideólogos (teólogos, assessores, agentes de pastoral) e hierarquia, no momento em que houver, de fato, uma tendência acentuada para a teorização ou para a prática na linha marxista. A existência do dilema está confirmada pelos textos já citados da hierarquia, que rejeitam influências "ideológicas", e sobretudo pelo combate árduo que se vem travando contra a Teologia da Libertação.

As CEBs, pela visão de sociedade/família-de-Deus, não têm condições teóricas para caminhar no sentido de uma interpretação classista de sociedade. Isto quer dizer que, por não trabalharem com o conceito de luta de classe como chave de leitura da sociedade, não podem caminhar na direção da organização popular, como a entendemos. Esta, com efeito, consiste na aliança das classes populares, com vistas à superação do capitalismo, sob a hegemonia da classe operária, classe fundamental antagônica à classe dominante. As CEBs, no entanto, declaram expressamente trabalhar pela superação do capitalismo, juntamente com outros movimentos populares, isto é, elas se entendem trabalhando pela organização popular. Há que se combinar superação do capitalismo e justiça, no sentido em que a Igreja a entende. Não se supera o capitalismo via hegemonia do proletariado em direção a uma sociedade sem classes. O capitalismo tem que ser superado através da justiça. A questão, que se põe, é de ordem histórica: - até que ponto a aplicação de um princípio universal, i.e. que diz respeito a todos de uma forma igual, não é favorecimento dos que comandam a sociedade, ou seja, na expressão da própria Igreja, dos ricos? O embate se dá justamente na aplicação do princípio. Com efeito, poderia um princípio de natureza universal servir, na prática, como pano de fundo para uma ação contínua de caráter classista? Nos relatórios das CEBs o argumento para a superação do capitalismo aparece, várias vezes, como sendo de caráter classista. Isto não é contraditório com a natureza universal da justiça proposta pela Igreja mas também não é sua interpretação legítima. Pode-se perguntar, pois, por quanto tempo e/ou até que ponto do caminho se apoiará sobre o argumento classista. A ambiguidade derivada desta argumentação pendular ^{se} impede, de um lado, a acomodação à situ

ação, impede, de outro, uma decisão radical em termos de opção de classe. Isto se percebe, sobretudo, no trato com questões concernentes à organização social brasileira como um todo, conforme vimos à p. 87. O caráter de religião, que envolve toda a prática social da Igreja e das CEBs, explica socialmente esta atitude, ainda que não modifique as consequências. A utopia - da salvação, do Reino - como que justifica o in-sucesso provisório, a postergação indefinida, o não-comprometimento radical. Salva-se, destarte, o discurso universal como não se condenam gestos de radicalização. O primeiro tem, porém, prioridade. A superação do capitalismo torna-se, assim, um desejo que explicita uma faceta da utopia. Aqui, mais do que a ambiguidade que lhe é própria, parece realizar-se a segunda característica: o fracasso: "nunca acontece o que ela propõe; sempre acontece uma outra coisa em seu lugar".

O popular se reveste, pois, de uma generalidade total, insistindo, com efeito, sobre o caráter de negatividade. O preenchimento da negação não se faz em cima da simples negação: a negatividade é resultado de um processo; não é algo em si. Sua superação se dará na medida em que se indicarem as causas que levaram ao processo e, pelo processo, a esse resultado concreto. A insistência na generalidade estratifica a situação, tornando inócuas as medidas tomadas com intenção de transformação social. A História o demonstra: basta ver os recursos injetados pela própria Igreja em benefício dos pobres: nada mudou! A contribuição, pois, que se dá à causa popular, nestes termos, tem por consequência inevitável a desmobilização final das classes populares, a manutenção da estrutura fundamental da sociedade, o adiamento "sine die" de uma transformação radical

que realize a sociedade/família de Deus. Há, no caso, uma ruptura entre a proposta da nova sociedade, a explicação que dela se dá e os meios de sua realização. Estes são ineficazes, de uma ineficácia derivada do entendimento que se tem da sociedade.

Tomada, pois, no seu conjunto, a proposta das CEBs é contraditória, propondo meios ineficazes para atingir a meta. Se fatores externos não se fizerem presentes, a influência das CEBs, em termos de organização social, será conservadora, na medida justa em que evita os instrumentos que levam à transformação. Mesmo que uma CEB e mesmo que, por coincidência, todas as CEBs se vejam envolvidas num trabalho de transformação, alinhando-se entre os que partem dos interesses de classe para atingir tal objetivo, há que se concluir que, a mais longo prazo, ou as CEBs reverterão as posições avançadas ou deixarão de ser comunidades eclesiais. É neste sentido que apontam os textos pontifícios e episcopais ao tratarem da eclesialidade das CEBs.

É preciso indagar, agora, sobre a combinação prática entre os princípios, que regem as CEBs, e a atuação concreta das CEBs concretas. Os relatórios deixam ver claramente o papel de formação de liderança que as CEBs se atribuem, preparando pessoas que levem avante o movimento popular. O documento da CNBB tem conhecimento disto:

Muitos membros e líderes desses movimentos pertencem às CEBs e foram mesmo despertados dentro delas.

15.999

Não há, contudo, nenhum levantamento sobre o distanciamento das CEBs por parte dos líderes que se engajaram nos movimentos populares. É de se esperar que isto aconteça, sobretudo onde a consciência de classe seja o

móvel das atividades, entrando em choque, em termos de princípios, com a visão de sociedade da Igreja. Mas não se pode concluir que esta seja a única razão de distanciamento. Há necessidade de uma pesquisa sobre o tema. Os relatórios deixam ver, isto sim, a naturalidade da conjugação entre a visão da sociedade/família de Deus e luta pela superação do capitalismo a partir dos interesses de classe, por parte de agentes de pastoral e elementos da base. Observo, primeiramente, que não se pode generalizar o fato. Em segundo lugar à medida que estas pessoas radicalizarem a leitura sociológica das CEBs, muito provavelmente a hierarquia insistirá sobre os princípios, como tem feito. Estas chamadas têm por efeito desacelerar gradativamente as iniciativas que se apóiam sobre os interesses de classe, desestimulando, pela força que vem da instituição, os impulsos pessoais ou de pequenos grupos. Como a grande massa dos católicos não se acha afetada pela mística das CEBs mas, ao contrário, tem uma visão tradicional de religião, as chamadas da hierarquia recebem um respaldo concreto de grande alcance. Levanta-se, daí, a questão sobre a pertinência das CEBs no seio de uma instituição tradicional.⁹⁰

O dilema, que se põe, é se as CEBs se constituem uma experiência de nova forma de ser Igreja ou se são uma nova forma de manter a mesma estrutura de relações sociais e de poder. Não nos compete, nos limites do presente trabalho, definir para que lado pende realmente a experiência das CEBs. Em artigo de 1976, Oliveira já assinalava: "o otimismo com que se encara os resultados de algumas experiências pode ser enganador: elas só dão bom resultado enquanto são experiências, e não a manei

ra usual de ser da Igreja particular. É sintomático que quase todas as experiências de comunidades eclesiais de base se situem em áreas rurais em deterioração e periferias de cidades, fazendo coincidir o confinamento e clesialístico com a marginalidade social".⁹¹ Muito embora as CEBs tenham sido objeto de prioridade em planos bienais da CNBB e em muitos planos regionais e diocesanos, há que se reconhecer que elas se encontram ainda nos limites de uma experiência. O paralelismo paróquia/CEBs, de um lado, e a "cnbbização" das CEBs, de outro, convergindo para a ênfase do institucional e, no caso, para a manutenção da estrutura de poder, nos põem uma séria interrogação sobre o para quê das CEBs no contexto histórico da Igreja brasileira.

CONCLUSÕES

O título do trabalho indicava como preocupação maior o conhecimento da realidade social brasileira através de sua história nestes últimos vinte e cinco anos. A pretensão era obtê-lo através do comportamento da Igreja que, por ser uma instituição de grande porte e de profundas raízes sócio-culturais, permite um amplo campo de observação da estrutura das relações sociais. Escolhemos, dentro da Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs como lugar circunscrito de nossa pesquisa por se tratar, primeiramente, de uma forma nova de a Igreja se apresentar, nos termos da fidelidade ao Evangelho; em segundo lugar, de se constituírem de uma população empobrecida, marginalizada e, daí, sendo sujeito de uma força de transformação social. A análise se apoiou num pré-posicionamento, relativo à leitura da sociedade a partir dos interesses populares, sendo estes definidos como o conjunto dos interesses de todos os grupos marginalizados pelo poder. Esta marginalização acompanha o processo de empobrecimento, ou seja, da redução dos grupos à condição de dependência econômica. Tratou-se, então, de saber se as CEBs estão comprometidas com a organização popular no sentido dado, a saber, uma aliança das classes populares, sob a hegemonia da classe operária, com vistas à superação do capitalismo.

As CEBs foram, com efeito, um momento de rejuvenescimento da Igreja, apelando para seus fundamentos evangélicos e mobilizando os marginalizados, criando com isto novas bases sociais para a Igreja. Apesar de nas histórias das CEBs se dizerem, às mais das vezes, apenas suas causas

eclesiásticas, a verdade é que elas estão intimamente relacionadas com o movimento de libertação da América Latina, segundo os anseios das classes trabalhadoras. O desenvolvimento do capitalismo industrial, que vem da segunda metade do século passado, desabrochou numa melhor organização operária, buscando melhor posição na sociedade. As condições, que o capitalismo arranhou para se desenvolver, suscitaram nas classes trabalhadoras um movimento de intensa resistência, gerando novas formas de sindicalismo, de atuação político-partidária, de associação popular. Os relatórios das CEBs mostram, muitas vezes, essa situação como parte, mesmo, de sua própria existência. As CEBs são, com efeito, uma resposta da Igreja, adaptada às circunstâncias.

Esta resposta, porém, segundo o nosso crivo, não encerra em si o germen de uma reestruturação radical da sociedade, na medida em que se apóia numa visão de sociedade que exclui, nas origens, todo e qualquer conflito. A organização social, não-conflitiva por natureza, é boa, não tendo por que mudar: os conflitos, posteriores, são solucionados à luz da constituição original. No decorrer do trabalho, chamamos a esta visão de sociedade, da Igreja, de sociedade-família de Deus. As CEBs, inseridas ao mesmo tempo no seio da Igreja, com sua Tradição, e da sociedade, com seus conflitos, têm que dar uma resposta às interpelações das classes marginalizadas. Embora muitas respostas suas coincidam em termos com respostas de leituras "conflitivas" da sociedade, a referência à chave de leitura, que lhes é própria, reduz a radicalidade de suas consequências. Impede-se, por elas, o desvelamento da luta de classe, em nome de uma harmonia original a ser refeita em algum tempo. O princípio escatológico e messiânico vai de par, em nosso caso, com a frágil organização popular,

resultado da repressão multissecular que moldou não só a estrutura de classes mas também idealizou a concepção de mundo e das relações sociais. A história recente do Brasil mostra, como vimos, a dificuldade de caminhar nesta direção, bastando considerar apenas a questão de classes sociais na atual estrutura de sociedade. A imobilização, que esta estrutura favorece, é como que justificada e sublimada pela explicação religiosa: - somos, todos, uma mesma família. A própria situação religiosa do noseo povo, em sua prática do catolicismo popular, serve de cultura para este tipo de solução. A ideia de salvação, jogada para o após-morte, sustenta toda adversidade presente e confina os anseios de libertação no campo do sofrimento como penhor. De tudo isto, vê-se bem que é problemático afirmar que as CEBs caminham nos termos aqui designados como organização popular.

Esta conclusão não tem a mínima pretensão de invalidar o trabalho das CEBs junto às classes marginalizadas. Aponta para a solução que as mesmas CEBs dão aos nossos problemas sociais. Antes de apreciarmos o trabalho que fazem junto a essas classes, é preciso destacar o grau de consistência interna, verificável em sua organização interna, na quantidade de comunidades hoje existentes, na mensagem religiosa e social que sustenta uma mística de renovação, na sua atuação político-social que mobiliza as classes populares e desperta adversários. As CEBs são um fato em nosso contexto, portando a bandeira da transformação social. Elas têm um peso. Em que termos sua atuação atinge a organização social vigente e em que termos atinge a própria instituição eclesiástica?

Primeiramente, constatamos um trabalho das CEBs em termos de organização popular, não no sentido por nós defendido mas na acepção co mum da expressão. Elas, com efeito, multiplicam sua ação de conscientização, de organização e de envolvimento do povo. Seu método põe as pessoas em estado de crítica, obrigando-as a ver melhor a realidade imediata, a analisar as causas dessa situação à luz da fé que professam, a definir gestos e atitudes em direção à transformação. A prática de participação criada pelas CEBs leva as pessoas a se reunir e discutir, juntas, a reali dade; a caminhar, juntas, na busca de solução aos problemas; a ensaiar um posicionamento político frente ao poder estabelecido e às normas vigi gentes, a priorizar o sentido comunitário e o sentido do popular. Esta prática encaminhou muitos membros seus para as entidades combativas na linha dos interesses populares.

Não há contradição entre os princípios postos pela Igreja e inte ncionalmente vividos pelas CEBs e a organização da luta popular na dire ção da transformação da estrutura das relações sociais. Se, de um lado, houvesse uma reflexão radical sobre esses princípios, com a condenação explícita da luta de classe, muitas CEBs se sentiriam desorientadas; se, por outro lado, a luta de classe se pusesse como chave de leitura para as comunidades, a hierarquia, por certo, interferiria no processo, cortando o caminho. O que há é uma experiência, encabeçada pela própria hierarquia. É por isto que os caminhos não são fechados mas apenas corrigi dos. Umas CEBs enfatizam mesmo a análise sociológica que contempla os interesses de classe como seu fundamento: essa experiência permite capta tar, por exemplo, a eficácia da organização popular, a receptividade popular à interpelação classista, a lealdade dos membros dessas CEBs aos

princípios evangélicos e às diretrizes hierárquicas, a articulação prática com os movimentos populares e com os movimentos leigos da Igreja, a articulação entre fé e vida, fé e política, oração e ação, leigo e padre. Outras CEBs - e posso dizer: a maioria - enfatizarão os princípios bíblico-tradicionais, urgindo também a articulação fé e vida. A experiência é positiva, no entender da hierarquia, dado que atualiza a Igreja tanto numa linha de espiritualidade e teologia quanto numa linha de atuação social, conquistando, com isto, novas bases. Não há lugar, contudo, para autonomia das CEBs. O argumento fundamental é que, se assim fora, se perderia o caráter de eclesialidade. Paulo VI já dizia: "Essa eclesialidade se concretiza em uma sincera e leal vinculação da comunidade aos seus legítimos pastores". Toda a questão dos "magistérios paralelos" se reduz à questão da autonomia. Isto subentende um processo ou, pelo menos, atitudes de autonomia por parte das CEBs: "uma exagerada liberdade perante a legítima autoridade eclesiástica", de que falava o mesmo papa. A autonomia poderia levar as CEBs a uma opção de classe, contrariando a orientação do Magistério. Neste sentido, bem vale a posição de Pedro Ribeiro de Oliveira: "... o otimismo com que se encara os resultados de algumas experiências pode ser enganador: elas só dão bom resultado enquanto são experiências, e não a maneira usual de ser da Igreja particular. É sintomático que quase todas as experiências de comunidades eclesiais de base se situem em áreas rurais em deterioração e periferias de cidades, fazendo coincidir o confinamento eclesiástico com a marginalidade social".

O fato é que a Igreja, pelas CEBs, concretizou sua identifica

minante e da classe média tradicional. Conforme a percepção da Igreja, isto atesta a necessidade de reordenamento das relações sociais, dada sua deterioração. As classes dominantes e suas aliadas são as sustentadoras da situação de injustiça que aflige a grande maioria da nossa população. A aliança da Igreja com esta maioria se faz em nome da justiça, imperativo religioso. Esta explicação não resolve, contudo, a questão sociológica da busca de novas bases sociais por parte da Igreja. Demos razão disto ao tratarmos da história da Igreja no Brasil. O que importa destacacar aqui é impossibilidade de uma identificação radical da Igreja com estas classes marginalizadas, dado o caráter universalista de sua missão.

NOTAS

1. Neste sentido, não se dá historiografia neutra, como o quer o positivismo histórico. Sobre o assunto, ler E.H.CARR, Que é História; E.CO RETH, Questões fundamentais de hermenêutica; A.SCHAFF, Histoire et Vérité; H.G.GADAMER, Vérité et Méthode.
2. A imagem, que um ator (sujeito de relações sociais) tem dos demais atores, é determinada por sua auto-compreensão, que é sempre "admirativa ou complacente (e), em todos os casos, interesseira" (C.BOFF Comunidade Eclesial, Comunidade Política, p. 24). A imagem, com efeito, não se identifica com o objeto-em-si, que este é inacessível ou mesmo inexistente, mas com o objeto enquanto visto, ou seja, ela indica o objeto-para-o-sujeito. Tratando-se de relações sociais, imagem significa, muito mais que resultado da visão, a forma de atuação por parte do sujeito, ele próprio inserido na realidade retratada.
3. "A opção de partir do povo tem ... implicações bem maiores do que trabalhar com gente pobre e simples, pois implica, ao mesmo tempo, trabalhar com gente que, ao tomar consciência de sua situação de dominação, pode passar de um estado de conflito latente para um estado de conflito aberto." A.GREGORY, CEB: seus desafios e chances de resposta, p.7.
4. "Costuma-se definir a comunidade como a unidade dinâmica de pessoas, que, mediante uma interação social de tipo mais ou menos espontâneo, está integrada por laços afetivos, emocionais, históricos e culturais. A comunidade forma uma unidade de interesses comuns, subjetivos e de relação social que dá corpo real a um grupo humano. (...) Por associação institucional, ao contrário, entende-se uma forma racionalizada de agrupamento criado para resolver socialmente as necessidades de seus membros. É assim que aparecem regulamentações codificadas das inter-relações humanas que se institucionalizam formalmente para que o grupo social possa alcançar de modo funcional os fins expressamente propostos. A associação institucional - que podemos também definir como agrupamento organizado com vistas a fins determinados implicando em uma série de normas instituídas - estabelece hierarquização de funções e, portanto, marca uma divisão de trabalho." O.L.LEÑERO, "A Igreja como comunidade e como instituição", em A.GREGORY (org), Comunidades Eclesiais de Base: utopia ou realidade, p. 32.
5. Sobre o surgimento e desenvolvimento de uma Igreja Popular na América Latina, ver, de P.RICHARD, 1969-1978: a Igreja Latino-americana entre o Temor e a Esperança. A posição da hierarquia a esse respeito está bastante patenteada no Documento de Puebla (DP), n.ºs 262-263. D.Pedro Casaldaliga se pergunta: "Se falo de Igreja hierárquica, por que não de Igreja popular? Se a Igreja é hierarquia, sobretudo é Povo de Deus. Não é portanto inconseqüência teológica - como querem dar a entender alguns escritos de certos "teólogos", que fazem mais mal que bem - u

sar a expressão Igreja popular. Pelo contrário, é mais ilógico falar em Igreja hierárquica do que em Igreja popular." "Opção de vida entre os pobres", em Revista Eclesiástica Brasileira - REB, vol. 44, fasc. 173, p. 87.

6. O presente estudo não desconhece que a instituição Igreja reflete, e la também, os conflitos sociais e os interesses de classe. Trabalha, contudo, com o sentido "comum" de Igreja, ou seja, aquele que é percebido como o dominante e, nestas condições, como o natural.
 7. Insisto nos caracteres organizacionais e históricos da Igreja em 4.1. à p. 105.
 8. O Documento de Puebla assim define a Comunidade Eclesial de Base: "A comunidade eclesial de base, enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a Palavra de Deus e se nutre da Eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a Palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base, por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade." DP 641
- C. BOFF define assim: "Comunidades: agrupamentos restritos, onde vigem relações primárias, isto é, afetivas, nominais e interpessoais. (...) Eclesiais: esse qualificativo olha para o lado religioso dessas comunidades. Pode ser tomado por "cristãs". E na medida em que elas exprimem visivelmente a Salvação, podem-se teologicamente predicar com todo o rigor pelo termo "eclesiais". De base: essa é uma designação menos fácil de ser apreendida. Podemos discernir três sentidos sob esta noção: - um certo sentido sociológico: as bases são as camadas mais baixas da Sociedade: os pobres, os explorados e oprimidos (...); um sentido teológico: as bases seriam o "tecido elementar cristão". Alude-se aqui ao movimento de fazer renascer a Igreja lá onde sua presença está praticamente apagada; um sentido descritivo: "de Base" tem aqui não a carga de um genitivo, mas de um ablativo de origem: a partir das bases, de baixo, em oposição ao "do alto", "de cima", entendido como "das instâncias de poder", "das cúpulas". Fala-se então aqui em termos de "eclesiogênese" (L. Boff), isto é, de uma Igreja que nasce a partir dos grupos pequenos, em geral "populares". Trata-se, pois, de uma "Igreja emergente" (H. Assmann)." Comunidade Eclesial, Comunidade Política, p. 51.

A Igreja da Amazônia assim se expressou: "Por Comunidade Cristã de Base entendemos: a) o primeiro e fundamental núcleo eclesial; b) que procura viver o amor libertador; c) na fé e no sacramento; d) e atua como a consciência crítica do meio em que vive". II Encontro interregional, maio de 1974. SEDOC 7.785.

A Igreja de São Paulo assim o definiu: "Enquanto comunidade precisa

ter características de grupo primário: conhecimento e relacionamento pessoal; interesse e objetivos comuns; possibilidade de convivência; número que não impossibilite o relacionamento. Enquanto base, deve ser formada a partir do ambiente ou do lugar onde as pessoas vivem, se encontram e se relacionam. Os critérios são variáveis: geográfico profissional, ambiental, etc. Enquanto eclesial deve compreender: a) Abertura à Palavra de Deus que gera a conversão; b) Conversão que se traduz em abertura: 1) a si mesmo (vocaçã, carisma); 2) aos outros (até aos inimigos); 3) à realidade (fermento na massa, presença de uma Igreja personalizante, peregrina, encarnada, profética e libertadora); c) A comunhão com a Igreja visível: local, particular e universal; d) A celebração da vida de Cristo nelas, pelos sacramentos. A celebração da própria vida da comunidade nos sacramentos, orações etc.". Pastoral de comunidades e ministérios, junho de 1976, SEDOC 10.511/512.

A.GREGORY observa que o termo comunidade é usado, de fato, em dois sentidos: a) um grupo de pessoas que ocupam uma determinada área geográfica, interagem socialmente e têm valores e interesses comuns. Ex povoados e aldeias rurais; b) o termo comunidade também é usado, é verdade que com menos freqüência, para significar relações sociais chamadas positivas: intimidade, aconchego, contato pessoal, igualdade dos membros, permuta de experiências, auxílio mútuo, amizade geral, renúncia ao individualismo, comunhão de valores básicos. Ver CEB: seus desafios e chances de resposta, p. 2 e 3.

09. Quanto à confecção dos relatórios, estendo para todos os cinco encontros a observação de A.GREGORY sobre a limitação dos relatórios dos dois primeiros encontros: "por serem, na sua quase totalidade, preparados por 'intelectuais' das Comunidades e não pelas pessoas simples do povo" (ib, p. 1). Sobre o significado dos relatórios, ver excelente trabalho de J.B.LIBÂNIO: Comunidade Eclesial de Base: pletora de discurso.

10. "A forma como um povo se organiza em torno dos recursos materiais acessíveis a ele para produzir os bens destinados à manutenção e re produção de sua vida, essa forma de organização social da produção, insistimos, condiciona a ação de quaisquer religiões que nasçam em seu seio. Vale dizer: a forma de organização social da produção con diciona e diz quais ações religiosas são possíveis, quais são possí veis mas não desejáveis, quais são toleradas e toleradas até que pon to, quais são aceitáveis mas em plano secundário, quais - se as há - são convenientes e quais são primordiais e/ou urgentes (independentemente da consciência e das intenções dos agentes religiosos)." O.MA DURO, Religião e Luta de Classes, p.76.

11. Para a análise desta categoria, ver, sobretudo, E.LACLAU, Política e Ideologia na Teoria Marxista, ad 3 e 4, a quem acompanho nesta expo sição.

12. Sobre a importância de uma definição clara de povo, ler o texto de G.GUTIÉRREZ em que critica o Documento de Consulta (preparatório à Conferência de Puebla). Diz ele que o povo "não consiste simplesmente em um número, uma massa de homens que habita um mesmo território, mas em um conjunto agrupado com base na gestação e participação comuns de uma mesma cultura" (DC 632), ou seja, em "um estilo de vida", em um "ser íntimo de um povo". Sendo assim, não se pode ver bem quem não estaria abrangido por essa ampla definição de povo. E o assunto é de envergadura por tratar-se de uma noção-chave do documento. Recorrer à definição de cultura (DC 663) não nos ajuda muito. Recordar que há uma cultura latino-americana, filial da cultura ocidental, só aumenta nossa confusão, pois então começamos a temer que as populações indígenas, para dar um exemplo latino-americano, encontrem-se fora dessa noção de povo por não participarem da gestação de uma mesma cultura. Desse modo, nós, que à primeira vista pensávamos que os setores que se encontram no outro extremo da escala social, os grupos dominantes e opressores das maiorias, talvez fossem os que não faziam parte do povo, agora chegamos à conclusão de que a definição dada parece muito mais excluir do povo os membros dessas culturas oprimidas, cuja presença na América Latina não é percebida pelo documento." A Força Histórica dos Pobres, p. 161.
13. Sobre classe social, sigo a exposição de T.dos SANTOS, Conceito de Classes Sociais.
14. "Na medida em que se entende a realidade objetiva das classes sociais e da luta de classes (...) torna-se mais fácil perceber a existência dessas determinações essenciais nas manifestações concretas e conjunturas específicas. Isto ajuda sobretudo a desmistificar a idéia de "luta de classes" que, no modo de ver de muitos, remete imediatamente à visão de um campo de batalha de massacres e mortes. Uma vez que os massacres e enfrentamentos bélicos nem sempre são visíveis, devido à grande assimetria, tendem a ridicularizar quem coloca a luta de classes como uma característica da sociedade capitalista; mais, tendem a dizer que a luta de classes não existe ou só existe enquanto trama de ação estratégico-política dos "marxistas"... Não se dão conta estes pensadores, que o seu próprio pensar já os está fazendo partícipes da luta de classes numa sociedade que essencialmente se define por ela." J.I.FOLLMANN, Igreja, Ideologia e Classes Sociais, p. 17.
15. A teoria das classes sociais, em Marx, cumpriu com o objetivo de explicar o funcionamento da sociedade capitalista. O próprio Marx, porém, não desconheceu a simultaneidade possível de diversos modos de produção. Ao se fazer, pois, análise histórica, é preciso, além do conceito de classe social, um novo conceito que dê conta da diversidade dos modos de produção em jogo. Este conceito, para nós, é o conceito de povo.
16. "Justamente esse papel de enfrentar o poder e as suas represálias é

o que faz o povo. Não há povo sem esse confronto." J.COMBLIN, A Nova Prática da Igreja no Sistema de Segurança Nacional, p. 10.

Sobre este mesmo assunto ver, ainda, de P.A.R. de OLIVEIRA, "O que significa analiticamente 'povo'?" e, de G.P.SÜSS, Catolicismo Popular no Brasil, p. 31 s

17. As expressões classes populares, classes trabalhadoras, classes marginalizadas, classes subalternas, são, todas elas, usadas, aqui, na mesma acepção, a saber, são as classes que se confrontam, nos termos do poder, com as classes dominantes. Correspondem elas, exatamente, ao que estabelecemos como povo.

18. Sobre a história e a economia brasileiras neste período, acompanhei os trabalhos de B.SORJ & M.H.T.ALMEIDA (org), Sociedade e Política no Brasil pós-64; F.B.ÁVILA, "Igreja e Estado no Brasil"; J.A. MOISÉS, "Problemas atuais do movimento operário".

Sobre a história política e econômica do Brasil, ver, ainda, de C.A. AFONSO & M.ARRUDA, "A crise econômica do Brasil: quadro atual, consequências e alternativas"; M.BANDEIRA, O Governo João Goulart. As lutas Sociais no Brasil: 1961-1964; L.C.BRESSER PEREIRA, Desenvolvimento e Crise no Brasil; O Colapso de uma Aliança de Classes; R.A. DREIFUSS, 1964: A Conquista do Estado; M.GOMES et al. O Imperialismo no Brasil; O.IANNI, O Colapso do Populismo no Brasil; Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970); A Ditadura do Grande Capital; P.J.KRISCHKE, Brasil: do "Milagre" à "Abertura"; C.LESSA, 15 Anos de Política Econômica; J.A.MOISÉS, Lições de Liberdade e de Opressão; F.OLIVEIRA, A Economia Brasileira: Crítica à Paz Dualista; C. PRA DO JR., A Revolução Brasileira; P.SINGER, A Crise do "Milagre"; M.C. C.de SOUZA, Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964); F.C. WEAFFORT, O Populismo na Política Brasileira.

19. J.A.MOISÉS, "Problemas Atuais no Movimento Operário", p. 53-81.
20. M.BANDEIRA, op. cit. capítulos 2º e 3º; L.C.BRESSER PEREIRA, Desenvolvimento e Crise no Brasil, p. 108 s.
21. "O Governo interveio em 67% das confederações de sindicatos e em 42% das federações, procurando expurgá-las, ideológica e politicamente (...) Houve intervenção em 70% dos sindicatos com 5.000 ou mais membros; em 36% dos que possuíam de 1.000 a 5.000 membros e em apenas 19% dos sindicatos com menos de 1.000 sindicalizados. Ele simplesmente destruiu o movimento sindicalista radical." R.A.DREIFUSS, op. cit. p. 439.
22. F.B.ÁVILA assinala três pressupostos de reordenamento social da Revolução: - o desenvolvimento social resultaria do desenvolvimento e da modernização da economia. Primeiro, portanto, a modernização; - emergência da tecnocracia, com funções técnicas (indicar alternativas) e funções políticas (optar por alternativas); - estratégia de desenvol

vimento mais intensiva de capital do que de mão-de-obra e mais esta tizante do que mobilizadora da iniciativa privada. "Igreja e Estado no Brasil", p. 134.

23. "O traço principal, que as classes médias têm em comum, é não serem nem proprietárias de capital, nem trabalhadores produtivos no senti do de produtores de mais-valia. (...) No nível mais básico, os dife rentes segmentos das classes médias têm em comum somente a negação de pertencerem aos agentes do processo de produção material, daí não poderem desenvolver nenhuma perspectiva social própria a longo pra zo, ficando na necessidade de orientar-se em função das classes prin cipais da sociedade." T.EVERS, "sobre o Comportamento Político das Classes Médias no Brasil", p. 86-87.
24. Sobre a reação do operariado, ver, de J.R.RAMALHO, "Resistência ope rária: Revisando as Formas de Luta"; de L.F.RAINHO & O.M.BARGAS, As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Paulo: 1977-1979 de J.A.MOISÉS, "Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo" e "Proble mas Atuais do Movimento Operário"; de M.A.S.AGUIAR et al., Ditadura Econômica versus Democracia; de F.L.de ALMEIDA, Política Salarial, Emprego e Sindicalismo.
25. A melhor expressão do crescimento político das classes trabalhadoras consiste, atualmente, no Partido dos Trabalhadores-PT. O salto quali tativo, de reivindicações econômicas para exigências políticas, e, de exigências corporativo-sindicais para existências político-parti dárias, indica o grau de compreensão da organização e do funcionamen to da sociedade por parte dos trabalhadores.
Sobre as relações CEBs/PT, ver entrevista de Fr. BETTO à Folha de São Paulo, 23.02.80.
26. Ler, de C.GRZYBOWSKI, "A Resistência no Campo"; de J.S.MARTINS, Os Camponeses e a Política no Brasil; A Militarização da Questão Agrá ria.
27. Sobre o tema: T.BRUNEAU, O Catolicismo Brasileiro em Época de Transi ção; L.G.de SOUZA LIMA, Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil; R.ROMANO, Brasil: Igreja contra Estado.
28. R.AZZI, "Elementos para a história do Catolicismo Popular".
Ler também o estudo de O.F.LUSTOSA, Política e Igreja, concernente ao esforço da Igreja ultramontana para se impor na sociedade brasi leira.
29. Ver, de F.C.ROLIM, Religião e Classes Populares, pp 15-30.
30. "Não é propriamente correto afirmar que não houve participação popu lar na política brasileira. A participação havia mas condicionada por fatores que lhe atribuíam características particulares, tais como

- era subordinada politicamente; era intermitente, era regional, era limitada socialmente (somente algumas frações da classe operária e da pequena burguesia participavam)." L.G.de SOUZA LIMA, "Notas sobre as CEBs e a Organização Política", p. 48.

31. Sobre a JUC há o trabalho de J.L.SIGRIST, A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia; e, de L.A.GOMES DE SOUZA, "Les étudiants chrétiens et la politique au Brésil" (recentemente traduzido e editado pelas Vozes).

Sobre o MEB: de L.E.W.WANDERLEY, Educar para transformar; e, de L. KREUTZ, "Os Movimentos de Educação Popular no Brasil de 1961-1964".

32. Sobre o assunto, o Centro de Pastoral Vergueiro - CPV publicou uma série de Cadernos de Informações com o título "As Relações Igreja-Estado no Brasil", cobrindo os anos de 64 a 78.

33. "Esse engajamento - e esta é a nossa hipótese mais importante - não podendo ocorrer através da mediação da ACB (desarticulada), da DC (dissolvida) e da AP (que tinha abandonado a "área" social católica), nem por nenhuma outra mediação política, foi realizado pela instituição diretamente. Isto é, a falta de liberdade política que possibilitasse a livre organização de canais que assegurassem a participação política da população em defesa de seus interesses, gerou uma situação que de um lado impelia a Igreja a defender, em primeira pessoa, a sua ação social e, de outro, criava um espaço para que a população encontrasse, nesta ação da Igreja, um canal possível de participação. Por não existirem canais de participação, a Igreja não só era obrigada a agir em primeira pessoa, mas transformava-se, enquanto agia, em canal acessível ao povo brasileiro." L.G.de SOUZA LIMA, op. cit. p. 55.

"Não tardou muito entretanto o início de um processo pelo qual o regime implantado em 64 enveredasse pelo caminho de um autoritarismo crescente e tolerasse formas de repressão incompatíveis com a consciência cristã. Uma a uma foram silenciadas as instituições às quais cabia a missão da defesa dos direitos do povo: os partidos políticos a imprensa, os sindicatos. A própria magistratura se intimidava. Um pouco constrangida, a Igreja se percebe ser a única instância para a qual se voltavam as esperanças dos que sofriam opressão. A Igreja se tornava a única voz dos que não tinham voz. Não foi tanto a Igreja que foi ao encontro do povo; foi o povo que veio ao encontro da Igreja. Foi esta experiência que a preparou para a atitude inédita que assumiu. Pela primeira vez em sua história, Ela tomou distância sobre o regime, ganhou altura sobre o sistema e, vendo-o sob a luz do Evangelho, pronunciou sobre ele uma palavra profética." Relatório apresentado na XIX Assembléia da CNBB, fev. 1981.

34. Sobre os movimentos precursores das CEBs, ver, de F.L.C.TEIXEIRA, "Comunidade Eclesial de Base: elementos explicativos de sua gênese", e, de L.BOFF, "Eclesiogênese".

35. R.CARDOSO, em Duas Faces de Uma Experiência, chama a atenção para a universalidade do ressurgimento do movimento popular, insistindo na relação de oposição que isto tem com a forma do Estado moderno, so bretudo no que diz respeito à racionalidade do planejamento. Não se deve atribuir, simplesmente, o surgimento do movimento popular à re pressão, no caso brasileiro, mas analisá-lo no contexto mundial de reorganização do Estado capitalista. Neste sentido, ela indica ainda o caráter universalista da Igreja que lhe permite auscultar o que se passa no mundo todo e agir em consequência em cada situação nacio nal. Ver op. cit. p. 56.

36. Como expressão desta prática popular, temos os seguintes documentos oficiais, seja da CNBB, seja de Assembléias Regionais: 1) Eu ouvi os clamores do meu povo; 2) Marginalização de um povo (1973); 3) Não o primas teu irmão (1975); 4) Comunicado Pastoral ao Povo de Deus (1976); 5) Exigências Cristãs de uma Ordem Política (1977); Igreja e Problemas da Terra (1980); 7) Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Pol ítica (1981).

37. D.Luís Fernandes, atualmente bispo de Campina Grande PB, trabalhou em Vitória ES, ao lado de D.João Batista Motta e Albuquerque, e acom panhou todo o trabalho aí desenvolvido. Escreveu "Gênese, Dinâmica e Perspectivas das CEBs no Brasil". Sobre o mesmo assunto, ver, de Fr.BETTO, O que é Comunidade Eclesial de Base.

38. Não tenho dados sobre a motivação que leva as pessoas a se integra rem em CEBs. Não descarto a explicação da preservação da prática re ligiosa rural e do modo de relações sociais próprio do campo, em gru pos que vivem nas periferias das cidades.

39. "... a opção radical pelos marginalizados e explorados, que caracte-
rizou o engajamento de Jesus de Nazaré, não supõe ódio aos ricos e
poderosos (...) Amar os que mantêm a dominação sem libertá-los desse
egoísmo e dessa ofensa ao povo de Deus é um falso amor, que nem faz
justiça ao dominado, nem cura a cegueira do dominador." Fr.BETTO, op
cit. p. 12.

40. Há muitos testemunhos. Ver, por exemplo, SEDOC 11.405, 14.211,
16.342, 10.511.

41. Ver, de P.FREIRE et al., Multinacionais e Trabalhadores no Brasil, o
bra destinada a explicar aos trabalhadores o processo de expropria
ção da economia brasileira.

42. Analisando uma tabela de 'performance' do salário mínimo no Rio e
em São Paulo, entre 1944 e 1968, Francisco de OLIVEIRA escreve: "25
anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a
remuneração real dos trabalhadores urbanos ... sendo que no E Estado
mais industrializado o nível do salário mínimo real em 1968 era ain

da mais baixo que em 1944! (...) Difícil é não tirar-se a conclusão de que a característica geral do período é a de aumento da taxa de exploração do trabalho." op. cit. p. 51.

43. Sobre os pobres, diz Jacques Dupont: "A razão de seu privilégio não deve ser buscada em suas disposições espirituais, senão na maneira como Deus concebe o exercício de sua realeza. Bem-aventurados os pobres, não porque são melhores que os demais, melhor preparados para receber o Reino que vem, senão porque Deus quer fazer de seu Reino uma deslumbrante manifestação de sua justiça e de seu amor em favor dos pobres, dos que sofrem e estão na aflição. O privilégio dos pobres tem seu fundamento teológico em Deus. Erramos ao querer fundá-lo nas disposições morais destes pobres, obrigando-os a espiritualizar sua pobreza. A pobreza daqueles a quem Jesus anuncia a boa-nova do Reino de Deus é enfocada como uma condição humana desfavorável, que faz dos pobres vítimas da fome e da opressão. É um mal: precisamente por isto os sofrimentos e as privações dos pobres aparecem como um desafio à justiça real de Deus. Deus decidiu pôr termo a tudo isso." Apud L. BOFF, Teologia do Cativo e da Libertação, p. 231.
44. F.L.de ALMEIDA, em Política Salarial, Emprego e Sindicalismo, 1964-1981, p. 29, mostra uma tabela mais pormenorizada:

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
1970 e 1976

	1970		1976	
	Participação Simples	Participação Acumulada	Participação Simples	Participação Acumulada
10% mais pobres	1,2%	1,2%	1,0%	1,0%
10% seguintes	2,2%	3,4%	2,2%	3,2%
10% seguintes	2,9%	6,3%	2,7%	5,9%
10% seguintes	3,7%	10,0%	3,2%	9,1%
10% seguintes	4,9%	14,9%	4,4%	13,5%
10% seguintes	6,0%	20,9%	5,1%	18,6%
10% seguintes	7,3%	28,2%	6,7%	25,3%
10% seguintes	9,9%	38,1%	9,8%	35,1%
10% seguintes	15,2%	53,3%	14,5%	49,6%
10% mais ricos	46,7%	100,0%	50,4%	100,0%
5% mais ricos	34,1%		37,9%	
1% mais ricos	14,7%		17,4%	

Fonte: IBGE. Indicadores Sociais, Tabelas Seleccionadas. 1979, p. 63-4.

45. Os documentos oficiais afirmam, claramente, a eclesialidade das CEBs. Citando a João Paulo II, o documento da CNBB sobre as Comunidades Eclesiais de Base (nov. 1982) repete: "Ser eclesiais é sua marca original e seu modo de existir e operar. E a base a que se referem é de caráter nitidamente eclesial e não meramente sociológico ou outro." Documento, ad 25. E, depois de uma advertência pastoral sobre a pre

servação da eclesialidade, os bispos continuam, citando ainda a João Paulo II: "Essa eclesialidade se concretiza em uma sincera e leal vinculação da comunidade aos seus legítimos pastores, em uma fiel adesão aos objetivos da Igreja, em uma total abertura às outras comunidades e à grande comunidade da Igreja universal, abertura que evitará toda tentação de sectarismo." Ib, ad 28. A preocupação eclesiológica se mistura com a preocupação eclesiástica. As CEBs, pelo que são, tocaram num ponto nevralgico da instituição Igreja: as relações sociais internas. Insiste-se, a toda hora, na fidelidade à hierarquia. Num texto sobre os ministérios, aprovado pela XV Assembléia da CNBB, lemos: "O ministério do bispo e dos presbíteros é para as CEBs e, nelas, garantia de plena eclesialidade, sinal de reconciliação e comunhão, como princípio unificador dos grupos, evitando o seu fechamento em si mesmas e sua transformação em guetos". Em SEDOC 9.1040. Aliás, esta preocupação eclesiástica está subentendida na explicação que os bispos dão da fundação das CEBs: "Foi, sobretudo, junto às populações dispersas pelo interior que as CEBs se firmaram. A ausência de um vigário residente levou mais rapidamente os leigos a assumir ministérios... Também nas periferias pobres das grandes cidades as CEBs passaram a florescer com intensidade. Aí, a tendência centralizadora da estrutura paroquial tradicional é menos sentida...". Ib. ad 43. João Paulo II, numa entrevista sobre a Igreja do Brasil, diz que, nas CEBs, "os leigos sentem-se responsáveis, do modo mais fundamental possível, pela Igreja, o que significa tudo fazerem para criar uma comunidade onde não há sacerdotes, à volta do qual ela poderia reunir-se". Ver Entrevista, em SEDOC 13.153. E, mais adiante, confirmando este ponto de vista, acrescenta: "os Bispos dizem que tais comunidades são por si a fonte principal de esperança para as futuras vocações sacerdotais e religiosas". Nota-se a insistência do argumento clerical.

46. "A teologia é uma expressão da consciência que uma comunidade cristã adquire de sua fé em um momento dado da história. Esse momento, situado e datado, é um lugar teológico de importância primordial. A teologia, com efeito, é uma tentativa de leitura da fé a partir de uma situação determinada. A partir de uma inserção na história e de uma maneira de viver nosso encontro com o Senhor no encontro com os outros. A partir do universo cultural correspondente a esse compromisso com a história e a essa experiência religiosa. (...) A teologia da libertação é uma tentativa de compreender a fé a partir da praxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo, das classes exploradas, das raças de prezadas, das culturas marginalizadas. Ela nasce da inquietante esperança de libertação, das lutas, dos fracassos e das conquistas dos próprios oprimidos, de um modo de se reconhecer filho ou filha do Pai, diante de uma profunda e exigente fraternidade." G.GUTIÉRREZ, op. cit. p. 58.

Neste sentido, recrimina à Teologia do Desenvolvimento e à Teologia da Revolução a falta de inserção no real, contentando-se a aplicar uma certa reflexão teológica a certos aspectos do mundo político. A Teologia da Libertação, ao contrário, quer se fazer a partir da rea

lidade vivida, "no contexto do processo de libertação". Id. ib. p.68
 "A Teologia da Libertação mais não é senão o momento teológico da ex
periência feita pela fé cristã ao reassumir conscientemente, desde o
 Evangelho, a transformação do mundo em situação de dependência." J.
 C.Scannone, apud L.BOFF, Teologia do Cativo e da Libertação, p.36
 L.Boff ensina que a libertação é um processo integral mas também que
 "faz hoje sua emergência principal no campo sócio-político, porque é
 aqui onde sentimos mais a alienação, o pecado, a opressão e a falta
 de liberdade." Ib. p. 183.

H.ASSMANN escreve: "A repetida acusação de 'filiação marxista', fei
ta à Teologia da Libertação, não é mais que uma tática para desenfo
car a discussão do ponto de vista fundamental e levá-la, de maneira
 diversionista, a um sem-número de questões que são, de fato, secundá
rias. Trata-se de uma maneira de fugir ao tema teológico central que
 é: como viver hoje a fé cristã, num mundo de maiorias oprimidas."
 "A Teologia da Libertação se opõe aos ídolos da opressão", p. 62.

47. Neste assunto, destaca-se o trabalho de Fr. C.MESTERS o.carm., com vasta literatura. Dele também é a fundação do Centro de Estudos Bíblicos - CEBI, de caráter popular, hoje funcionando em Belo Horizonte (R. Montes Claros, 214, Carmo-Sion, tel. 223.75.28). Entre seus trabalhos cito "Flor sem defesa" e "A Brisa leve, uma nova leitura da Bíblia".
48. Sobre o assunto, ver Documento "Liturgia e Comunidades Cristãs de Base", tirado num Encontro de Reflexão promovido pelo Departamento de Liturgia da Conferência Episcopal Latino-Americana-CELAM, em Medellín, jul-ago 1972.
49. A prática da libertação comporta muitos aspectos, um dos quais é a celebração. Acho muito importante observar que o cotidiano da luta de libertação implica a celebração misteriosa do próprio processo. Ela transporta os celebrantes para o momento escatológico, nele inse
rindo o momento presente, com todas as suas vicissitudes, dando-lhe seu sentido mais profundo. Assim, a celebração subentende e expressa mesmo uma visão de mundo. É nestes termos que a liturgia, posta nas mãos dos setores conservadores, se transforma em obstáculo para as expressões culturais de resistência, urgindo a submissão a normas e disciplina "alienantes".
50. "A CEB é uma maneira nova de realizar a mesma comunidade eclesial que é o Corpo de Cristo. Por isso mesmo, o ministério pastoral ou hi
erárquico faz parte da CEB. O bispo ou o padre não são de fora, não são meros assessores ou acompanhantes. Sua presença, mesmo não contí
nua, tem um sentido especial e único, já que, como em qualquer comu
nidade eclesial, eles tornam presente o Cristo cabeça...". Documento da CNBB, ad 79.
51. C.MESTERS dá testemunho: "Pelo que eu pude julgar, quase todas as ex
periências relatadas existem em dioceses, onde os bispos ou os pa

dres e religiosas apóiam a criação de tais comunidades. (...) Transparece aqui a importância quase estratégica da instituição eclesiástica: quando ela apóia, a coisa vai; quando ela é contrária, a coisa não vai e quase não tem futuro". "O Futuro do nosso Passado", 7.1137

52. O treinamento de líderes suscita muitas questões. Os líderes devem ser formados, dizem, em função do desenvolvimento das comunidades. Mas se há um direcionamento para este desenvolvimento, visa-se, por certo, a organização do poder. A pergunta se põe: - no interesse de quem? Por outro lado, o treinamento das lideranças lembra, de perto, a especialização na indústria. Na indústria, porém, explica-se mais facilmente a escolha deste instrumento: visa-se a produtividade, não se tendo em conta outros critérios. Na comunidade, não! A comunidade se fermenta no relacionamento direto, personalizado, afetivo, de uns para com os outros, na busca de solução dos problemas realmente vividos. Enquanto não se tocarem os interesses pessoais reais, enquanto não se ativer à vida pessoal das pessoas aí reunidas, não se terá um trabalho efetivamente comunitário e, por consequência, realmente eficaz. É possível um trabalho sobre a comunidade, parecendo ir de encontro às necessidades. Tal trabalho, contudo, se perderá. Organizar o povo não pode significar um trabalho de fora para dentro, um trabalho asséptico que não atravesse os concretos interesses do povo. Organizar o povo tem que ser, basicamente, fazer o povo perceber a sua própria experiência e avançar. Isto é complicado porque não basta ouvir uma explicação teórica. A segurança, que cada um tem no seu modo de existir, não se abala por explicações, por melhor arrançadas que sejam. C.MESTERS escreve: "O poder que existe hoje, tanto na Igreja quanto no mundo, parece ser um poder fraco, pois só consegue sustentar-se na base da força e da imposição. A razão disso parece ser exatamente o fato de ele ter perdido o contato com a fraqueza das bases. Esta separação entre as estruturas do poder e da organização de um lado e a vida pessoal dos indivíduos do outro lado, é o que provoca hoje o anonimato, a massificação, as neuroses e a descrença em muitos. Provoca um sentimento de opressão que faz ficar desconfiado de tudo quanto é "sociedade anônima"; produz o líder dominador. Será que levar os líderes para um lugar central, dar-lhes um treinamento especializado e comunicar-lhes idéias novas a serem transmitidas aos outros não alimenta exatamente este vício da liderança dominadora?" Ib. 7.1159.

53. "Seria ingênuo, entretanto, admitir que ... todas as diferenças desaparecem como por encanto. O outro lado dessa solidariedade entre iguais é a existência de um controle social bastante rígido que propicia a homogeneidade de crenças e de comportamento. (...) Os participantes das CEBs dão muita importância tanto à intensa amizade que une o grupo, quanto à moralidade que o sustenta. Existe uma ética subjacente a todas as discussões e que se reafirma na prática pela vigência de uns sobre os outros." R.CARDOSO, "Duas Faces de Uma Experiência", p. 57.

Ler ainda, de J.B.LIBÂNIO, "Uma Comunidade que se redefine", SEDOC 9.295-326.

54. Não se pode, no processo de conscientização, idealizar as relações sociais e trabalhar como se, assim, elas fossem reais. É preciso perceber as relações sociais no seu acontecer. A teoria serve de linha mestra de interpretação e de aproximação dos fatos, mas a necessidade de se nomearem os fatos permanece como pré-requisito indispensável. A conscientização implica, com efeito, a percepção das relações sociais concretas e o compromisso de transformação, um e outro na linha dos interesses de grupo. Sobre o tema, ver, de J.BARREIRO, Educação Popular e Conscientização, especialmente capítulos 2º e 3º.
55. "Devemos levar as pessoas de nossas comunidades a ter um conhecimento mais profundo das causas desta realidade que estamos vivendo através da ação e reflexão, para que haja por parte de todos uma maior conscientização." Depoimento num grupo de reflexão. SEDOC 11.441
56. Sobre CEBs e Política, ver, de C.BOFF, "A influência política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); Comunidade Eclesial, Comunidade Política; de L.A.GOMES de SOUZA, "A política partidária nas CEBs" e, de Fr. BETTO, Prática Pastoral e Prática Política. Ainda de C. BOFF, "A Igreja, o Poder e o Povo" e "Comunidade Cristã e Política Partidária".
57. Sobre o tema, ler, de Fr. BETTO, "A Educação nas Classes Populares".
58. Na prática da educação popular, o real tem que ser respeitado. É muito difícil não desrespeitá-lo, porque a vontade de converter é enorme e o ardor faz esquecer o vagar da experiência. É preciso falar a linguagem do povo, não necessariamente seu vocabulário, mas em termos de seus interesses e em termos de sua compreensão de mundo. Não fazê-lo é manipular, ainda que contra a intenção, e acreditar que os argumentos, que se lhe passam, agem por força própria: continua a magia, continua o populismo; frustra-se o popular da educação. Fica a pergunta: - a quem esta educação termina por beneficiar? Neste sentido, rever nota 52.
59. "Foram dados uns minutos para fazer um cochicho sobre o que é que ajuda a transformar/trocar. Foram apontados os seguintes critérios:
- conscientizar as pessoas e torná-las responsáveis da luta a ser levada em frente, sem esperar que de cima venha a solução;
 - quando o povo não pede esmola mas exige seus direitos;
 - quando procura descobrir a raiz do problema. É preciso derrubar a árvore ruim e adubar a pequena árvore da luta e união do povo que está nascendo;
 - a base quando se organiza na união para mexer com os grandes e chega a atingir o sistema;
 - quando os pequenos acreditam na força da união entre eles e participam." Relatório da Comunidade do Pará, set. 1980.
- "O que faz esses grupos serem libertadores? - Opção pelos pobres. Grupo voltado para problemas externos à Igreja. Fé e continuidade dos

trabalhos evangélicos. Conscientização política, dos direitos. Luta pelas reivindicações populares. Alerta a exploração. Compromisso de libertação. Desenvolver a capacidade de ajuda mútua que leve à libertação do medo. Deve partir da periferia (dos oprimidos). Que haja participação de todos. Passos conscientes e revistos. Ação a partir das necessidades. Luta contra a estrutura que escraviza." Comunidades do Estado do Rio de Janeiro, out. 1980.

60. Sobre o tema participação, ver, de J.P.RAMALHO, "CEBs: nova forma participatória do povo".
61. Concordo com A.GREGORY ao observar: "Quando na documentação existe se fala sobre participação, muitas vezes não está claro se trata-se de uma participação real ou somente ideal. Como também muitas vezes não está claro o grau e a extensão dessa participação." "CEBS : seus desafios e chances de resposta, p. 12.
62. Ver sugestivo texto de B.J. de APAÚJO, "Mudanças na Estrutura Social". Remeto o leitor, outra vez, aos trabalhos de J.A.MOISÉS, citados nas notas 18 e 24. Ver também, de J.A.G. de ALBUQUERQUE, Classes Médias e Política no Brasil; de J.F.G da SILVA (coord), Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.
64. A burocratização da Igreja, via clero, tem que ser analisada também do ponto de vista da libertação, sua missão específica. O clero, como ordem, tende à estabilização, ao equilíbrio, à conciliação, à conservação, enfim à des-ordem.
64. "Neste trabalho que temos acompanhado pode-se perceber uma forte liderança do padre no processo mesmo de participação popular nas atividades da paróquia. O que isto quer dizer? Que mesmo havendo lideranças populares atuantes dentro da Igreja, estas acabam reconhecendo que aquele espaço não é de seu domínio, embora possam dele se utilizar, para se organizar, atuar, aprender. O domínio é do agente religioso. Por mais que esteja aberto e oferecido o espaço para a participação popular, existe uma natural deferência ao significado do poder do agente religioso. Esta afirmativa talvez esbarre em depoimentos destes próprios agentes que vão "provar" que a "Igreja é do povo". A observação cuidadosa de nosso trabalho de assessoria mostra algo diferente. Por mais abertura que haja no modo de participar da Igreja Católica junto aos movimentos populares, não se pode pensar a Igreja sem esta interferência e do mesmo modo não se pode pensar o movimento popular na Baixada hoje, independente dessa importante atuação. Dentro da Igreja quem manda é o padre." J.R.RAMALHO, "Uma prática de assessoria à pastoral popular", p. 273.
65. Há toda uma discussão teológica a respeito das relações Igreja/salvação. A Igreja é sacramento da salvação, o que não significa deter e la o monopólio de sua distribuição, como se entendia pelo axioma "Fo

ra da Igreja não há salvação". Para além dela, também se opera a salvação por Jesus Cristo. Ver, entre outros, C. BOFF, Comunidade Eclesial, Comunidade Política, p. 22 s.

66. A linguagem religiosa tem por conteúdo a realidade, ainda que seu caráter simbólico pareça, à primeira vista, não captá-la. Ela é capaz de expressar todas as atitudes do homem, também a revolucionária. Há necessidade de se aquilatar o grau de influência da linguagem religiosa junto ao povo, em termos de potencialidade de transformação. P. SANCHIS observa: "esta visão, por mais articulada racionalmente que se apresente, encontra o seu fundamento e a sua constante reafirmação num registro muito especial: o da utopia, cuja eficácia na história está sendo hoje redescoberta, o do mito, nível fundamental de toda vida social; e se expressa preferencialmente sob o modo do simbolismo: simbolismo verbal (categorias descritivas e não analíticas, como "povo", "pobres", "comunidade", grandes imagens socialmente motoras como a da "libertação do Egito" e a "Terra Prometida", o "Reino de Deus", a "comunidade dos bens dos primeiros cristãos") e simbolismo ritual de sacrifício e de comunhão. Analisar o papel da Igreja sem levar em conta a eficácia própria deste registro e deste modo, significativos do Sagrado, para fazer dela uma força política, entre outras, seria nos condenar a uma compreensão truncada do campo social. Pois é deles (registro e modo) que a intervenção da Igreja tira, de fato, a sua legitimidade junto a grandes faixas da população e também a sua própria convicção de competência...". "Intervenção na última sessão do Seminário "Igreja e Questão Agrária", p. 3.
67. Sobre o uso ideológico da religião, ver, de O. MADURO, Religião e Luta de Classes e, de J. I. FOLLMANN, Igreja, Ideologia e Classes Sociais.
68. Ideologia e Utopia, p. 229.
"A primeira função da utopia: manifestar aos outros que o real não se esgota no imediato. (...) O real é muito mais do que está totalmente presente. (...) Ao introduzir os possíveis, o pensamento utópico impede que nos contentemos apenas com a simples constatação científica do que existe, do que está." P. FURTER, Dialética da Esperança p. 145.
69. Sobre utopia e religião, ver, de H. DESROCHE, Sociologie de l'espérance; Les dieux rêvés, e, Le nouveau christianisme. Faça uso, sobretudo, do primeiro texto.
70. Sobre o Catolicismo Popular: de P. A. R. de OLIVEIRA, "Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro"; "O Catolicismo Tradicional do Povo"; "Religiosidade Popular na América Latina"; de G. P. SÜSS, Catolicismo Popular no Brasil; L. BOFF, "Catolicismo Popular: que é catolicismo"; A. ANTONIAZZI, "Várias interpretações do Catolicismo Popular no Brasil"; R. AZZI, "Elementos para a história do Catolicismo Popular"; F. C. ROLIM, "Condicionamentos sociais do Catolicismo Po

pular; E.VALLE, "Psicologia Social e Catolicismo Popular"; E. HOORNAERT, "O Catolicismo Popular numa perspectiva de libertação: pressupostos". Ver ainda, sobre Religiosidade Popular, de R.PRADO, "Funcionários Religiosos na Zona Rural da Baixada Maranhense"; de P.GOLLARTE, "A Iniciação Eucarística", tópico: A religiosidade popular; de J.O.BEOZZO, "Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira da Estrada" e "Religiosidade Popular"; e, de M.GROETELAARS, "Fanatismo Religioso no NORdeste do Brasil e Religiosidade Popular: um questionamento". C.R.BRANDÃO, Entrevista ao Folhetim da Folha de São Paulo, 23.12.79. "A religiosidade popular": relatório do Encontro de Olinda, dez. 74. "Religiosidade popular e liturgia": relatório do Encontro de Pastoral Litúrgica, Rio de Janeiro, fev. 1981.

71. "Religiosidade Popular na América Latina", p. 358
72. "O Catolicismo Popular, pelo fato de ser popular, está sempre relacionado com o Catolicismo oficial romano. (...) Este o alimenta permanentemente, confere-lhe ou não legitimidade. Os próprios católicos do Catolicismo Popular se confessam dentro da Igreja oficial dos clérigos. Por isso não se pode entender o Catolicismo Popular sem a manutenção da relação dialética com o Catolicismo oficial. Este controla a palavra, as doutrinas, as leis, mas deixa as práticas ao povo, bastante livres." L.BOFF, op. cit. p.
73. Embora expressão de resistência popular/cultural, a religião popular dificilmente chega à contestação. Exemplos de contestação, encontramo-los em movimentos messiânicos.
74. O mesmo padrão de relações sociais se pode observar na organização da família.
75. Segundo F.C.ROLIM, não é a carência de formação religiosa mas é a dominação de classe que explica muitos dos valores do catolicismo popular. Ver "Condicionamentos sociais do Catolicismo Popular", p. 142-170.
76. "Quando se fala em religião e em povo, ou a gente está falando na instituição Igreja ... ou a gente está falando da religião como uma coisa exótica tipo umbanda, candomblé, o que é uma visão muito falsa. (...) Essa visão de que o povo não vive uma religião e sim fragmentos de religiosidade, quer dizer, o povo não é capaz de produzir e e de conduzir sistemas religiosos próprios. Essa é uma visão jornalisticamente e cientificamente difundida. Há toda uma afirmação de que a religião católica é a religião da Igreja e ela se opõe à religiosidade popular, que é crendice, é superstição, devocionismo. A minha perspectiva é de que assim como há uma oposição de classes na sociedade capitalista tal como a nossa, há também uma oposição de religiões, há um modo popular de produzir e viver religião." C.R.BRANDÃO, op. cit. SEDOC 12.1113

77. Segundo levantamento, que mandei fazer, consta dos relatórios pesquisados o seguinte uso das seguintes expressões: classe social, 35 vezes; sociedade de classes, 1; divisão de classes, 8; consciência de classe, 9; opção de classe, 3; capitalismo, 24; sistema capitalista, 17; expressões afins, 19.

78. "No passado, o pessoal das CEBs estava muito marcado pelo discurso dos agentes - discurso muito ideologizado, inflado. Agora, a palavra do povo tem mais densidade concreta e popular. O povo se tornou menos idealista e mais modesto em seus sonhos. Em resumo, as CEBs são agora mais realistas e sábias. Elas são mais elas mesmas."

C. BOFF, "Crônica Teológica do V Encontro das CEBs", 16.297

79. Para ilustrar este descompasso: à questão "- na opinião de vocês, onde queremos chegar com estes trabalhos?", as bases responderam, não em termos de teoria, de uma sociedade sem classes, sem propriedade privada dos meios de produção, mas em termos de bem-estar, de felicidade:

- onde encontraremos a paz e a solução para nossos problemas;
- onde os pobres não sejam mais pisados pelos poderosos deste mundo;
- a uma sociedade onde todas as pessoas sejam respeitadas e tenham seus direitos garantidos;
- a uma situação em que o progresso e a consciência cristã possam caminhar juntos;
- a um mundo de justiça e paz, todos conscientes de seus direitos e deveres;
- nossa meta é a união, com ela se vencem todas as dificuldades. Essa é a nossa esperança. É o que desejamos alcançar e não podemos ser imediatistas. Estamos num processo. Uns plantam e colhem, outros apenas plantam;
- no Reino de Deus já começado aqui na terra;
- num Homem Novo;
- queremos chegar a uma sociedade de liberdade, onde os pobres possam viver como gente, participando dos direitos que todos nós temos;
- a uma sociedade nova, humana, justa e fraterna, onde todos tenham o mesmo direito de cristãos, filhos de Deus."

Relatório do V Encontro, Canindé, 1983. SEDOC 16.334/5.

80. "Talvez as CEBs nos dêem uma visão de "proletariado" distinta do marxismo clássico. Trata-se mais de "Povo" do que de "classes trabalhadoras". C. BOFF, "Crônica ...", 16.291.

81. Uma das manifestações das CEBs em direção à opção de classe poderia ser o apoio dado ao Partido dos Trabalhadores-PT por ocasião de seu surgimento e imediatas eleições em 1982. Convém, contudo, analisar a qualidade deste apoio. Um indicador para essa análise seria a possível conversão do PT num instrumento da utopia, ao invés da assunção

pura e simples de um partido político de classe. O PT assume, assim, para as CEBs, o papel quase escatológico, de pôr ordem no mundo, sem que isto signifique necessariamente uma visão classista de sociedade. Ao contrário, o PT das CEBs surgiria como um messias que veio renovar e restabelecer o Reino, fazendo justiça aos pobres e oprimidos, e não como um instrumento político das classes trabalhadoras. Houve uma supressão da essência partidária, em favor da essência religiosa de mundo.

A este respeito, ler, de P.C.L.BOTAS, "Sou do PT porque é o partido que está no plano de Deus".

82. Desde o I Encontro se afirma que as CEBs são um enclave de fermentação popular: "Nas CEBs, o povo rejeita a massificação. Quer ser sujeito da história...". Relatório dos Trabalhos, SEDOC 7.1204
83. João Paulo II, numa homilia sobre a opção preferencial pelos pobres, assim se expressou: "... essa importante e urgente tarefa deve realizar-se numa linha de fidelidade ao Evangelho, que proíbe o recurso a métodos de ódio e violência; deve realizar-se mantendo uma opção preferencial pelo pobre que não seja ... exclusiva nem excludente, mas que se abra a quantos querm deixar o seu pecado e converter-se no seu coração; deve realizar-se sem que essa opção signifique ver o pobre como classe, como classe em luta, ou como Igreja separada da comunhão e obediência aos pastores designados por Cristo". São Domingos, 11.10.1984.
84. Ver, de W.MANN, em Encyclopédie de la Foi, verbete justice. Vol 2, p.400.
85. Ver p. 74 deste trabalho.
86. G.GUTIÉRREZ, op. cit. p. 161. No texto o A. se refere ao povo argentino.
87. P. 13.
88. Toda análise social deve ser feita não a partir do discurso da justiça mas a partir da prática da injustiça, porque é essa prática que revela a estrutura das relações sociais vigente, i.e. a estrutura que dá suporte a essa injustiça. Partindo do discurso da justiça, tenho que chegar a um modelo (universal) de sociedade e não a uma análise de uma sociedade concreta.
89. A literatura marxista trata, à sociedade, das relações vanguarda/massa. Fr.BETTO indica os riscos do vanguardismo: golpismo, cientificismo, elitismo e centralismo, em "Educação nas Classes Populares", SE DOC 11.791-793.
90. A esse respeito escreve L.A.GOMES DE SOUZA: "Outros analistas, vendo o esforço dos últimos anos pelo que Puebla denominou a "opção peferencial pelos pobres", crêem descobrir ali uma hábil manobra de uma

experimentada instituição para recuperar o espaço perdido, o prestígio e a influência". Classes Populares e Igreja nos caminhos da História, p. 147.

A Igreja, em sua totalidade, é um lugar onde se debatem todas as classes sociais, em tudo aquilo que lhe é próprio. Trata-se, pois, de explicar como se correlaciona, nela, as forças sociais em jogo, não nos esquecendo de que estas forças jogam num campo historicamente configurado. Trata-se, como já o assinalai, de verificar a hegemonia em processo.

91. Ver "A posição do leigo nas comunidades eclesiais de base", SEDOC 9.289

FONTES

1. Relatórios relativos ao I Encontro Intereclesial

Vitória ES, janeiro de 1975

SEDOC vol 7

1.1. Comunidades das paróquias de S.Domingos e Novo Brasil	1061-1078
1.2. Paróquia de Nª Sª Auxiliadora de Itarana	1077-1084
1.3. Caminhada em Comunidades Eclesiais-Rurais de Base de Linhares	1083-1092
1.4. Comunidades Rurais da Diocese de São Mateus	1091-1094
1.5. A experiência da Paróquia do Alto do Pascoal (Recife)	1095-1098
1.6. Relatório da Diocese de Goiás	1097-1106
1.7. História da caminhada da pequena Igreja local de Marroás	1007-1112
1.8. Experiência pastoral Bairro do Rangel	1111-1120
1.9. Experiência de Comunidade no meio rural	1119-1126
1.10 Trabalho missionário na Comunidade da Ressurreição em Vitória	1125-1130
1.11 Comunidades de base em Volta Redonda	1129-1132
1.12 Relatório dos Trabalhos	1203-1216

2. Relatórios relativos ao II Encontro Intereclesial

Vitória ES, julho de 1976

SEDOC vol 9

2.1. Comunidade de Tacaimbó	259-264
2.2. Relatório do Encontro e Conclusões Finais	438-448
2.3. Relatório da Igreja de Itabira	453-463
2.4. Pastoral Libertadora. Diocese de São Mateus	463-470
2.5. Movimento do culto dominical e CEBs	470-478
2.6. Relatório sobre a prática pedagógica de uma comunidade	478-482
2.7. Comunidade de base na Igreja do Acre e Purus	483-494
2.8. Mensagem da Igreja de Goiás	494-524
2.9. Barreirinhas	524-535
2.10 Autoconsciência das CEBs rurais de Linhares	535-545

2.11. Relatório da Comunidade. Poranga CE	545-547
2.12. Pedagogia libertadora na vida das Comunidades de Base	547-549
2.13. Relatório da Comunidade paroquial de Itacibá	549-558
2.14. Relatório de uma paróquia do Maranhão	558-564
2.15. Comunidades de Ribeirão Bonito e Cascalheira	564-568
2.16. Comunidade de Barra do Vento	568-573
2.17. Experiências de Comunidades Eclesiais de Base	573-576
3. Relatórios relativos ao III Encontro Intereclesial	
João Pessoa PB, julho de 1978	
SEDOC Vol 11	
3.01. Comunidade da Fazenda Retirada	262-272
3.02. Comunidade de Alhandra	272-275
3.03. Comunidade de Tanque do Chão	276-278
3.04. Movimento "Encontro de irmãos"	278-279
3.05. Comunidade de Porto da Folha	279-282
3.06. Comunidades do Ceará	282-287
3.07. Comunidades do Pará	287-292
3.08. Comunidade de Liberdade	292-299
3.09. Comunidade de Nova Canindé	299-300
3.10. Comunidades cristãs da prelazia de Lábrea	300-304
3.11. Comunidade de Santa Terezinha	304-309
3.12. Comunidade de Alto Paraguai	309-317
3.13. Comunidades de Goiás	317-323
3.14. Relatório das comunidades do Estado de São Paulo	323-335
3.15. Comunidade Nª Sª das Graças	335-344
3.16. Comunidade de Santa Margarida	344-355
3.17. Pastoral operária: Comunidade de Santa Margarida	355-363
3.18. Comunidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ...	363-372
3.19. Comunidade de Miguel Gustavo	372-377
3.20. Comunidade de Mangueira	377-378
3.21. Encontro regional de Vitória	378-394
3.22. Comunidade de Cobraice	394-401
3.23. Comunidade de Vila Rubim	402-410

3.24. Relatório do Encontro	410-448
4. Relatórios relativos ao IV Encontro Intereclesial	
Itaici SP, abril de 1981	
SEDOC vol 14	
4.01. Relatório Geral	136-138
4.02. Carta-conclusão do encontro	138-140
4.03. Comunidades do Pará	165-169
4.04. Comunidades do Ceará	170-179
4.05. Comunidades da Paraíba	179-183
4.06. Comunidades da Bahia	183-189
4.07. Comunidades do Espírito Santo	189-196
4.08. Comunidades de Minas Gerais	197-209
4.09. Comunidades do Estado do Rio de Janeiro	209-215
4.10. Comunidades do Estado de São Paulo	215-222
4.11. Comunidades do Paraná	222-227
4.12. Comunidades de Santa Catarina	228-237
4.13. Comunidades do Rio Grande do Sul	237-240
4.14. Respostas das Comunidades ao questionário preparatório ao IV Encontro:	
Comunidade de Ipitinga	241-243
Comunidades do Ceará	244-247
Comunidades da Paraíba	247-248
Comunidade de Ilha das Flores SE	248-249
Comunidade de Santa Rosa	249-250
Comunidade de Santa Amaro SP	251-252
4.15. Síntese da apresentação do Plenário sobre política ...	252-256
5. Relatórios relativos ao V Encontro Intereclesial	
Canindé, julho de 1983	
SEDOC vol 16	
5.01. CEBs, Povo Unido, Semente de uma Nova Sociedade	265-287
5.02. Carta de Canindé	319-323
5.03. Comunidades do Pará	323-324
5.04. Comunidades do Ceará	324-335
5.05. Comunidades do Piauí	335-338
5.06. Comunidades do Regional NE III: Bahia e Sergipe	338-343

5.07. Comunidades de Goiânia	343-349
5.08. Comunidades do Espírito Santo	350-360
5.09. Comunidades do Rio de Janeiro	360-367
5.10. Comunidades de São Paulo	367-383
5.11. Anexo ao Relatório de São Paulo - Regional Sul 1	603-606
5.12. Comunidades de Mato Grosso do Sul	607-616
5.13. Comunidades de Santa Catarina	617-635
5.14. Comunidades do Rio Grande do Sul	635-640

AVULSOS

1. Documentação relativa ao 1º Encontro Mineiro de CEBs, em João Monlevade, out-nov de 1981
2. Documentação relativa ao 1º Encontro de CEBs do Leste II Leopoldina, nov de 1983
3. II Encontro Mineiro de CEBs
Belo Horizonte, setembro de 1982
4. II Encontro das CEBs do Regional Sul (MG)
Varginha, julho de 1984
5. Carta de D.Benedito de Ulhoa Vieira, sobre CEBs.
6. Lista de Solidariedade, das CEBs da Região Industrial
7. Relatório das Comunidades de Lomba do Pinheiro - Porto Alegre
8. Paróquia dos Santos Apóstolos - Caxias do Sul
9. Relatório da Comunidade Cristã de Vila Castelo Branco - Campinas
10. Relatório da Comunidade de S.José, de Gov. Lindemberg - Colatina
11. Comunidade de Taboleiro - Igreja Nova AL
12. Comunidade do Bairro Vermelho - Penedo AL
13. Comunidade de Santa Cruz - Penedo AL
14. Relatório (manuscrito) de Jardim, nov. 1977
15. Relatório do trabalho com as coerções de Comunidades Eclesiais de Base - Acre
16. Reunião das Comunidades do Rio de Janeiro e de Volta Redonda dez. 1977
17. Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda. Relatório das Comunidades de Pau d'Alho, Vila Brasília, União.
18. Relatório sobre a vida e ação das Comunidades Cristãs de Base na paróquia de Guaratiba, Rio de Janeiro.

19. Aprofundamento dos Relatórios das Comunidades.
Cabral, mun. de Miguel Calmon BA
Assa Peixe e Cabral, mun. de Miguel Calmon BA
Colônia, mun. de Itaetê BA
20. Comunidade de Ribeirão do Sul SP
21. Comunidade de Cabeceira do Matão
22. Comunidade do Bairro Cabeceira dos Pintos
23. Comunidade da Cabeceira dos Bugres
24. Comunidade do Jardim Alvorada, de Andradina SP
25. Comunidade do B. Santa Cecília, de Andradina SP
26. Comunidade do B. da Rodoviária, de Andradina SP
27. Comunidade de Vila Mineira, de Andradina SP
28. Comunidade Jesus Bom Pastor da Vila Pereira Jordão, de Andradina SP
29. Comunidade da Vila Passarelli, de Andradina SP
30. Relatório das Comunidades de Alto Paraguai MT 1976
31. Encontro de CEBs do Estado de São Paulo, jan. 1978.
32. Experiências de grupos populares em Mirandópolis 1978.
33. Relatório de Lagoa do Mato, mun. de Porto da Folha SE
34. Relatório de Monte Alegre de Sergipe, set. 1977
35. Relatório do Encontro de Propriá, abril de 1978
36. Resposta ao questionário: Comunidade Cristo Rei, Vila do Caneco,
37. Uma vila de Santarém: resposta ao questionário para o IV Encontro.
38. CEBs, Esperança de um povo que luta. Preparação ao Encontro de Leopoldina MG.
39. "A Verdade vos libertará". Diocese de Leopoldina, 1982.
40. Cartilha das Comunidades Eclesiais de Base.
41. Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil - Coordenação das CEBs do Leste II, 1984
42. I Encontro das CEBs do Leste II, Leopoldina, nov. 1983.
Caderno de divulgação.
43. "O Povo de Deus na Política rumo à Terra Prometida". Caderno de preparação ao II Encontro das CEBs do Leste II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AFONSO, C.A. & ARRUDA, M. "A Crise Econômica do Brasil: Quadro Atual Conseqüências e Alternativas", in SEDOC 16.221-252, set-83.
02. ALBUQUERQUE, J.A.G. (coord), Classes Médias e Política no Brasil. Rio, Paz e Terra, 1977.
03. ALTHUSSER, L. Positions. Ed.Sociales, Paris, 1976.
04. ANTONIAZZI, A. "Várias Interpretações do Catolicismo Popular no Brasil", in Revista Eclesiástica Brasileira - REB, vol 36, fasc 141, março de 1976, p. 82-94.
05. ANTONCICH, R. Doutrina Social da Igreja: hermenêutica dos documentos sociais da Igreja. Mimeo.
06. ARAÚJO B.J. "Mudanças na Estrutura Social", in KRISCHKE, P.J. Brasil: do "Milagre" à "Abertura". SãoPaulo, Cortez, 1982, p. 23-52.
07. ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, Vida de Grupos nas Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo, Paulinas, 1981.
08. ASSMANN, H. "A Teologia da Libertação se opõe aos ídolos da opressão" in ALVES, R. et al. Fé Cristã e Ideologia. Piracicaba-Unimep S.Bernardo-Metodista, 1981, p. 47-67.
09. _____ "A Teologia da Libertação faz caminho ao andar". Ib. p. 69-84.
10. _____ "A fé dos pobres na luta contra os ídolos", in RICHARD, P. et al. A luta dos deuses. São Paulo, Paulinas, 1982. p. 267 a 308.
11. ÁVILA, F.B. "Igreja e Estado no Brasil". Ib. p. 129-142.
12. _____ "A Igreja e o Panorama Político, Social e Econômico". in SEDOC 16.106-119 jul-ago 1983.
13. AZZI, R. Evangelização e Presença junto ao povo. Aspectos da História do Brasil. mimeo. s.d.
14. _____ Presença da Igreja Católica na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, ISER, 1981.
15. ALMEIDA, M.H.T. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", em SORJ, B (org), Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 191-214
16. AZZI, R. "Elementos para a história do Catolicismo Popular", in Revista Eclesiástica Brasileira - REB, vol. 36, fasc. 141, p. 95-130.
17. _____ "Religiosidade Popular", in REB, vol. 38, fasc. 152, dezembro de 1978, p. 642-650.
18. BANDEIRA, M. O Governo João Goulart. As lutas Sociais no Brasil. 1961-1964. Rio de Janeiro, Civilização, 1978 (5ª ed)
19. BARREIRO, J. Educação Popular e Conscientização. Petrópolis, Vozes, 1980.
20. BEOZZO, J.O. "Irmandades, Santuários, Capelinhas de beira de estrada" em REB, vol. 37, fasc. 148, dez. 77 p. 741-758.
21. _____ "Religiosidade Popular", em REB, vol.42, fasc. 168, dez 82 p. 744-758

22. BETTO, fr. "A Educação nas Classes Populares", em SEDOC 11. 787-797, jan-fev 1979.
23. _____ Prática Pastoral e Prática Política. São Paulo, 1979. mimeografado.
24. _____ O Fermento na Massa. Petrópolis, Vozes, 1981.
25. _____ O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo, Brasilien se, 1981.
26. _____ Entrevista concedida à Folha de São Paulo de 23.02.80.
27. BOA NOVA, A.C. Clero e Povo. São Paulo, CERU-FFLCH/USP, 1981. 130 p
28. BOFF, C. Teologia Pé no Chão. Petrópolis, Vozes, 1984.
29. _____ Comunidade Eclesial, Comunidade Política. Petrópolis, Vozes, 1978.
30. _____ Teologia e Prática. Teologia do Político e sua mediações. Petrópolis, Vozes, 1978.
31. BOFF, L. Teologia do Cativo e da Libertação. Petrópolis, Vozes, 1980.
32. _____ "As Eclesiologias presentes nas Comunidades Eclesiais de Base", in SEDOC 7.1191-1198, maio de 1975.
33. _____ "Catolicismo Popular: que é catolicismo." IN REB, vol 36, fasc. 141, mar de 1976, p. 19-52
34. _____ "Eclesiogênese: as Comunidades Eclesiais de Base re-inventam a Igreja", in SEDOC 9.393-438 out. 1976.
35. _____ "III Encontro Intereclesial de Comunidades de Base em João Pessoa", in SEDOC 11.705-709, jan-fev.79.
36. _____ "Como pregar a cruz numa sociedade de crucificados? in REB vol. 44, fasc. 173, mar.84, p. 52-72.
37. _____ "caraterísticas da Igreja encarnada nas classes subalternas" em SEDOC 11.824-842, jan-fev. 79.
38. BOTAS, P.C.L. "Sou do PT porque é o partido que está no plano de Deus". Comunicações do ISER, ano 3, nº 8, março de 1984 p.17-28.
39. BRANDÃO, C.R. "Religiosidade Popular" - Entrevista para a Folha de São Paulo, em 23.12.79.
40. _____ "Da Educação Fundamental ao fundamental da Educação", in Cadernos do CEDES, nº 1, p. 5-34.
41. _____ "Comunidades Eclesiais de Base: a idéia e a prática". mimeografado.
42. BRUNEAU, T. O Catolicismo Brasileiro em época de Transição. São Paulo, Loyola, 1974.
43. BUENO, B. Por que os preços sobem no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982
44. BOFF, C. "E uma pedrinha soltou-se" (Carta-relatório para e sobre os agentes de pastoral das CEBs do Maranhão), in REB, vol. 42, fasc. 168, dez. 1982, p. 659-687.
45. _____ "Comunidade Cristã e Política Partidária". em REB, vol. 38 fasc. 151, set. 78, p. 387-401.
46. _____ "A influência política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em SEDOC 11.797-818, jan-fev 79.

47. _____ "A Igreja, o Poder e o Povo", em REB, vol. 40, fasc. 157, março de 1980, p. 11-47.
48. _____ "CEBs e práticas de libertação", em REB, vol. 40, fasc. 160, p. 595-625.
49. CAMARGO, C.P. Católicos, Protestantes, Espíritas. Petrópolis, Vozes, 1973, 184 p.
50. CAMBRON, G. "Comunidades Eclesiais de Base", em SEDOC 7 1197-1204, maio de 1975.
51. CARDOSO, R. "Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico", em SORJ, B Sociedade e Política no Brasil pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 215-239.
52. CARDOSO, F.H. "A Questão da Democracia", in KRISCHKE, P.J. Brasil: do "Milagre" à "Abertura". São Paulo, Cortez, 1982. p.103:119
53. CASALDÁLIGA, P. "Opção de vida entre os pobres", in REB, vol 44, fasc 173, março de 1984, p. 82-88.
54. CELAM, "Igreja e Religiosidade Popular na América Latina", em SEDOC 10. 17-45, jul-ago 1977.
55. _____ "Catequese para a América Latina", em SEDOC 9. 1217-1262, jun 1977.
56. _____ A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín. Petrópolis, Vozes, 1977.
57. _____ A Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Documento de Puebla. Petrópolis, Vozes, 1979.
58. CEBs CEB: Coragem de ser Igreja. São Paulo, Paulinas, 1983.
59. CHAUI, M. Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas São Paulo, Ed. Moderna, 1981.
60. CHENU, M.D. A Doutrina Social da Igreja. São Paulo, CPV, 1981. Cadernos de Documentação 4.
61. CNBB "Exigências cristãs de uma ordem política", in SEDOC 9 ... 1018-1025, abril de 1977.
62. _____ "Subsídios para uma política social", in SEDOC 12. 453-466 nov de 1979.
63. _____ "Panorama Geral da Situação Brasileira e a Inserção da Igreja neste Contexto", em SEDOC 13. 1111-1118, maio de 81.
64. _____ "Religiosidade Popular e Liturgia", em SEDOC 14. 79-86, jul-ago de 1981.
65. _____ "Reflexões cristãs sobre a conjuntura política", em SEDOC 14. 423-429, novembro de 1981.
66. _____ "Documento da CNBB sobre as Comunidades Eclesiais de Base" SEDOC 15. 988-1002, abril de 1983.
67. COMPARATO, F.K. "Segurança e Democracia", em KRISCHKE, P.J. op. cit. p. 151-165.
68. COMBLIN, J. A nova prática da Igreja no sistema de Segurança Nacional: exposição de seus princípios teóricos. Mimeo. 1977.
69. CMI A Transnacionalização da América Latina e a Missão das Igrejas. Rio de Janeiro, CEDI, 1983.
70. CPV As Relações Igreja-Estado no Brasil: 1964-1978. São Paulo, CPV, 1978-1983. Cadernos de Informações, 8 vol.
71. CRISTÃOS PARA O SOCIALISMO. "I Encontro Latino-Americano", em SEDOC 5. 614-632, novembro de 1972.

72. CRUZ, S.C.V. & MARTINS, C.E. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "Abertura", em SORJ.B & ALMEIDA, M.H.T., op. cit. p. 13-61.
73. VÁRIOS, Comunidades: Igreja na base. São Paulo, Paulinas, 1974.
74. VÁRIOS, Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. São Paulo, Paulinas 1984.
75. DEMO, P. Política Social nas décadas de 60 e 70. UFC/Fortaleza, 1981
76. DESROCHE, H. Sociologie de l'espérance. Calmann-Lévy, 1973
77. _____ Les dieux rêvés. Paris, Desclée, 1972.
78. _____ Le nouveau christianisme et les écrits sur la religion. Paris, Seuil, 1969.
79. DREIFUSS, R.A. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.
80. DREIFUSS, R.A. & DULCI, O.S. "As Forças Armadas e a Política", em SORJ, B e ALMEIDA M.H.T. op. cit. p. 87-117
81. DUARTE, L.M.S. Isto não se aprende na Escola. Petrópolis, Vozes, 1983.
82. EVERS, T. "Sobre o Comportamento das Classes Médias no Brasil", em KRISCHKE, P.J. op. cit. p. 83-102.
83. _____ "Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida".
84. FARIA, V. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudança na Estrutura de Emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos", em SORJ, B & ALMEIDA, M.H.T. op. cit. p. 118-163.
85. FERNANDES, F. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio, Zahar, 1973.
86. _____ A Ditadura em Questão. São Paulo, T.A. Queiroz 1982.
87. FERNANDES, L. Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base. Petrópolis/Rio, Vozes/IBASE, 1984.
88. _____ Gênese, dinâmica e perspectiva das CEBs no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.
89. FIGUEIREDO, V. Desenvolvimento Dependente Brasileiro (Industrialização, Classes Sociais e Estado). Rio, Zahar, 1978.
90. FOLLMANN, J.I. Igreja, Ideologia e Classes Sociais. São Paulo, PUC, 1984. Dissertação de Mestrado.
91. FREIRE, P. "Educação Popular", em SEDOC 16.472-492, novembro de 1983
92. _____ et al. Multinacionais e trabalhadores no Brasil. São Paulo Brasiliense, 1981 (4ª ed.)
93. FURTER, P. Dialética da Esperança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974
94. GADAMER, H.G. Vérité et Méthode. Paris, du Seuil, 1973.
95. GOLLARTE, P. "A Iniciação Eucarística...", em REB, vol. 32, fasc 128 dezembro de 1972, p. 915-928
96. GOMES DE SOUZA, L.A. Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História. Petrópolis, Vozes, 1982.
97. GOMES, M. O Imperialismo no Brasil. Vitória, Ed. do Leitor, 1978.
98. GREGORY, A. Comunidades Eclesiais de Base: utopia ou realidade. Petrópolis, Vozes, 1973.
99. _____ CEB: seus desafios e chances de resposta. Algumas pontuações sociológicas. Rio de Janeiro, INP/CNBB, 1976. Mimeo.

100. GROETELAARS, M. "Fanatismo Religioso no Nordeste do Brasil e Religiosidade Popular. Um questionamento." Em REB vol 36, fasc. 143, setembro de 1976, p. 659-679.
101. GUIMARÊS, A.R. Comunidade de Base no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978
102. GUTIÉRREZ, G. A Força Histórica dos Pobres. Petrópolis, Vozes, 1981
103. _____ Teologia da Libertação, Petrópolis, Vozes, 1985 (5ª)
104. HARNECKER, M. Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico; São Paulo, Global, 1983 (2ª ed.)
105. HOORNAERT, E. "Formação do Catolicismo Guerreiro no Brasil: 1500---1800", em REB, vol. 33, fasc. 132, dezembro de 1973, 854-885.
106. _____ "Os perigos que ameaçam as CEBs", em SEDOC 9. 275-286, outubro de 1976.
107. _____ "O Catolicismo Popular numa perspectiva de libertação: pressupostos". Em REB vol 36, fasc. 141, março de 1976 p. 189-201.
108. _____ "Comunidades de Base, dez anos de experiência", em SEDOC 11. 710-732, jan-fev de 1979.
109. _____ "As Comunidades de Base ea Religião Popular", em REB vol. 41, fasc. 164, dezembro de 1981, p. 672-680.
110. IANNI, O. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
111. _____ Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
112. _____ A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
113. KRISCHKE, P.J. "Os descaminhos da 'Abertura' e os Desafios da Democracia", em KRISCHKE, P.J. op. cit. p. 231-248.
114. LACLAU, E. Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Marxismo e Populismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
115. LIBÂNIO, J.B. Pastoral numa Sociedade de Conflitos. Petrópolis/Rio, Vozes/CRB, 1982.
116. _____ "Uma comunidade que se redefine", em SEDOC 9. 295-326, outubro de 1976.
117. _____ "Comunidade Eclesial de Base: pletora de discurso", em SEDOC 11. 765-787, junho de 1979.
118. _____ "O IV Encontro das CEBs na interpretação de um teólogo", em SEDOC 14. 140-165, setembro de 1981.
119. LUSTOSA, O.F. Política e Igreja. São Paulo, Paulinas, 1982.
120. _____ "Pio IX e o Catolicismo no Brasil", em REB vol 40, fasc. 158, junho de 1980, p. 270-285.
121. MADURO, O. Religião e Luta de Classes. Petrópolis, Vozes, 1981.
122. MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
123. MARINS, J. et al. Realidad y praxis en la pastoral latinoamericana. Bogotá, Paulinas, 1976.
124. MARTINS, J.S. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.
125. MESTERS, C. "O Futuro do nosso Passado", em SEDOC 7. 1133-1192, maio de 1975.

126. MESTERS, C. "Flor sem Defesa", em SEDOC 9. 326-392, outubro de 1976
127. _____ "A Brisa leve, uma nova leitura da Bíblia", em SEDOC 11. 733-766, jan-fev de 1979.
128. MOISÉS, J.A. "Problemas atuais do movimento operário", em KRAISCHKE, P.J. op. cit. p. 53-81.
129. _____ "Qual é a estratégia do novo sindicalismo?", em Vários Alternativas Populares da Democracia. Petrópolis, Vozes, 1982.
130. _____ Lições de Liberdade e de Opressão. O novo sindicalismo e a Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
131. MUÑOZ, J.V. "Notas sobre a articulação Igreja x Sociedade nas CEBs" em SEDOC 11. 845-850, jan-fev. 1979.
132. _____ "Sobre as instituições que fazem educação popular", em Educação Popular II, Suplemento 22, Rio de Janeiro, outubro de 1978, p. 31-41.
133. MUÑOZ, R. Nova Consciência da Igreja na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1979.
134. OLIVEIRA, F. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis/Rio, Vozes/CEBRAP, 1981.
135. OLIVEIRA, P.A.R. "Religiosidade Popular na América Latina", em REB vol. 32, fasc. 126, junho de 1972, p. 354-364.
136. _____ "Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro", em REB, vol. 36, fasc. 141, março de 1976, p. 131-141.
137. _____ "A posição do leigo nas comunidades eclesiais de base", em SEDOC 9. 286-291, outubro de 1976.
138. _____ "O Catolicismo tradicional do povo", em SEDOC 9. 292-295 outubro de 1976.
139. _____ "As Comunidades Eclesiais de Base na caminhada contra a pobreza e a opressão", em SEDOC 11. 818-824, jan-fev de 1979.
140. _____ "Oprimidos: a opção pela Igreja", em REB vol 41, fasc. 164, dezembro de 1981, p. 643-653.
141. _____ "Realizar Igreja hoje", ib. p. 654-659.
142. _____ "A Consolidação das CEBs", em SEDOC 16. 310-315, outubro de 1983.
143. _____ "Comunidade e Massa: desafio da Pastoral Popular", em REB vol. 44, fasc. 174, janeiro de 1984, p. 287-298.
144. _____ "O que significa analiticamente "povo"?", em CONCILIUM, 196, 1984/6, p. 105-114.
145. ORTIZ, R. A Consciência Fragmentada. Ensaios de cultura popular e religião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
146. PEPANI, C. "Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular", em Cadernos do CEAS, nº 75, set-out. de 1981, p. 25-33.
147. PEQUENO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. s.n.t.
148. O PROCESSO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DO BRASIL, em SEDOC 15.245-254.
149. PEREIRA, L.C.B. Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1972 (4ª ed.)
150. _____ O Colapso de uma Aliança de Classes. A Burguesia e a Crise do Autoritarismo tecnoburocrático. São Paulo, Brasiliense, 1978.
151. PRADO Jr. C. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966.

152. PRADO, R. "Funcionários Religiosos na Zona Rural da Baixada Maranhense", em REB vol. 35, fasc. 137, março de 1975, p. 59-86.
153. DA PRÁTICA DA PASTORAL POPULAR. Mimeo. s.n.t.
154. PUCCI, B. A nova práxis educacional da Igreja: 1968-1979. São Paulo PUC, 1982.
155. QUEIROGA, G.F. CNBB: Comunhão e Corresponsabilidade. São Paulo, Paulinas, 1977.
156. RAINHO, L.F. & BARGAS, O.M. As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo. 1977-1979. São Paulo, FG. 1983.
157. RAMALHO, J.P. "CEBs, nova forma participatória do Povo", em SEDOC 9. 264-275, outubro de 1976.
158. RAMALHO, J.R. "Uma prática de assessoria à pastoral popular", em PAIVA, V.P. (org) Perspectivas e Dilemas da Educação Popular. São Paulo, Graal, 1984.
159. REIS, F.W. "O Eleitorado, os Partidos e o Regime Autoritário Brasileiro", em SORJ.B & ALMEIDA, M.H.T (org), op. cit. p. 62-86.
160. RICHARD, P. 1969-1978: A Igreja latino-americana entre o temor e a esperança. São Paulo, CPV, 1981.
161. ROLIM, F.C. "Condicionamentos Sociais do Catolicismo Popular", em REB, vol. 36, fasc. 141, março de 1976, p. 142-170.
162. _____ Religião e Classes Populares. Petrópolis, Vozes, 1980.
163. ROMANO, R. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo, Kairós, 1979.
164. SANCHIS, P. Arraial, Festa de um Povo. Lisboa, D.Quixote, 1983.
165. _____ Os Brasis da Igreja Brasileira. Mimeo. 1983.
166. _____ Intervenção na última sessão do Seminário "Igreja e Questão Agrária". 1984.
167. SANTOS, Th. Conceito de Classes Sociais. Petrópolis, Vozes, 1982.
168. SINGER, P. A Crise do "Milagre". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
169. _____ "As contradições do Milagre", em KRISCHKE, P.J. op. cit. p. 5-22.
170. SOUZA, M.C.C. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
171. SOUZA LIMA, L.G. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979.
172. SÜSS, G.P. Catolicismo Popular no Brasil. São Paulo, Loyola, 1979.
173. VÁRIOS. "Religiosidade Popular", em SEDOC 12. 56-64, jul-ago 1979.
174. VALLE, E. "Psicologia Social e Catolicismo Popular", em REB vol 36 fasc. 141, março de 1976, p. 171-188.
175. WEFFORT, F.C. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980 (2ª ed)
176. WANDERLEY, L.E.W. "Comunidade Eclesial de Base (CEBs) e Educação Popular", em REB vol. 41, fasc. 164, dezembro de 1981, p. 686-707.
177. _____ "Movimentos Sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos", em VÁRIOS, A Igreja que surge da Base: Eclesiologia das Comunidades Cristãs de Base. São Paulo, Paulinas, 1982, p. 100-136.